

**CRISTIANE PEREIRA PERES**

**OS CONFRONTOS ENTRE OS PAIAGUÁ E OS COLONOS NA ROTA  
DAS MONÇÕES (1719-1757)**

**DOURADOS  
2015**

**CRISTIANE PEREIRA PERES**

**OS CONFRONTOS ENTRE OS PAIAGUÁ E OS COLONOS NA ROTA  
DAS MONÇÕES (1719-1757)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Indígena

Orientadora: Profa. Dra. Nauk Maria de Jesus

**DOURADOS  
2015**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

P437c	Peres, Cristiane Pereira Os confrontos entre os Paiaguá e os colonos na rota das monções (1719 - 1757). / Cristiane Pereira Peres – Dourados: UFGD, 2015. 105f. il.  Orientador (a): Profa. Dra. Nauk Maria de Jesus.  Dissertação (Mestrado em História) FCH, Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados.  1. Colonos. 2. Paiaguá. 3. Guerra. I. Título.  CDD – 981.71
-------	--

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.**

**©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte**

**CRISTIANE PEREIRA PERES**

**OS CONFRONTOS ENTRE OS PAIAGUÁ E OS COLONOS NA ROTA  
DAS MONÇÕES (1719-1757)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovada** em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente e orientadora:

Nauk Maria de Jesus (Dra., UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Noêmia dos Santos Pereira Moura (Dra., UFGD) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Protasio Paulo Langer (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

Membro Suplente:

Jiani Fernando Langaro (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

*À minha mãe, que com uma sabedoria  
ímpar soube me confortar e incentivar durante  
a realização desta pesquisa.*

## **AGRADECIMENTOS**

No decorrer desses vinte e quatro meses de pesquisa, muitas foram as pessoas que contribuíram com a realização deste sonho agora alcançado. Mesmo sendo a escrita um exercício solitário. Souberam entender minhas ausências, compreenderam meu cansaço e dedicação exclusiva à pesquisa. A todos que estiveram ao meu lado, quero registrar minha gratidão por trilharem comigo este caminho.

Agradeço a Deus por me conceder a vida me permitindo concluir este trabalho.

Com um carinho eterno, agradeço a minha família por me apoiar e incentivar a sempre lutar pelos meus objetivos e nunca desistir diante das dificuldades encontradas.

Essa conquista não seria possível sem o amor incondicional dos meus pais Alcemir e Leocilda, que mesmo distantes, caminharam ao meu lado e sonharam comigo acreditando na realização dessa conquista. Sem suas referências não estaria preparada para adentrar ao desconhecido, vencer os obstáculos e tornar concretos meus objetivos.

Esse amor e gratidão se estendem aos meus irmãos, Ricardo e Romário, e a minha irmã Adriana, que sempre estiveram torcendo por mim, amo vocês e obrigada pelo imenso apoio.

Agradeço ao meu companheiro Cleber José, por entender minhas ausências, por ouvir por várias vezes minhas novas e antigas ideias, e por me confortar nos momentos de extremo cansaço.

Sou grata ao meu sobrinho Phelipe e minha sobrinha Milleny, pelos momentos inocentes que me fizeram tão feliz nessa caminhada tão arraigada de responsabilidades.

Faltam palavras para agradecer minha orientadora Profa. Dra. Nauk Maria de Jesus. Sou infinitamente grata pela paciência que sempre me recebeu nos momentos das orientações, pelas ricas contribuições teóricas, por me ensinar a importância da relação pesquisador/fonte. Com carinho, agradeço por confiar em mim, mesmo diante das diversas mudanças na estrutura da dissertação.

Com uma imensa alegria, agradeço às minhas amigas Maiara e Miksileide e meu amigo Almir, pelas boas conversas, incentivos, desabafos, companhia nos eventos e viagens.

Às minhas amigas Fabiana, Ana Paula, Marcilene e Marleide, agradeço pelo apoio e torcida, pois sempre estiveram presente nessa caminhada.

Ao Gustavo Balbuena, pelas contribuições nas transcrições dos documentos manuscritos.

À Vanda da Silva, pela recepção e orientação no Arquivo Público de Mato Grosso.

Aos secretários da pós-graduação, Cleber, Wallace e Pedro, pelo excelente atendimento com o qual sempre me receberam na secretaria.

Distendo os agradecimentos aos funcionários da biblioteca da UFGD, sempre atenciosos e prestativos.

Agradeço aos professores do programa de Mestrado pelas contribuições teóricas que nortearam meus estudos durante a pesquisa. A Profa. Dra. Cândida Graciela Chamorro; Prof. Dr. Eudes Fernando Leite; Prof. Dr. Linderval Augusto Monteiro; Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi; Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz; Prof. Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante; Profa. Dra. Ana Maria Colling.

Ao Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira que muito contribui com minha formação na graduação e sempre respondeu com muita atenção a todas as minhas dúvidas durante a pesquisa.

À Profa. Dra. Noêmia dos Santos Pereira Moura e ao Prof. Dr. Protasio Paulo Langer pelo aceite em compor a banca avaliadora da dissertação e pelas riquíssimas contribuições teóricas.

A todos os funcionários do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) que me receberam com muito carinho durante a pesquisa no Arquivo.

A CAPES pela concessão da bolsa que possibilitou a realização da pesquisa.

Cada um a seu modo muito contribuiu com a realização desta pesquisa. O incentivo e apoio recebido durante esses dois anos de estudos, foram determinantes no alcance desta conquista tão importante para mim. A todos, meu muito obrigada. Chego ao final desta pesquisa de Mestrado com muita alegria por ter sido confortada e incentivada por todos vocês.

*Nasci à beira  
Da água ligeira,  
Sou Paiaguá!  
De Sul a Norte,  
Tribo mais forte  
Que nós não há.*

*Nas mansas águas,  
Vive sem mágoas  
O Paiaguá;  
O seu recreio,  
O seu enleio  
No rio está.*

*Nele me afundo,  
Nado no fundo,  
Surjo acolá;  
E nem há peixe,  
Que atrás me deixe,  
Sou Paiaguá! [...]*

*(D. Francisco Aquino Correia)*



## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar os confrontos ocorridos entre os índios Paiaguá e os colonizadores nas águas do rio Paraguai e seus afluentes, no período de 1719 a 1757. Além disso, demonstra que em alguns momentos a prática colonial não respeitou a legislação no trato com os povos indígenas, a organização das chamadas guerras punitivas e também como os índios canoeiros reagiram perante o projeto colonizador. Ressaltamos que esses embates tiveram as águas como palco. Contudo, foi no interior da Vila Real do Cuiabá, que as discussões a respeito dos ataques dos Paiaguá foram feitas por autoridades nomeadas pelo rei, governantes locais e homens bons, o que nos levou a recompor em linhas gerais esse cenário urbano. Para a elaboração do texto tivemos como base, além da bibliografia sobre o tema, os manuscritos que estão guardados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU- Projeto Resgate), no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), e as fontes impressas: *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830* e os *Relatos Monçoeiros*. Portanto, os Paiaguá no processo de colonização, assim como os demais povos indígenas, não ficaram passivos frente ao processo de conquista e colonização, pois desenvolveram estratégias de sobrevivências caracterizadas por guerras, saques e assaltos nos caminhos fluviais.

**Palavras-Chave:** Paiaguá. Colonizadores. Guerra.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the confrontations that occurred between the *Paiaguá* indians and the colonizers in the Paraguay River and its affluent, during the period of 1719 to 1757. Besides it demonstrates that in some moments the colonial practice failed to respect the legislation when dealing with indigenous people, the organization of the so called punitive wars and also how the canoeing indians reacted to the colonizing project. It is important to emphasize that such combats had the waters as their stage. However, it was in the country side of the *Vila Real do Cuiabá* that the discussions about the *Paiaguá* attacks were brought up by authorities entitled by the king, local governments and good men, which lead to the general reassembly of this urban scenario. In order to elaborate the text, the bibliography about the theme, the manuscripts that are kept in the *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU-Projeto Resgate), in the *Arquivo Público de Mato Grosso* (APMT), and the issued sources: *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830* and the *Relatos Monçoeiros* were used as basis. Therefore, the *Paiaguá*, throughout the process of colonization, and also the other indigenous people, did not remain passive when facing the conquering and the colonization processes, since they developed survival strategies characterized by wars, looting and assaults in the river waters.

**Key Words:** *Paiaguá*. Colonizers. War.

## LISTA DE MAPAS E FIGURAS

<b>Mapa 1</b> - O Cuiabá: de termo a repartição.....	27
<b>Mapa 2</b> - Capitania de Mato Grosso .....	29
<b>Mapa 3</b> - Roteiros monçoeiros (São Paulo – Cuiabá) .....	38
<b>Mapa 4</b> - Caminho terrestre Cuiabá/Goiás .....	44
<b>Mapa 5</b> - Área de circulação dos Paiaguá durante a época colonial.....	47
<b>Figura 1</b> - Índio Paiaguá .....	53
<b>Mapa 6</b> - Área de circulação e locais de ataque dos Paiaguá no século XVIII .....	68

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - População nativa tida por administrada na capitania de Mato Grosso.....	33
<b>Tabela 2</b> - Ano e local de partida das monções no século XVIII .....	40
<b>Tabela 3</b> – Sobreviventes/testemunhas do ataque Paiaguá a monção de 1736.....	41
<b>Tabela 4</b> - Os confrontos: ano, local e quantitativo .....	55

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá)

CDR – Centro de Documentação Regional (UFGD)

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

## SUMÁRIO

Lista de mapas e figuras .....	10
Lista de tabelas .....	11
Lista de abreviaturas .....	12
<b>Introdução</b> .....	14
<b>Capítulo I - VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ: PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII</b>	
1.1. Vila Real: a presença indígena .....	26
1.2. Na Rota das Monções .....	37
<b>Capítulo II – O GUERREAR DOS PAIAGUÁ: EMBOSCADAS NAS ÁGUAS DOS RIOS</b>	
2.1. Paiaguá: os canoieiros do rio Paraguai .....	45
2.2. Ataques e Assaltos nas Águas do Rio Paraguai .....	54
<b>Capítulo III – GUERRAS PUNITIVAS CONTRA OS ÍNDIOS PAIAGUÁ NOS SETECENTOS</b>	
3.1. Legislação e Política Indigenista no Século XVIII .....	69
3.2. Guerras: suas justificativas .....	75
3.3. Participantes e Financiadores das Guerras .....	78
<b>Considerações Finais</b> .....	89
<b>Fontes e Referências</b> .....	91
<b>Apêndice A - Quadro geral - Breve Notícia do Capitão-Mor Antonio Pires de Campos</b> .....	102

## INTRODUÇÃO

Entre os séculos XVI e XVIII, havia no Brasil os índios aldeados e aliados dos colonos e os índios considerados inimigos espalhados pelo sertão,<sup>1</sup> ambos eram regidos por políticas indigenistas diferenciadas. Aos índios aldeados e aliados foi garantida a liberdade ao longo de toda a colonização, sendo eles uns dos principais defensores da colônia que constituíram o grosso dos contingentes de tropas de guerra contra inimigos tanto indígenas quanto europeus. Já contra os índios tidos como inimigos foram organizadas guerras para conter os seus avanços e proteger os moradores da região.<sup>2</sup> Dentre os indígenas que provocaram temores e foram vistos como inimigos pelos colonos, no século XVIII, estavam os canoeiros do rio Paraguai, os Paiaguá, que atacaram diversas embarcações que se dirigiram para as minas do Cuiabá nesse período.

Diante disso, nosso objetivo nesta dissertação é analisar os confrontos entre os Paiaguá e os colonizadores nas águas do rio Paraguai e seus afluentes, ocorridos no período de 1719 a 1757. Esclarecemos que os confrontos tiveram as águas como cenário, mas foi no interior da Vila Real do Cuiabá, situada às margens do rio Cuiabá, pertencente à bacia do Alto Paraguai, que as discussões a respeito dos ataques dos Paiaguá foram feitas por autoridades nomeadas pelo rei, governantes locais e homens bons.

Apesar de concentrarmos nossa análise na primeira metade dos setecentos, devido ao maior número de informações obtidas e confrontos, avançaremos em certos momentos na periodização. Justificamos que a escolha do primeiro marco temporal desse estudo, 1719, se deve a busca por índios e descobertas das primeiras minas na região do Cuiabá pelos paulistas. Em função dessas descobertas, o local atraiu pessoas de diferentes lugares da América Portuguesa e do Reino, que tiveram, até 1736, um único caminho a percorrer para chegar às minas, isto é, o percurso fluvial por meio das monções. Nesse caminho, eles se depararam com os índios Paiaguá, como trataremos ao longo da dissertação.

---

<sup>1</sup> Cf. GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz., Índios Livres e Índios Escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI – XVIII). In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos Índios no Brasil*, p. 117.

A região “do Cuiabá tornava-se um forte atrativo para os canoeiros, que, a partir de então, direcionavam seus ataques à região das minas”<sup>3</sup> em busca de objetos que seriam comercializados com os castelhanos, bem como de produtos para a sobrevivência do grupo. Os contatos ocorreram por meio de assaltos, ataques e emboscadas nas águas do rio Paraguai e adjacências, sozinhos ou aliados aos Guaicuru, índios cavaleiros.

O segundo marco, 1757, está relacionado à política do *Diretório dos Índios*, que tinha como objetivo civilizar os povos indígenas transformando os aldeamentos em vilas e concedendo liberdade aos indígenas. Segundo Rita Heloísa de Almeida, “o *Diretório* foi um plano de civilização dos índios e um programa de colonização”, que não extinguiu totalmente as guerras contra os povos indígenas.<sup>4</sup> Mesmo garantindo a liberdade dos índios, o *Diretório* deu margem à continuidade das “guerras ofensivas e defensivas como recursos viáveis para capturar índios que resistissem a descer aos aldeamentos ou reprimir incursões de grupos considerados hostis”.<sup>5</sup>

De acordo com Pedro Puntoni, que analisou as guerras contra os índios do nordeste entre os anos de 1650 e 1720, “os índios ficaram, por muitos anos, assunto apenas dos arqueólogos ou dos antropólogos. Foram estes, enfim, que trouxeram, pouco a pouco, a necessidade de se escrever a história destes povos”.<sup>6</sup> Nessa perspectiva, é sabido que os índios também se apresentaram enquanto agentes políticos extremamente importantes na construção da sua própria história, mantendo fugas, ataques e alianças de resistências frente ao processo de civilização dos jesuítas e colonizadores.

Os estudos realizados por Jorge Eremites de Oliveira sobre a História Indígena e a Etno-História no Brasil e em Mato Grosso do Sul, confirmam a contribuição que tiveram os arqueólogos e antropólogos nas pesquisas realizadas sobre os povos indígenas a partir da década de 90 dos noventa. Segundo o autor, as pesquisas sobre o tema ganharam destaque após o fim do regime militar (1964-1985), quando teve início o processo de redemocratização

---

<sup>3</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., *Payaguá: os senhores do Rio Paraguai*, p. 38.

<sup>4</sup> ALMEIDA, Rita Heloísa de., *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*, p. 14. Sobre a política do Diretório Cf. GARCIA, Elisa. Frühauf. *O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 33 - 48, 2007.

<sup>5</sup> CARVALHO, Francismar Alex Lopes de., *Lealdades Negociadas: povos indígenas e a expansão dos Impérios Ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*, p. 130.

<sup>6</sup> PUNTONI, Pedro., *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*, p. 15. Ainda no tocante a guerra no século XVIII, mas na região do norte da capitania de Goiás, ver Juciene Ricarte Apolinário. *Os Akorá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão: As práticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII*, 2005.



do Brasil. A ausência de pesquisas sobre os povos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul até os anos noventa do século XX se explica pela ausência de cursos de graduação e programas de pós-graduação que abordassem a temática indígena, como também, pela falta de antropólogos nas instituições de ensino superior no estado.<sup>7</sup>

Nesse viés, o texto escrito por Thiago Leandro Vieira Cavalcante corrobora a importância e o desenvolvimento dos estudos que abordam as discussões sobre História Indígena. Conforme o autor, a partir da década de 1990, os estudos sobre história indígena no Brasil vivenciaram grande crescimento, que pode ser constatado pelo significativo número de trabalhos como dissertações e teses que versam sobre a temática.<sup>8</sup>

A obra *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo* de John Manuel Monteiro (1994), apresenta uma riquíssima discussão sobre os estudos de História e Etno-História Indígena no Brasil. Permite compreender as organizações das bandeiras paulistas e como se deu o apresamento dos indígenas pelos bandeirantes. No contexto histórico do movimento bandeirantista no século XVII, é preciso considerar de acordo com o autor, que “o estado de fragmentação política que imperava no Brasil indígena, as perspectivas de conquista, dominação e exploração da população nativa dependiam necessariamente do envolvimento dos portugueses nas guerras intestinas, através de alianças esporádicas”.<sup>9</sup>

Diante das guerras e alianças ocorridas entre indígenas e colonizadores no século XVIII, os estudos realizados por Maria Regina Celestino de Almeida (2010) nos fazem pensar o índio enquanto sujeito histórico, contrapondo a imagem de vítimas do projeto colonizador, que foram somente escravizados, mortos e que perderam totalmente sua cultura. De acordo com autora, mesmo com tanta violência, os indígenas encontraram formas de sobrevivência e souberam utilizá-las. Em sua recente obra, *Os índios na História do Brasil*, acompanhamos a discussão teórica da autora, sobre as guerras indígenas e guerras coloniais, a política indigenista, as diferenças entre índios aliados e índios hostis.<sup>10</sup>

Fundamental nos estudos sobre a História Indígena é a coletânea organizada por Manuela Carneiro da Cunha, *História dos Índios no Brasil* (1992). Em seu artigo *Introdução*

---

<sup>7</sup> EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge., *A História Indígena em Mato Grosso do Sul: dilemas e perspectivas*, 2001.

<sup>8</sup> CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira., *Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa*, 2011.

<sup>9</sup> MONTEIRO, John Manuel., *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*, p. 29.

<sup>10</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de., *Os índios na História do Brasil*, 2010. Ver também, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

a uma *História Indígena*, a autora apresenta a redução demográfica dos índios causada pelas guerras indígenas provocadas pela sede de escravos. Aliadas à organização das guerras, estava também à fome, às doenças, as fugas para regiões desconhecidas, que contribuíram com a dizimação dos povos indígenas.<sup>11</sup>

Nos últimos anos, diversos trabalhos foram desenvolvidos a respeito da implantação do *Diretório* na região amazônica, bem como sobre a Junta das Missões.<sup>12</sup> Para a região sul, destacamos a obra de Protásio Paulo Langer que estudou *Os Guarani-Missioneiros e o Colonialismo Luso no Brasil Meridional/Projetos Civilizatórios e Faces da Identidade Étnica (1750-1798)*. Segundo o autor, o *Diretório* negava as atividades jesuíticas vigentes e se afirmava como um modelo alternativo em sintonia com o ideário pombalino e com a dinâmica mercantil pombalina que se baseava no sistema de monopólios.<sup>13</sup>

No que diz respeito à capitania de Mato Grosso, Alessandra Resende Dias Blau analisou o contexto do *Diretório* e a política de povoamento adotada nessa região. Conforme a autora, “a grande mudança provocada pelo *Diretório* foi o incentivo à miscigenação e à presença de não índios no interior das aldeias, como medidas necessárias para promover a assimilação, pelos índios, do modo de viver dos brancos”,<sup>14</sup> o que buscava facilitar a incorporação dos indígenas nos serviços prestados aos não índios. Ainda que não se dedicando ao estudo do *Diretório*, Loiva Canova analisou em sua dissertação de mestrado,<sup>15</sup> as representações dos índios Pareci e em sua tese,<sup>16</sup> fundamentada nos conceitos de paisagem, representação e espaço procurou compreender a construção das múltiplas imagens

---

<sup>11</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da., Introdução a uma História Indígena. In. Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos Índios no Brasil*, p. 13.

<sup>12</sup> Dentre eles os de MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e., *As Juntas das Missões Ultramarinas na América Portuguesa (1681-1757)*. Anais da V Jornada Setecentista. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003, p. 395- 419. Ainda da mesma autora, *A paz e a guerra: as Juntas das Missões e a ocupação do território da Amazônia colonial do século XVIII*. & SAMPAIO, Patrícia Melo. *Índios e Brancos na Amazônia Portuguesa: políticas e identidades no século XVIII*. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOLEYRON, Rafael. (Org.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVI a XXI)*. Belém: Açaí, 2010. Ver ainda: SAMPAIO, Patrícia Maria Melo., *Espelhos Partidos: Etnia, Legislação e Desigualdades na Colônia. Sertões do Grão-Pará, c. 1755- c.1823*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2001.

<sup>13</sup> LANGER, Protasio Paulo., *Os Guarani-Missioneiros e o Colonialismo Luso no Brasil Meridional/ Projetos Civilizatórios e Faces da Identidade Étnica (1750 – 1798)*, p. 140.

<sup>14</sup> BLAU, Alessandra Resende Dias., *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752 - 1798*, p. 18.

<sup>15</sup> CANOVA, Loiva., *Os doces bárbaros: imagens dos índios Pareci no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá – MT, 2003.

<sup>16</sup> CANOVA, Loiva., *Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751 - 1764)*. 2011. 319 f. Tese (Doutorado em História) – UFPR, Curitiba.

da cultura, da natureza e da paisagem descritas pelo governador e capitão-general Antonio Rolim de Moura e retomou a História Indígena.

Na obra *Mistura de Cores* de Jovam Vilela da Silva (1995), encontramos uma riquíssima abordagem teórica quanto à política de ocupação e povoamento na capitania de Mato Grosso no século XVIII. Sua obra é um referencial para as pesquisas que objetivam analisar a população indígena do século XVIII, sua demografia e a população tida por administrada neste período. No que se refere à política da incorporação do nativo, a preocupação da Coroa portuguesa foi a de encaminhar o seu engajamento como vassalo.<sup>17</sup>

Dentre os trabalhos que tiveram como foco a conquista, a colonização da fronteira oeste nos setecentos e os indígenas, estão ainda, os de Thereza Martha Borges Presotti<sup>18</sup> e Lisandra Zago.<sup>19</sup> Os trabalhos analisam os contatos entre índios e não índios com os avanços da colonização. Como afirma Thereza Martha Borges Presotti, as populações indígenas vivenciaram inevitáveis situações de contato, ocorridas desde os primórdios da colonização.<sup>20</sup>

Na apresentação dos Paiaguá e sua organização, tivemos como referência a obra de Magna Lima Magalhães, *Payaguá: os senhores do rio Paraguai* (1999). A partir da abordagem teórica da autora, apresentamos a etnia, como se organizavam, as atividades que realizavam e como sobreviviam nas águas do rio Paraguai. A etnia provocou grandes temores aos monçoeiros que percorriam as águas que esses indígenas senhoreavam, pois eram conhecidos como índios guerreiros e de muita agilidade no manuseio das armas e canoas.<sup>21</sup>

A obra *Naufrágios e Comentários* (2007) é uma fonte de grande importância para as pesquisas que buscam estudar os Paiaguá. Permite, por meio dos relatos deixados por Cabeza de Vaca, sobre sua expedição para o Paraguai/Assunção após ser nomeado governador do rio da Prata em 1541, conhecer um pouco sobre os índios canoeiros e como se organizavam nas águas dos rios. As descrições deixadas por Cabeza de Vaca sobre os Paiaguá estão compiladas

---

<sup>17</sup> SILVA, Jovam Vilela da., *Mistura de cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII)*. p. 13.

<sup>18</sup> PRESOTTI, Thereza Martha Borges., *Na Trilha das Águas: Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)*. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília/DF.

<sup>19</sup> ZAGO, Lisandra., *Etnoistória Bororo: Contatos, alianças e conflitos (Séculos XVIII e XIX)*. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>20</sup> PRESOTTI, Thereza Martha Borges., Op. cit., p. 8.

<sup>21</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., 1999.

no livro *Comentários* no capítulo III – *Guerra e paz com os indígenas*, e foram escritas pelo secretário Pero Hernandez.<sup>22</sup>

Conhecendo ainda os Paiaguá, o trabalho da antropóloga Branislava Susnik, *Los Aborígenes del Paraguay* (1978), é uma obra que apresenta análises que possibilitam investigações sobre os indígenas do Paraguai no período colonial, como os Paiaguá, estudados nesta pesquisa. As informações apresentadas pela autora são muito ricas, pois na escrita desta como em outras obras teve acesso a fontes primárias.<sup>23</sup>

Por sua vez, Chiara Vangelista em *Os Payaguá e o Rio Paraguai: uma fronteira étnica aos limites dos impérios ibéricos* (2010), teve como objetivo analisar a política adotada pelos índios do Pantanal no século XVIII para se manterem vivos após os avanços dos conquistadores ibéricos na região banhada pelo Alto Rio Paraguai.<sup>24</sup>

Portanto, com base na bibliografia brasileira sobre Paiaguá e guerras contra os índios no período colonial, bem como nas fontes impressas e manuscritos produzidos pelas autoridades estabelecidas em domínios portugueses, analisamos os confrontos entre índios e colonizadores e a política indigenista, com o intuito de demonstrar que em alguns momentos a prática colonial não respeitava o que assegurava a legislação no trato com os povos indígenas. Essa contradição entre a prática e as leis foi enfatizada por Beatriz Perrone-Moisés, quando afirmou que entre o projeto colonial expresso nas leis e a prática havia uma grande distância.<sup>25</sup> Para tanto, tivemos como lugar analisado, Cuiabá, uma região localizada na fronteira com os domínios espanhóis e que era constituída por minas de ouro e diamantes, distante do litoral.

O estudo sobre os confrontos entre os Paiaguá e os colonizadores é apresentado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: Primeira Metade do Século XVIII*, apresentamos a região das minas cuiabanas a partir da descoberta do ouro no século XVIII, dando destaque à população indígena que povoava essa

---

<sup>22</sup> CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez., *Naufraágios y Comentarios*. Trad. do texto: Jurandir Soares dos Santos. Trad. da Introdução: Bettina Gertum Becker. Apresentação: Henry Miller. 2. ed. Porto Alegre: L & PM, 2007.

<sup>23</sup> SUSNIK, Branislava., *Los Aborígenes del Paraguay*. T. II. Etnología del Chaco Boreal y su periferia (Siglos XVI y XVIII). Asunción: Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, 1978. Ver ainda: *Etnografía Paraguaya*. Parte 1, (1974); *Uma Visión Socio-Antropológica del Paraguay*. XVI – 1/2 XVII, (1993). Ainda sobre os Paiaguá Cf. COSTA, Maria de Fátima., *Entre Xarai, Guaikurú e Payaguá: Ritos de Vida no Pantanal*. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e Histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

<sup>24</sup> VANGELISTA, Chiara., *Os Payaguá e o Rio Paraguai: uma fronteira étnica aos limites dos impérios ibéricos*. Revista Eletrônica: Documento Monumento – NDHIR. Universidade Federal de Mato Grosso, v. 3, n. 1, p. 136 - 149, dez. 2010.

<sup>25</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz., Op. cit., p. 116.

região de fronteira mineira. Diante da escassez de trabalhos sobre os indígenas estabelecidos em ambientes urbanos, as nossas informações foram baseadas primordialmente nos trabalhos de Carlos Alberto Rosa <sup>26</sup> e Jovam Vilela da Silva <sup>27</sup> para tentar compor esse cenário e visualizar homens e mulheres indígenas na vila. O estudo realizado por Carlos Alberto Rosa permite analisar as relações urbanas no mundo colonial a partir da conquista e colonização. Entendendo a colonização em Cuiabá, e as atividades desenvolvidas pelos indígenas nos espaços urbanos e rurais, pois, “conquista e colonização eram práticas de ‘tomar’ espaço, de ‘produzir’ espaço, de especializar-se”. <sup>28</sup>

Observamos que por mais que os confrontos tenham ocorridos nos rios ou nas suas margens, como dissemos anteriormente, as discussões sobre a realização das guerras contra os índios foram feitas no interior da Vila Real do Cuiabá. Por isso, apresentamos esse lugar, com destaque aos dados populacionais e às informações sobre as viagens monçoeiras. Sobre este aspecto, as análises de Sérgio Buarque de Holanda <sup>29</sup> e Silvana Godoy <sup>30</sup> foram fundamentais. Destacamos ainda, o importante auto de devassa feito pelo ouvidor João Gonçalves em que testemunhas sobreviventes ao ataque Paiaguá narraram o confronto na rota das monções. <sup>31</sup>

O segundo capítulo, *O Guerrear dos Paiaguá: Emboscadas nas Águas dos Rios*, apresenta os Paiaguá e sua organização nas águas do rio Paraguai. Buscamos, em tal capítulo, compreender a etnia e suas ações de ataque aos monçoeiros, moradores da região, e todos aqueles que navegassem pelos rios que senhoreavam. Esses ataques foram bastante explorados na historiografia sobre o tema e dentre eles estão às análises de Nauk Maria de Jesus em *A guerra justa contra os Payaguá (1ª metade do século XVIII)*, (2007); *Os índios Payaguá: guerra e comércio na fronteira oeste da América Portuguesa*, (2015) e Núbia

---

<sup>26</sup> ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Orgs). *A Terra da Conquista: história de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003. No capítulo *O urbano colonial na terra da conquista* (2003), escrito com base em sua tese, o autor analisou as relações urbanas em Vila Real do Cuiabá no século XVIII. Nessa análise, com base nos únicos livros de entradas de irmãos da Irmandade do Rosário dos Pretos, de Visitação Eclesiástica e alguns poucos registros de batismos ele apresentou informações sobre homens e mulheres indígenas nos espaços urbanos e rurais.

<sup>27</sup> SILVA, Jovam Vilela da. Op. cit., 1995. O autor em seu livro tem como objetivo central analisar a política de ocupação e povoamento na capitania de Mato Grosso no século XVIII e em seus capítulos abordou dados populacionais referentes aos indígenas, bem como à política de incorporação do nativo.

<sup>28</sup> ROSA, Carlos Alberto., Op. cit., p. 11.

<sup>29</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Outras obras do autor também foram analisadas neste estudo. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986. & HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957.

<sup>30</sup> GODOY, Silvana., *Itu e Ararituaguá na rota das monções (1718-1838)*. Dissertação de mestrado em História Econômica. UNICAMP, Campinas, 2002.

<sup>31</sup> Vila do Cuiabá, 12/04/1736. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 84. Fotos 403 – 422.

Braga Ribeiro, *A Guerra Sanguinolenta aos Índios no Sertão Colonial*, (2009) e os já mencionados textos de Fatima Costa e Chiara Vangelista. Procuramos articular essas discussões às informações consultadas nas fontes impressas e manuscritas, considerando esses ataques enquanto manifestações de resistência dos Paiaguá às investidas dos colonizadores e defesa do território que senhoreavam.

No terceiro capítulo, *Guerras Punitivas Contra os Paiaguá nos Setecentos*, analisamos as guerras organizadas pelos não índios contra os canoeiros, suas justificativas e consequências. Nele discorremos sobre a política indigenista colonial, com foco nas guerras justas e no *Diretório dos Índios*. O trabalho de Rita Heloísa de Almeida, *O Diretório dos Índios* (1997), foi importante para elaboração desse capítulo.<sup>32</sup> Assim, nossa intenção foi analisar como agiam os colonos nas guerras punitivas organizadas contra os Paiaguá.

No que diz respeito aos documentos utilizados, consultamos os *Annaes do Sennado da Camara do Cuyaba 1719-1830*, os *Relatos Monçoeiros*, os manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate) e do Arquivo Público de Mato Grosso, e a respeito deles faremos breves considerações.

Os *Anais* são registros cronológicos de acontecimentos que ocorreram no período colonial e dentre eles há relatos dos encontros e confrontos ocorridos entre os colonizadores e os indígenas. Segundo Carlos Alberto Rosa, a redação dos *Anais* foi resultado da combinação de quatro vetores: dos Estatutos ou Posturas da Vila Bela da Santíssima Trindade, do trabalho individual do advogado José Barbosa de Sá, da ‘carta proposta’ do provedor da Fazenda Real Felipe José Nogueira Coelho e de uma Ordem Régia de Dona Maria Primeira.<sup>33</sup>

O principal responsável pela produção dos *Anais* foi o Juiz de Fora Diogo de Toledo Lara Ordonhes, que pertencia a uma família paulista detentora de muitos poderes e possuía laços de parentesco com membros da elite cuiabana. A abertura do livro ocorreu em junho de 1786, com a assinatura de Diogo de Toledo, e com a escrita da *Relação Cronológica dos estabelecimentos, fatos e sucessos mais notáveis que aconteceram nestas Minas do Cuiabá desde o seu estabelecimento*. Os registros cronológicos tiveram continuidade com a redação dos vereadores da câmara, entre eles Joaquim da Costa Siqueira, natural de São Paulo, homem de muita confiança de Diogo de Toledo; do terceiro vereador Manuel Nunes de Brito Leme, nascido em Goiás, que possuía laços de parentesco com Diogo de Toledo; do vereador com

---

<sup>32</sup> ALMEIDA, Rita Heloísa., Op. cit., 1997.

<sup>33</sup> ROSA, Carlos Alberto., Mínima história dos Anais. In: *ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830*, p. 23.

maior tempo de nomeação, Joaquim Lopes Poupino e de seu genro, Manuel Ventura Caldas.

34

A escrita dos *Anais* do Cuiabá foi possível a partir das narrativas dos cronistas setecentistas. Até o ano de 1765, as descrições foram realizadas por José Barbosa de Sá, autor da *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até o presente e Diálogos geográficos, cro-nológicos, políticos e naturais* (1769), por Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Joaquim da Costa Siqueira e Diogo de Toledo Lara Ordonhes. Entre os anos de 1766 a 1786 Joaquim da Costa Siqueira foi o único responsável pelas narrativas. Posterior a 1786 outros vereadores deram seguimento às narrativas.<sup>35</sup>

A primeira obra escrita por Barbosa de Sá, *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até o presente*, foi muito aproveitada na escrita dos *Anais* por Diogo de Toledo. Suas informações sobre a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e seu *termo* foram referências para outros estudos e registros. É importante lembrar que os registros cronológicos dos *Anais* foram escritos passados dez anos da morte de Barbosa de Sá, o mesmo veio a óbito na Vila Real no ano de 1776.<sup>36</sup>

Os registros deixados por Barbosa de Sá na obra *Relação* não foram transcritos na íntegra na escrita dos *Anais*, como afirmou Costa Siqueira “que introduziu muita coisa no discurso de Barbosa de Sá, e que utilizou outras fontes, que não cita”.<sup>37</sup> Por essa razão, ao fazer uso da obra dos *Anais*, é recomendável a análise de outros documentos, já que as informações deixadas pelo cronista passaram por alterações. No entanto, mesmo sendo necessário uma análise muito cuidadosa e articulada a outros documentos, os *Anais* é uma obra de muita relevância e contribuição nas pesquisas realizadas sobre o período colonial, voltada em especial para a Vila Real do Cuiabá.

Já os *Relatos Monçoeiros*, fazem parte de um conjunto de oito *Notícias Práticas* que foram compiladas pelo padre Diogo Soares, matemático e jesuíta. Nascido em Lisboa em 1684, com apenas dezessete anos ingressou na Companhia de Jesus no ano de 1701. Autor da Coleção de *Notícias Práticas de várias minas e do descobrimento de novos caminhos e outros sucessos do Brasil*. Ao final de 1729, em novembro, veio para o Brasil com a responsabilidade de elaborar mapas das terras do Estado do Brasil. Essa função foi designada

---

<sup>34</sup> Idem. p. 28 - 29.

<sup>35</sup> Idem. p. 30.

<sup>36</sup> Idem. 2007.

<sup>37</sup> Idem. p. 30.

pelo rei D. João V, o que o tornou um dos mais importantes cartógrafos portugueses do século XVIII.<sup>38</sup>

De acordo com a autora Thereza Martha Borges Presotti, as *Notícias Práticas* podem ser traduzidas como “o conhecimento, o conjunto de informações a respeito das Minas do Cuiabá, dadas a conhecer por homens experientes nas conquistas dessas minas”.<sup>39</sup> O conjunto desses relatos que tratam sobre o povoamento da região das minas do Cuiabá, muito contribui com as pesquisas que buscam analisar esses espaços após a vinda dos colonos.

Entre os acontecimentos históricos ocorridos nos setecentos, as *Notícias Práticas das Minas do Cuiabá* tratam do devassamento paulista nos caminhos dos rios Paraguai e Cuiabá, da fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá no ano de 1727, do cotidiano das viagens em canoas pelos rios, com observações sobre diferentes aspectos da natureza e dos índios, e os enfrentamentos com os Paiaguá,<sup>40</sup> conflitos analisados nesse estudo.

A primeira e segunda *Notícia* foram escritas pelo capitão João Antonio Cabral Camelo em que a *Notícia 1ª Prática que dá ao Ver. Padre Diogo Soares o capitão João Antonio Cabral Camelo sobre a viagem que fez às minas no ano de 1727 e a Notícia 2ª Prática do que lhe sucedeu (1730) na volta que fez das mesmas minas para São Paulo*. As duas notícias são narrativas sobre o ataque dos Paiaguá a monção do ouvidor Lanhas Peixoto. Pois, João Cabral Camelo retornou para São Paulo na monção de 1730 de Lanhas Peixoto, após ter morado por dois anos nas minas do Cuiabá, tendo chegado em 21 de novembro de 1727, assim, pode escrever as *Notícias*.<sup>41</sup> Cabral Camelo era paulista, aparentemente natural de Sorocaba, de onde partiu com três canoas suas e 14 negros, apresentava um perfil de comerciante sertanista que se dedicava à mineração, com o objetivo de enriquecer nas minas.

<sup>42</sup>

O capitão Domingos Lourenço de Araújo foi o autor da *Notícia 3ª Prática em que fez narrativa sobre o infeliz sucesso que tiveram no rio Paraguai as tropas que vinham para S. Paulo no ano de 1730*,<sup>43</sup> assim como as *Notícias 1ª e 2ª Práticas*. Essa também se remete à monção de 1730 em que estava o ouvidor Lanhas Peixoto e “inclui um segundo ataque desses

---

<sup>38</sup> PRESOTTI, Thereza Martha Borges., Op. cit., p. 123 - 124.

<sup>39</sup> Idem. Op. cit., p. 132.

<sup>40</sup> Idem. Op. cit., p. 137.

<sup>41</sup> CAMELLO, João Antonio Cabral. “NOTÍCIA PRÁTICA”. Depoimento inédito sobre o destroço da monção do ouvidor Lanhas Peixoto pelos Paiaguás. . In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*, p. 30.

<sup>42</sup> PRESOTTI, Thereza Martha Borges., Op. cit., p. 142.

<sup>43</sup> NOTÍCIA 3ª PRÁTICA., Dada pelo CAPP.m Domingos Lourenço de Araujo ao R. P. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso, que tiveram no rio Paraguai as tropas, que vinham para S. Paulo no ano de 1730. In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*, 1981.



mesmos índios à monção dos paulistas que partira de Cuiabá dois meses depois”.<sup>44</sup> Domingos Lourenço não participou da monção de 1730. Sua narrativa possui como fonte dois sobreviventes desta monção, o padre Vellez e o médico alemão Ernesto Lamberto, que narraram ao capitão o que aconteceu com a monção durante o ataque dos Paiaguá.<sup>45</sup>

A carta escrita por Dom Reys Valmaceda escrita em Assunção, Paraguai, foi inserida às *Notícias Práticas* pelo padre Diogo. Essa apresenta informações significativas quanto ao destino do ouro, dos escravos e dos cativos portugueses que foram capturados durante o ataque à monção de 1730, do ouvidor Lanhas Peixoto. Dom Reys pertencia à nobreza espanhola. Seu pai, Dom Diego de los Reys Valmaseda, já havia ocupado o cargo político de governador da cidade de Assunção. Acredita-se que fosse um comerciante ou que ocupasse algum cargo que o mantinha informado dos preços e produtos comercializados.<sup>46</sup>

Antonio Pires de Campos na *Notícia 5ª Prática* apresentou os *Reinos e Nações de Bárbaros que há na derrota da viagem do Cuyabá e seu Recôncavo* e fez descrições sobre as diversas nações indígenas que povoavam os sertões do Cuiabá.<sup>47</sup>

O narrador da *Notícia 6ª Prática*, Gervásio Leite Rebello, secretário do capitão-general e governador da capitania de São Paulo e Minas, em sua viagem de São Paulo às minas do Cuiabá no ano de 1726, fez seus registros em um diário, o que torna suas informações diferentes das demais *Notícias*, pois se trata de um documento oficial, que narra a primeira chegada oficial de um administrador a Cuiabá.<sup>48</sup> A *Notícia 7ª Prática*, de Manoel de Barros é apresentada como um *Roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadouros das canoas que navegam para as ditas minas, com os dias da navegação, e travessia que se costumam fazer por mar e terra*. O engenheiro Manuel de Barros nascido em Sorocaba foi um dos integrantes da monção de 1726, outras informações o identificam como sendo um dos forasteiros que assinou a Ata de Fundação da Vila do Cuyabá no ano de 1727.<sup>49</sup>

A *Notícia 8ª Prática, Exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas*, é um roteiro que apresenta de forma minuciosa os detalhes do

---

<sup>44</sup> PRESOTTI, Thereza Martha Borges., Op. cit., p. 145.

<sup>45</sup> Idem. Op. cit., p. 146.

<sup>46</sup> Idem. Op. cit., p. 148 - 149.

<sup>47</sup> Idem. Op. cit., p. 151

<sup>48</sup> Idem. Op. cit., p. 156.

<sup>49</sup> Idem. Op. cit., p. 162.

caminho fluvial para se chegar às minas do Cuiabá.<sup>50</sup> O roteiro foi escrito por Francisco Palácio, mas por falta de conhecimento de Taunay quanto ao autor, à autoria foi mantida no anonimato.<sup>51</sup>

As análises históricas que se referem a Cuiabá, realizadas com base nas *Notícias Práticas*, precisam considerar que esses relatos foram escritos por homens que possuíam algum parentesco com pessoas da governança local. Eram comerciantes paulistas e, em alguns casos, não estiveram presentes nas viagens monçoeiras. Como Domingos Lourenço que fez sua narrativa na *Notícia 3ª Prática* com base em relatos de outros informantes. Os espaços sociais, políticos e econômicos ocupados por esses homens, podem ter influenciado as informações sobre os povos indígenas, caracterizando-os de forma que sempre os colocavam na situação de indivíduos que atacavam a todos que seguissem viagem para as minas do Cuiabá.

Apresentar os povos indígenas como bárbaros e selvagens passava a imagem de que esses indivíduos impediam a colonização das minas cuiabanas e dificultavam o grande interesse do governo português de tomar posse do território, por isso era necessário expulsá-los do caminho percorrido por esses homens. Deste modo, precisamos atentar para os juízos de valor atribuídos às diversas nações indígenas.

Os ataques indígenas e as investidas dos colonos foram analisados a partir da documentação oficial da Coroa portuguesa como: cartas, ofícios, certidões, requerimentos e auto sumário. Os manuscritos pesquisados estão disponíveis no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), localizado na cidade de Cuiabá, e no Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate-AHU), cujos documentos estão digitalizados e disponíveis no Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

---

<sup>50</sup> NOTÍCIA 8ª PRÁTICA. Exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá. In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*, 1981.

<sup>51</sup> PRESOTTI, Thereza Martha Borges., Op. cit., p. 168.

## **Capítulo 1 – Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: Primeira Metade do Século XVIII**

Apresentar a presença indígena na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá é o objetivo deste capítulo. Adentrar nesse universo colonial é descortinar as relações mantidas entre indígenas e colonizadores em área de fronteira mineira, impulsionadas pelas viagens monçoeiras na primeira metade do século XVIII, que objetivavam abastecer e povoar as minas cuiabanas.

### **1.1 Vila Real: a presença indígena**

A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá teve sua origem a partir da descoberta do ouro nas lavras do Coxipó-Mirim, em 1719, tendo à frente de tal investida paulistas e reinóis. Em 1722 com a descoberta de novas lavras de ouro às margens do córrego da Prainha por Miguel Sutil, bandeirante paulista, foi erguido o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.<sup>52</sup> A descoberta dos veios auríferos na região da vila do Cuiabá causou uma intensa procura pelas riquezas e exploração do trabalho indígena. Logo, a vinda dos colonizadores para a fronteira oeste, desencadeou a formação dos espaços urbanos, que se estabeleceram no século XVIII “como lugares de fixação, de enraizamento edificado. Mas também de movimentos, mudanças, intensa circulação de informações”.<sup>53</sup>

A diversidade de povos formou os núcleos populacionais que necessitavam de um novo sistema administrativo quanto aos limites fronteiriços de ocupação e segurança. Com o objetivo de garantir a segurança da vila e cercanias, os indígenas foram sendo “reprimidos, escravizados e afastados”.<sup>54</sup> Eram expulsos e mortos quando temidos pelos colonizadores e muito bem aproveitados nos trabalhos escravos, nos conhecimentos que tinham da região das

---

<sup>52</sup> JESUS, Nauk Maria de., *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*, (2011), p. 17 - 25.

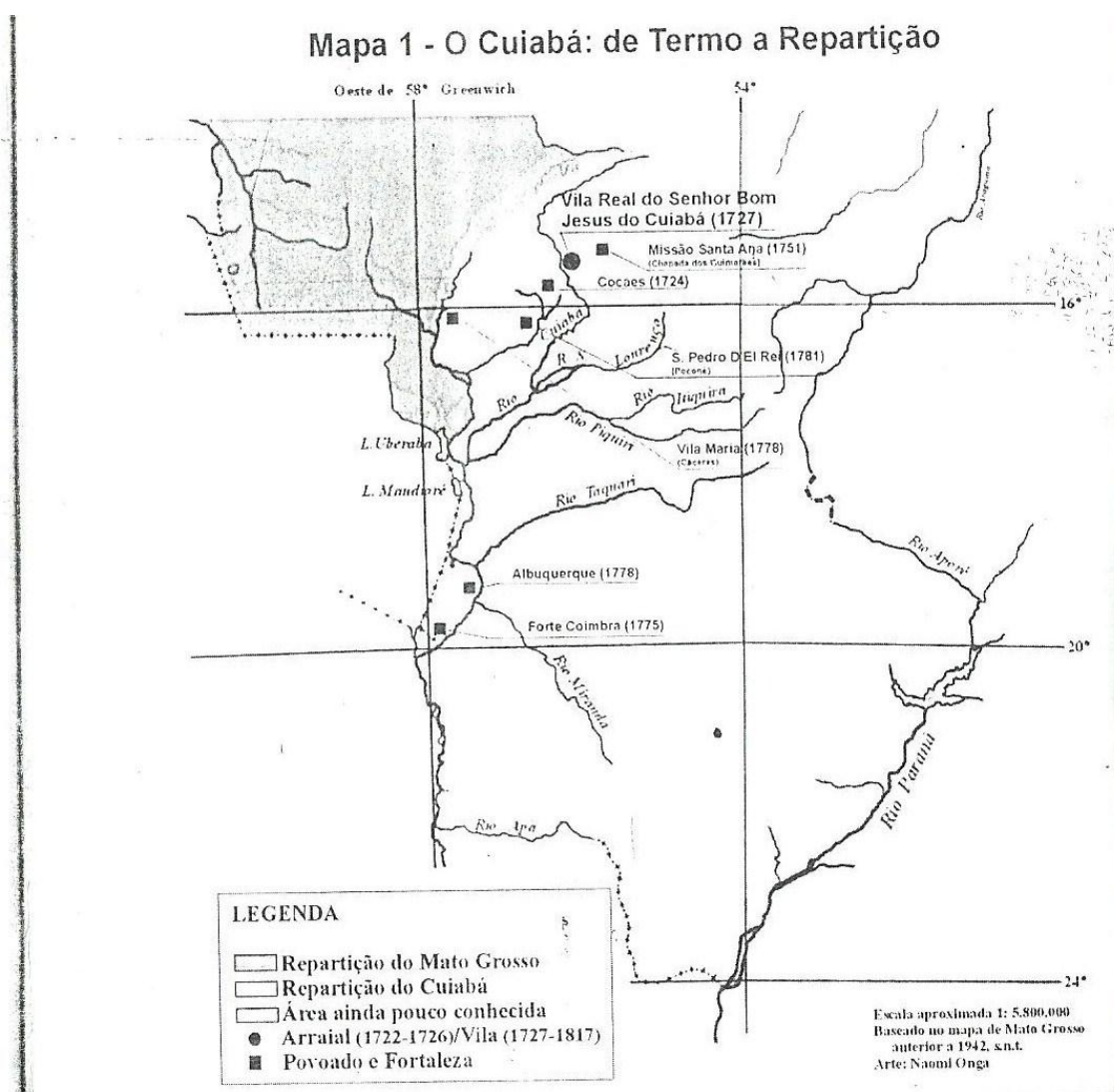
<sup>53</sup> ROSA, Carlos Alberto., *Op. cit.*, p. 11.

<sup>54</sup> CANAVARROS, Otávio., *O poder metropolitano em Cuiabá*, p. 88.

minas, na dominação de outros grupos indígenas e na prática da cura de doenças com o uso das ervas medicinais.

Em 1727, o capitão-general da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, por ordem real, elevou o até então arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá à categoria de Vila.<sup>55</sup> O mapa que segue apresenta a região do Cuiabá abrangendo seu termo e repartição no século XVIII.

**Mapa 1 - O Cuiabá: de termo a repartição**



**Fonte:** In: ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. *A terra da conquista*. História de Mato Grosso Colonial. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 63.

<sup>55</sup> JESUS, Nauk Maria de., Op. cit., 2011, p. 26.

A fundação da vila do Cuiabá atendia aos objetivos da Coroa portuguesa, desde a implantação do domínio político e administrativo à ampliação do controle na extração do ouro e cobrança dos tributos. A expansão e dominação não se restringiu a vila do Cuiabá, mas envolveu também o seu *termo*, área que pertencia ao centro/vila. De acordo com Carlos Alberto Rosa, o *termo* era “o outro urbanizável, ‘o rossio’, em cujo centro se erguia um espaço edificado, a vila”,<sup>56</sup> o qual simbolizava um marco de demonstração de poder sobre o controle do território.<sup>57</sup>

Para Carlos Alberto Rosa:

Falar em “fundação de vila” no Cuiabá significa referir a criação de câmara, com eleições, estatutos e posturas municipais normatização da edificação, da higienização, da saúde, da alimentação, das festas. E concessão de privilégios, e imunidades aos “homens de governança” (vereadores, juizes, oficiais camarários) locais, para praticar com a isenção possível o direito de crítica visando o “bem comum”.<sup>58</sup>

O estabelecimento de vilas esteve diretamente ligado ao reconhecimento dos poderes locais, que se centralizavam nas câmaras. Segundo Nauk Maria de Jesus, a câmara municipal exercia importante papel no período colonial, representava os interesses dos colonos e das autoridades, mantendo dessa forma, a unidade e a continuidade do Império português.<sup>59</sup> Na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, a câmara estendeu sua jurisdição a um *termo* que até 1751 abrangia a região do Guaporé ao Araguaia, do Arinos/Jurena ao Paraná.<sup>60</sup>

*Termo* este que posteriormente pertenceu à capitania de Mato Grosso criada em 1748. No que se refere a criação da capitania, Nauk Maria de Jesus aborda que:

Diante do processo de delimitação das fronteiras entre Portugal e Espanha, na América, em 1748 foi fundada a capitania de Mato Grosso, cujo território até então esteve vinculado à capitania de São Paulo. Essa nova circunscrição territorial precisaria de uma capital; para tanto, em 1752 foi criada Vila Bela da Santíssima Trindade, localizada às margens do rio Guaporé e nas raiais da fronteira oeste.<sup>61</sup>

A região da capitania “era constituída por uma vasta extensão territorial, uma diversidade de populações indígenas, tinha a mineração como atividade importante e estava

<sup>56</sup> ROSA, Carlos Alberto., Op. cit., p. 17.

<sup>57</sup> RIBEIRO, Núbia Braga., *Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII*, p. 151.

<sup>58</sup> ROSA, Carlos Alberto., Op. cit., p. 16.

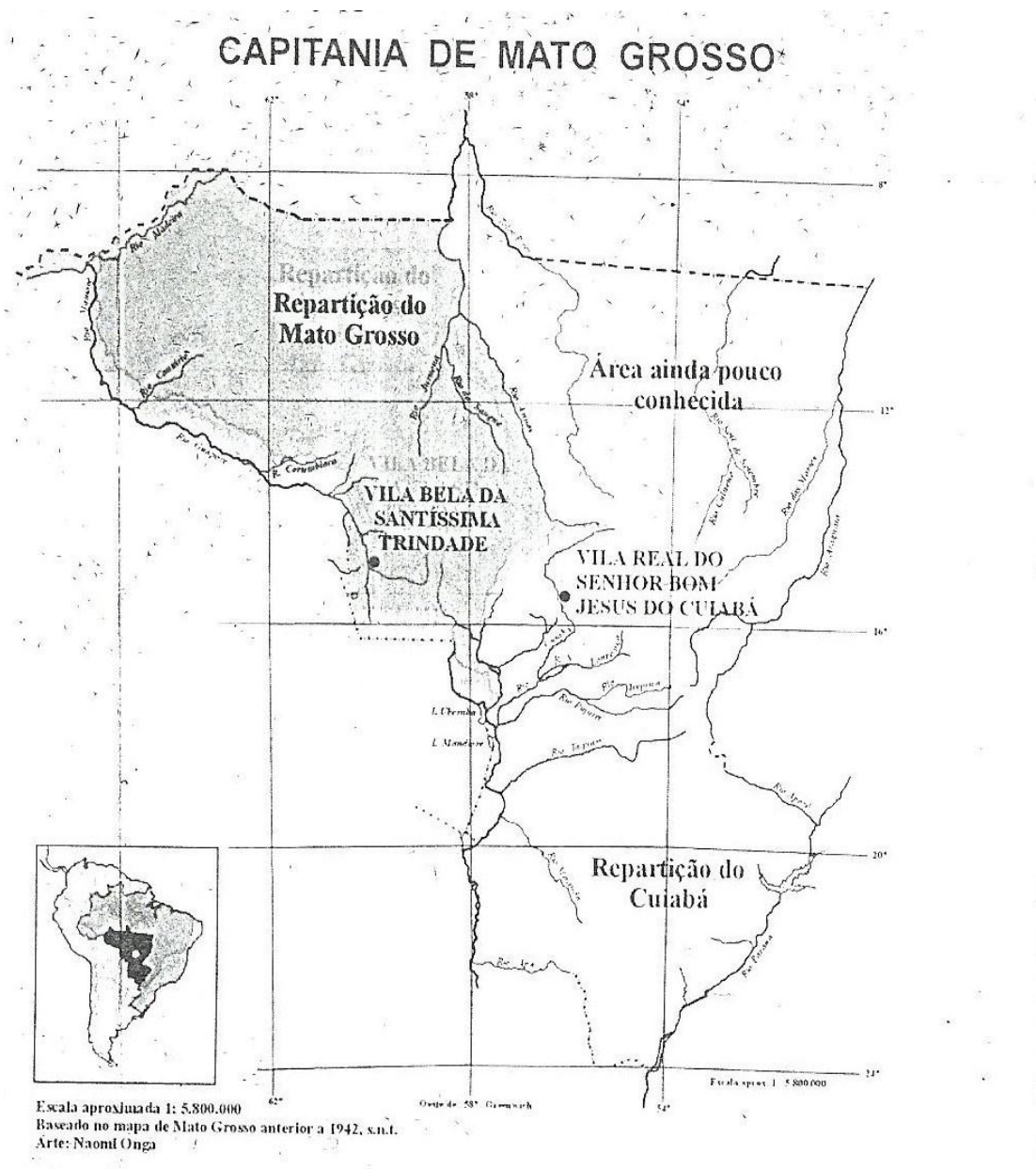
<sup>59</sup> JESUS, Nauk Maria de., *A guerra justa contra os Payaguá (1ª metade do século XVIII)*, 2007, p. 2.

<sup>60</sup> ROSA, Carlos Alberto., Op. cit., p. 17.

<sup>61</sup> JESUS, Nauk Maria de., Op. cit., 2011, p. 27.

localizada em área de fronteira litigiosa”.<sup>62</sup> Era formada por dois distritos: o do Cuiabá, cujo principal núcleo urbano era a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727), e o do Mato Grosso, cujo principal núcleo era a Vila Bela da Santíssima Trindade (1752).<sup>63</sup> O mapa abaixo ilustra essa região com suas repartições e respectivas vilas.

**Mapa 2 - Capitania de Mato Grosso**



**Fonte:** In: ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. *A terra da conquista. História de Mato Grosso Colonial. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 62.*

<sup>62</sup> JESUS, Nauk Maria de (org.), *Dicionário de História de Mato Grosso: Período Colonial*, p. 12.

<sup>63</sup> JESUS, Nauk Maria de., *Capitania*. IN: JESUS, Nauk Maria de (org.), *Dicionário de História de Mato Grosso: Período Colonial*, p. 64.

Conforme Carlos Alberto Rosa, “o espaço da vila esteve em movimento durante todo o período. Essa produção e reprodução do espaço urbano foi feita por população pequena, mas diversificada”.<sup>64</sup> Nesse período, a vila do Cuiabá possuía 148 *fogos*, em que moravam em média 6,4 pessoas em cada domicílio, que totalizavam 949 moradores. Em 1727 os moradores do *termo* da vila somavam 4000, sendo o índice urbano de 23,7%. Por volta de 1750 e 1751, a quantidade dos moradores do *termo* chegou a 7877 pessoas.<sup>65</sup> Entre as sociedades indígenas que povoavam a bacia do rio Cuiabá nos setecentos estavam:

Cruane, Curiane, Guachevane, Apocone, Araripocone, Araripone, Ariocone, Coxipone, Gregone, Guahone, Pavone, Pocone, Pupone, Bobiare, Bororo, Chacorore, Itapore, Tambegui, Tamoringue, Aricá, Cuiabá, Elive, Guale, Jape, Popu, Tuete.<sup>66</sup>

A grande diversidade dos povos indígenas no Cuiabá exigiu dos colonizadores formas diferenciadas de aproximação, na tentativa de facilitar o contato e manter a dominação. Portanto, essa região foi povoada por uma grande quantidade de povos indígenas, que, segundo Antonio Pires de Campos,<sup>67</sup> não foi possível enumerar de tantos que havia.<sup>68</sup>

Em sua viagem às minas do Cuiabá e seu recôncavo, o sertanista registrou aproximadamente setenta etnias. Ele descreveu as suas características, os seus costumes, as atividades desenvolvidas, a região que ocupavam e as adversidades que havia entre alguns grupos.<sup>69</sup> Dentre as etnias registradas por Antonio Pires de Campos havia:

Caiapó, Gualaxo, Achilanes, Escolhexez, Cazoyas, Chicaocas, Hahunos, Juniacas, Tiquinitoz, Abathihe, Chiquiaez, Humegay, Avahuahy, Ahins, Paiaguá, Aycurús, Guatos, Caracará, Guacharapos, Surucuha, Guacamão, Cuvaqua, Tuque, Ahiguas, Crucurus, Hayucars, Sarayes, Caravere, Yupará, Tembez, Aravira Guahonez, Caypanes, Araparis, Itaporis, Yorauvahiba, Parecis, Mahibarez, Tacohaca, Guellechez, Arioconez, Cavihis, Elives, Cuchianes, Guachevanez, Cuiabás, Chacrurez, Tuetez, Japez, Cruanez, Gregonez, Curiane, Tamoringue, Arica, Poçonez, Copemerins, Cuchipone, Puponez, Popuz, Araripoçonez, Acopocones, Tambeguiz, Itapores, Itapore-mirim, Taraquí, Araripoçonez, Cruaraz, Porrudos, Vanhereis, Araés.<sup>70</sup>

<sup>64</sup> ROSA, Carlos Alberto., Op. cit., p. 22.

<sup>65</sup> Idem. Op. cit., p. 22.

<sup>66</sup> Idem. Op. cit., p. 14.

<sup>67</sup> Sertanista nasceu em Itu por volta de 1659, foi senhor da grande fazenda Itaicy, onde possuiu muitos índios a seu serviço, destacou-se na experiência em aprisionar índios nos sertões. Em Cuiabá foi nomeado para o cargo de provedor do registro dos negros em 1726, e em 1728 chefiou uma bandeira contra os Paiaguá. PRESOTTI, Thereza Martha Borges., Op. cit., 2008.

<sup>68</sup> CAMPOS, Antonio Pires de., Op. cit., 1981.

<sup>69</sup> Ver Apêndice A.

<sup>70</sup> CAMPOS, Antonio Pires de., Op. cit., 1981.

Sobre a presença dos povos indígenas em ambientes urbanos e rurais pouco se sabe, pois os nomes das etnias foram adulterados ou não mencionados, como salientou Carlos Alberto Rosa. Segundo este autor, em 1725 no arraial do Cuiabá, havia a presença de índios Guató atuando como domésticos e índios Pareci que trabalhavam na pesca e salga de peixes. No ano de 1736, os Guató, Bororo, Paiaguá e Pareci viviam na vila. Já em fins do século XVIII, os Guaná estavam na periferia, produziam redes e trabalhavam na ligação fluvial com o presídio de Coimbra. Estavam também em ambientes urbanos outros representantes étnicos, como era o caso da índia Catarina, que pertencia à etnia Mizuaré.<sup>71</sup>

Na vila, os indígenas também marcaram sua presença nas celebrações de batismo, no ingresso em Irmandade e declarações deixadas em testamento em que afirmavam a religiosidade cristã. Como ocorreu em 1778 quando o indígena Antonio João, filho de ‘pais pagãos’, deixou lavrado em testamento que queria ser enterrado com mortalha de Nossa Senhora do Rosário.<sup>72</sup> Nesse sentido, fosse em ambientes urbanos ou rurais, os indígenas buscaram a seu modo sobreviver diante das ações dos colonizadores. A participação dos indígenas nos rituais cristãos simboliza as diferentes formas que buscaram para permanecerem vivos diante dos contatos mantidos com os não índios.

No *termo* da Vila Real do Cuiabá, muitos indígenas de diferentes etnias exerciam trabalho compulsório<sup>73</sup> nas minas, trabalhavam na confecção de canoas, como guias e pilotos das embarcações, no sustento das tropas, por meio da pesca, caça e coleta de mel e frutas, na derrubada dos matos para o plantio de mandioca, milho e outros mantimentos,<sup>74</sup> compondo de certo modo o grupo de administrados.

Os índios administrados também fizeram parte da sociedade colonial no século XVIII. Na condição de administrados, “por lei, não podiam ser vendidos, nem trocados”. No entanto, muitos deles foram deixados em testamentos, como ‘peças de serviço’.<sup>75</sup> Mesmo livres, eles eram submetidos a trabalhos compulsórios. Na primeira metade dos setecentos, não havia um consenso entre as autoridades locais da vila quanto à escravidão indígena. Em fins de 1727, o governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, proibiu a venda de índios e que os administrados deixassem os seus administradores. Em 1735, o governador de São Paulo, Antonio Luis da Távora negou a proposta dos vereadores da Vila Real do Cuiabá

---

<sup>71</sup> ROSA, Carlos Alberto., Op. cit., p. 23.

<sup>72</sup> Idem. Op. cit., p. 23.

<sup>73</sup> Idem. Op. cit., p. 36.

<sup>74</sup> PRESOTTI, Thereza Martha Borges., Op. cit., p. 75.

<sup>75</sup> CANAVARROS, Otávio., Op. cit., p. 90.



de tornar os Pareci administrados e, em 1737, o ouvidor do Cuiabá proibiu a venda dos índios Bororo.<sup>76</sup> É compreensível a não escravidão dos Pareci, pois esses indígenas foram caracterizados pelos colonos como índios dóceis, que não resistiam aos ensinamentos da fé católica.

No ano de 1740, segundo Carlos Alberto Rosa, no *termo* da Vila Real do Cuiabá, havia mais de dois mil índios administrados. Considerando que a população do *termo* se aproximava a um total de seis mil pessoas, da qual os indígenas representavam 35%,<sup>77</sup> podemos dizer que havia um número bastante expressivo de indígenas tidos por administrados, que moravam e realizavam serviços na vila e seu *termo*.

Jovam Vilela da Silva com base nos mapas populacionais da segunda metade do século XVIII levantou dados sobre a população nativa tida por administrada. Segundo o autor, esses mapas foram elaborados no governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772), que ordenou o levantamento de toda a população da capitania. Além disso, ele editou um bando intimando os administradores de índios a declararem os nomes de seus administrados na secretaria de governo.<sup>78</sup>

Não sabemos os critérios utilizados na elaboração do mapa, o que requer maiores investigações. Somos, contudo, levados a supor que os administradores informaram o número de administrados após a publicação do bando do governador, o que pode explicar o significativo aumento do número da população nativa tida por administrada na capitania de Mato Grosso em 1771.

---

<sup>76</sup> ROSA, Carlos Alberto., Op. cit., p. 36.

<sup>77</sup> Idem. Op. cit., p. 37.

<sup>78</sup> SILVA, Jovam Vilela da., Op. cit., p. 295.

**Tabela 1 - População nativa tida por administrada na capitania de Mato Grosso** <sup>79</sup>

Ano/Mapas /População	População Total	População Nativa Administrada	Porcentagem %
1768	10.886	173	1,58
1771	11.859	2337	19,70
1775	16.090	410	2,54
1777	17.398	566	3,25
1791	22.637	736	3,25
1797*	6,721*	121	1,80
1800	27.690	1016	3,66

\* Total populacional referente ao distrito de Vila Bela.

**Fonte:** Mapas populacionais do século XVIII. SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII)*. Cuiabá: UFMT, 1995, p. 295.

Notamos que é um mapa populacional da segunda metade do século XVIII, quando vigorava o *Diretório*. Neste período, a população indígena foi mantida pela política do *Diretório*, que permaneceu entre os anos de 1757 a 1798, e “previa a retirada dos índios da tutela religiosa, redistribuindo-os em povoações, nas quais estariam sob o comando de um administrador, cuja função seria zelar por sua educação e demais interesses da Coroa”. <sup>80</sup> Nesse sentido, com base no mapa, a população nativa administrada representava uma grande porcentagem do total da população indígena que povoava a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. <sup>81</sup>

De acordo com Jovam Vilela da Silva, a prática sertanista dos colonos da primeira metade do século XVIII de manter os indígenas sobre propriedades particulares ainda era mantida na segunda metade dos setecentos. <sup>82</sup> O primeiro governador da capitania de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura (1751-1765), chegou a escrever que em muitas ocasiões os indígenas eram trazidos a títulos de cativos e vendidos em praça pública. <sup>83</sup> Os governadores de Mato Grosso não conseguiram finalizar o serviço compulsório indígena, devido à resistência dos moradores em cumprir a Lei. Eles, segundo o governador Antonio Rolim de Moura, vendiam os indígenas como pretos. <sup>84</sup> A venda dos indígenas cativos como pretos,

<sup>79</sup> O título da tabela foi dado pelo autor Jovam Vilela da Silva.

<sup>80</sup> BLAU, Alessandra Resende Dias., Op. cit., p. 37.

<sup>81</sup> Discutiremos a política do *Diretório* no 3º Capítulo.

<sup>82</sup> SILVA, Jovam Vilela da., Op. cit., p. 275.

<sup>83</sup> MOURA, Antônio Rolim de. *Correspondências*. Vol. 1 Ob. Cit., p. 123. apud. Idem. Op. cit., p. 275.

<sup>84</sup> CARVALHO, Francismar Alex Lopes de., Op. cit., p. 154 - 155.

evidencia a prática dos colonos em burlar a legislação indigenista que na segunda metade do século XVIII, proibia tornar índios cativos.

Ainda nesse contexto, a política indigenista adotada pelos colonizadores foi a de classificá-los entre índios aliados e inimigos. “Identificá-los e distingui-los era importante para os objetivos da colonização”.<sup>85</sup> Os índios aliados dos portugueses eram aqueles que colaboravam com o projeto colonizador. Os inimigos, pelo contrário, eram, os que se recusavam a viver em aldeias e estabelecer relações mais próximas com os europeus, caracterizados, então, como bárbaros, selvagens e índios bravos.

Aldear os índios tidos como mansos pelos colonizadores fazia parte das estratégias firmadas no plano colonizador, uma vez que esses índios eram muito mais receptivos a fé católica, pois seriam utilizados na conquista de outras etnias. Já a “institucionalização da categoria de índios hostis garantiu a manutenção das possibilidades de escravização”.<sup>86</sup> Em muitos momentos, os colonizadores caracterizavam alguns grupos indígenas como bravios para justificar a necessidade da organização de guerras. Assim, o trato diferenciado no contato com índios mansos e bravios implicava em saldos de mortes distintos, em consequência das ações de defesa movidas pelos indígenas.

Diante dos contatos, os indígenas também souberam fazer uso dessa classificação para sobreviver fisicamente e culturalmente. Nos aldeamentos, os índios tidos como mansos, passaram a reelaborar suas culturas e identidades a partir da atribuição de outros símbolos religiosos, buscavam assim, novas formas de sobreviverem aos avanços dos colonizadores.<sup>87</sup>

Os espaços ocupados pelos índios mansos e bravios geraram categorias sociais que apresentavam a condição desses indígenas no universo colonial. Os índios cativos também eram chamados de escravos e negros da terra. O termo forro se referia aos índios que não eram e nunca tinham sido escravos. Essas categorias alternavam de acordo com o tempo e as regiões distintas.<sup>88</sup> Os colonizadores se apropriavam das diferentes classificações indígenas para encontrar meios de inseri-los nos trabalhos escravos.

Assim sendo, no processo de conquista da fronteira oeste, muitos indígenas foram mortos e escravizados. Alguns foram considerados bárbaros e sem civilização, e outros, como os Parecí, dóceis e de mais fácil contato. A esse respeito, a Carta Régia de 1732 de Dom João

---

<sup>85</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de., Op. cit., 2010, p. 31.

<sup>86</sup> GARCIA, Elisa Frühauf., Troca, guerras e alianças na formação da sociedade colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial 1443-1580*: volume I, p. 323.

<sup>87</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de., Op. cit., 2010.

<sup>88</sup> GARCIA, Elisa Frühauf., Op. cit., p. 324.

ao governador e capitão general de São Paulo Antonio da Silva Caldeira Pimentel menciona que “parecia o gentio Parecis [...] aos quais entre todo o gentio da América ser o que tem melhor disposição para receber a nossa santa fé”,<sup>89</sup> assim como, deveriam ser tratados com “[...] todo o cuidado a evitar os injustos cativos que se tem feito ao gentio, mandando proibir por bando que se continue a insultar essa nação”.<sup>90</sup>

No ano de 1735, uma expedição realizada na capitania de São Paulo a pedido de Dom João partiu em busca dos índios Pareci, com o objetivo de reduzi-los.

Faço saber a vos Conde de Sarzelas Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, que eu sou servido mandar avisar ao provincial da Companhia de Jesus nome Missionários dos Padres da sua religião que se acham nessa Capitania para irem à redução do gentio Parecis.<sup>91</sup>

A redução dos gentios que apresentavam certa brandura, como no caso dos Pareci, foi estratégia mantida pelos colonizadores para o sucesso da catequização. Além disso, muitos desses índios colaboraram nos serviços urbanos e rurais e na captura daqueles tidos como bárbaros. Segundo Loiva Canova, que analisou as representações dos índios Pareci na primeira metade do século XVIII:

Ao contrário de outros gentios, tidos como bravios, infiéis, quase impossível de se tornarem cristãos, os índios da nação Paresi eram vistos pelos “brancos” como os mais predispostos à inclusão aos fundamentos dos valores conceituados como civilizados, inclusive por serem os de maior inclinação aos ensinamentos da fé católica.<sup>92</sup>

Os Pareci, por serem caracterizados pelas autoridades e moradores como mansos, “foram estrategicamente escolhidos para engrenar a política de colonização”.<sup>93</sup> Outras características pertencentes a esse grupo étnico também chamaram a atenção dos colonizadores e fizeram com que se aproximassem desses indígenas com o objetivo de os tornarem aliados. Conhecidos como gentios de assento, viviam de suas lavouras, nas quais

---

<sup>89</sup> Carta Régia de Portugal, Dom João ao governador e capitão general de São Paulo Antonio da Silva Caldeira Pimentel. Lisboa, 11/03/1732. BR APMT, SG, CR. N° 0015, caixa n° 001.

<sup>90</sup> *Ibidem*, 1732.

<sup>91</sup> Provisão de 17 de janeiro de 1735 – sobre mandar arbitrar o viático para a sustentação dos Missionários que se mandam expedir para a redução do gentio [Parecis]. In: COSTA, Maria de Fátima; LIMA, Luzinete Xavier de. *Documentos Régios: 1702-1748: Códice n. 1 da Superintendência de Arquivo Público de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2013.

<sup>92</sup> CANOVA, Loiva., Op. cit., p. 1.

<sup>93</sup> Idem. Op. cit., p. 9.

mantinham um trabalho muito organizado na produção de batatas, milho, mandioca e feijão. A perfeição com que construíram e conservaram suas estradas muito interessou os não índios, pois as fazia muito largas e direitas.<sup>94</sup>

As qualidades das índias Pareci despertaram atenção das autoridades e moradores. De acordo com Antonio Pires de Campos, era o gentio feminino mais parecido com os costumes dos não índios. Elas eram mulheres “claras e bem feitas de pé e perna”, se mostravam ágeis e habilidosas.<sup>95</sup> As particularidades dos homens e mulheres Pareci agradaram aos colonizadores pela semelhança com a cultura do não índio, pois acreditavam que a predisposição ao contato com o colonizador e a conversão a fé católica já era próprio dessa etnia,<sup>96</sup> características que despertaram os interesses dos colonizadores por não se mostrarem guerreiros nos contatos firmados.

O mesmo, contudo, não pensavam as autoridades e moradores dos índios Caiapó e Xavante, por exemplo. Estes eram tidos como

[...] ingratos ao benefício com que o mesmo senhor pretendeu tirá-los dos incultos matos que habitavam e incorporá-los no Grêmio da Santa Igreja Católica, reduzindo-os a uma vida sociável para o que lhes concedia não somente a liberdade, mais ainda isenções e honras; Eles infiéis a tantas demonstrações de sua exuberante clemência se a rebelião perfidamente traidores, e voltando contra nós as mesmas armas que se lhe tinham administrado para sua estabilidade [...].<sup>97</sup>

Portanto, índios considerados bravios e dóceis faziam parte das descrições presentes nos relatos e nos documentos oficiais. De acordo com a política indigenista do século XVIII, os índios aliados dos colonizadores deveriam ser aldeados, já os índios considerados como inimigos, escravizados quando capturados em guerra, e mortos nos combates.

A respeito dos aldeados, na sociedade colonial, eles ocupavam as posições mais baixas na hierarquia social. Porém, mesmo ocupando posição social inferior, “os aldeamentos indígenas ofereciam aos índios algumas garantias e até privilégios se comparados com o tratamento oferecido às pessoas de condição inferior”.<sup>98</sup> Eles possuíam o direito a terra, a se tornarem súditos cristãos, a não se tornarem escravos, mesmo sendo submetidos a situações

---

<sup>94</sup> CAMPOS, Antonio Pires de., Op. cit., p. 188 - 189.

<sup>95</sup> Idem. Op. cit., 1981.

<sup>96</sup> CANOVA, Loiva., Op. cit., p. 61.

<sup>97</sup> Requerimento do procurador da câmara da Vila do Cuiabá, solicitando à câmara de Vila Boa de Goiás o teor do bando ou ordem régia em que sua majestade dá por cativo o gentio caiapó e demais nações. Vila do Cuiabá, 13/8/aprox. 1772. BR APMT, CVC, RQ. N° 0048, caixa n° 001.

<sup>98</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de., Op. cit., 2010, p. 86.

de opressão e trabalhos forçados.<sup>99</sup> Desse modo, as organizações de defesa e ataque praticadas pelos indígenas, diferenciavam de acordo com a hierarquização social.

Apresentamos até o momento os lugares ocupados pelos indígenas que estiveram presentes em ambientes urbanos e rurais. Contudo, essas relações não foram amistosas, como é possível notar nos confrontos entre os índios Paiaguá e colonizadores na rota das monções.

## 1.2 Na Rota das Monções

A aproximação dos Paiaguá e paulistas foi possibilitada pelo itinerário das monções, que estabeleceu a comunicação entre Porto Feliz e Cuiabá no período colonial, e tinha como objetivo povoar e abastecer a região da fronteira oeste da América portuguesa.<sup>100</sup> As monções marcaram a ampliação das fronteiras e a colonização do interior, constituindo assim, um prolongamento das bandeiras paulistas.<sup>101</sup> As águas estreitavam as distâncias e aproximavam São Paulo de Cuiabá e Mato Grosso, por meio do seguinte percurso:

As canoas desciam normalmente o Tietê até a foz, seguiam o curso do atual Paraná, entravam por um dos seus afluentes, em geral o Pardo e, depois, subiam o Anhanduí-Guaçu, até conseguir subir o Paraguai. De lá alcançavam o São Lourenço e, finalmente, o Cuiabá.<sup>102</sup>

O mapa que segue ilustra o itinerário das monções.

---

<sup>99</sup> Idem. Op. cit., 2010, p. 86.

<sup>100</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., *Monções*, 2014.

<sup>101</sup> VAINFAS, Ronaldo., Monções. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, p. 405.

<sup>102</sup> KOK, Glória., *O Sertão Itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII*, p. 39.



que foram construídas seguindo o modelo das ‘pirogas indígenas’.<sup>104</sup> Elas consistiam em canoas que mediam em média 12 metros de comprimento, construídas com troncos de árvores, fosse à peroba ou a ximbaúva. Com as experiências obtidas nas viagens, as embarcações foram sendo construídas para atender as necessidades dos viajantes, o transporte das mercadorias e a sua preservação durante o percurso. As novas canoas introduziram os “remos à maneira de choupos de espontão, varas com juntas de ferro para subir os rios, cumieiras e cobertas de lona para proteger das chuvas”.<sup>105</sup>

As embarcações transportavam em sua grande maioria o total de dez homens, sem contar o piloto, o contrapiloto, o proeiro e cinco remadores. No entanto, esse número não foi a realidade de todas as viagens, pois há registros de canoas que transportavam mais de vinte homens. As viagens monçoeiras poderiam embarcar entre 60 e 600 pessoas.<sup>106</sup>

Os homens que conduziam as embarcações possuíam funções distintas e hierarquizadas. O guia estava no topo da hierarquia, tido como um homem inteligente a quem todos obedeciam; os proeiros ficavam com as chaves do ‘caixão’, onde se guardava a aguardente, e carnes salgadas, e “batendo com o calcanhar no chão, marcava o compasso das remadas”;<sup>107</sup> aos remeiros cabia o ofício de remar. As cargas ocupavam o centro das embarcações, os remeiros e proeiros a proa, e, na popa, ficavam os pilotos e passageiros.<sup>108</sup> Para comandar as embarcações era preciso muito mais que um ato de coragem ou aventura para enfrentar as grandes corredeiras. Era necessário muita inteligência e força para conduzir as canoas.

As monções adentravam em territórios povoados pelos Paiaguá, o que resultou em diversos confrontos nas rotas dos rios. Após os primeiros ataques ocorridos na década de 1720, os monçoeiros passaram a estabelecer estratégias para fugirem dos assaltos dos Paiaguá. Como navegar apenas em comboios e com canoas artilhadas,<sup>109</sup> tática que não cessaria as investidas dos índios, já que os mesmos conheciam o curso das águas. A escolha dos meses também influenciava no sucesso das monções. O ideal era que as embarcações que saíssem de Povoado para as minas cuiabanas partissem nos princípios de junho até São João. Já as que saíam das minas para Povoado deveriam partir ao final do mês de julho início de

---

<sup>104</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., Op. cit., 2014.

<sup>105</sup> Idem. Op. cit., p. 60.

<sup>106</sup> Idem. Op. cit., p. 61 - 136.

<sup>107</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., *Caminhos e Fronteiras*, 1957, p. 173.

<sup>108</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., Op. cit., 2014.

<sup>109</sup> Idem. Op. cit., 2014.



agosto,<sup>110</sup> pois neste período, as águas estavam baixas, o que facilitava o percurso nos rios e dificultava a organização dos Paiaguá nos sangradouros.

Frente ao desconhecido “era muito natural que os primeiros sertanistas aprendessem com os nativos os processos para melhor e menos perigosamente navegarem os rios de águas revoltas”. Logo, os tripulantes das monções aprenderam a remar de pé,<sup>111</sup> forma de remar praticada pelos Paiaguá. Diante das dificuldades em conservar os alimentos, foi preciso aprender a caçar, pescar e coletar,<sup>112</sup> formas de sobrevivência praticada pelos indígenas.

A adaptação às novas iguarias era preciso, pois as viagens de Porto Feliz a Cuiabá demoravam em média cinco meses e os principais alimentos consumidos pelos monçoeiros como o feijão, milho e farinha<sup>113</sup> não eram suficientes para todo o período da viagem, nem era possível mantê-los conservados. Foi preciso desde cedo que os colonos se adaptassem aos novos alimentos.<sup>114</sup>

A preparação das monções movimentou o comércio de Itu e Porto Feliz, e houve a necessidade de “agricultores aptos a fornecer alimentos para o mercado, fabricantes de canoas e remos, e mão de obra para as expedições fluviais”.<sup>115</sup> Muitas eram as pessoas envolvidas na preparação das viagens, para que as canoas e seus homens pudessem navegar com segurança.

Até o momento, levantamos o total de doze viagens monçoeiras, que foram realizadas entre os anos de 1725 a 1770. No entanto, segundo Silvana Godoy, embora a partir da década de 1770 elas tenham perdido o vigor dos trinta primeiros anos iniciais de sua realização, ainda foram utilizadas até a década de 1830.<sup>116</sup>

**Tabela 2 – Ano e local de partida das monções no século XVIII**

Ano	Local de saída
1725	Porto Feliz
1726	Cuiabá
1727	Porto Feliz
1728	Cuiabá

<sup>110</sup> Auto (treslado) sumário que mandou fazer o ouvidor João Gonçalves para averiguar as mortes e roubos que o gentio Paiaguá fez na última tropa que chegou ao povoado. Vila do Cuiabá, 12/04/1736. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 84. Fotos 403 – 422.

<sup>111</sup> As flotilhas monçoeiras. Canoas e canoões, ajujos, balsas. Informes preciosos de Juzarte [...]. In: TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeiros*, p. 60.

<sup>112</sup> GODOY, Silvana., *Itu e Ararituaba na Rota das Monções (1718 a 1838)*, 2002.

<sup>113</sup> Idem. Op. cit., 2002.

<sup>114</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., Op. cit., 1957.

<sup>115</sup> GODOY, Silvana., Op. cit., p. 142.

<sup>116</sup> Idem. Op. cit., 2002.

1730	Cuiabá
1733	Porto Feliz
1736	Porto Feliz
1737	Cuiabá
1738	Porto Feliz
1740	Porto Feliz
1752	Porto Feliz
1770	Cuiabá

O número das viagens monçoeiras que transportavam mercadorias e pessoas para a região das minas foi superior às viagens que retornavam para Porto Feliz com as riquezas exploradas. A necessidade de povoar a região para dominar territórios, explorar o ouro, a mão de obra indígena, e estabelecer o comércio, impulsionou a movimentação das embarcações.

Segundo Silvana Godoy, Itu e Porto Feliz não contavam com grandes comerciantes, mas nem por isso deixaram de ser importantes para o funcionamento do comércio das monções. Comerciantes e agricultores dessa localidade conseguiram acumular cabedal a partir do mercado interno e comercializavam com os moradores de Cuiabá. Eles faziam parte de uma complexa rede comercial que envolvia Itu, Porto Feliz, Cuiabá, Goiás, Santos, Rio de Janeiro, Lisboa e mesmo partes do continente Africano.<sup>117</sup>

Por meio do auto sumário que o ouvidor do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, mandou fazer para averiguar as mortes e roubos feitos pelos índios Paiaguá na monção organizada em Porto Feliz no ano de 1735 com destino a Cuiabá, é possível perceber a presença de comerciantes. Esse documento contou com depoimentos de nove sobreviventes, todos brancos, que foram convocados pelo ouvidor. A partir dele, temos informações sobre a naturalidade, profissão e idade das testemunhas.

**Tabela 3: Sobreviventes/testemunhas do ataque Paiaguá a monção no ano de 1736**

Nome	Naturalidade	Profissão	Idade
Lourenço Soares de Brito	Arcos de Valdaves	Assistente nas minas/Vivia dos seus negócios	36 anos
Teodózio Xavier de Matos	Lisboa	Assistente nas minas na companhia de seu pai Francisco Xavier de matos	25 anos

<sup>117</sup> Idem. Op. cit., 2002.

Capitão Manoel Moreira Terra	Cidade do Porto	Assistente nas minas e meirinho da intendência da nova capitação dos quintos	33 anos
Antônio José Chaves	Comarca da Vila Real	Assistente nas minas/Vivia dos seus negócios	32 anos
João Rodrigues da Silva	Ilha do Faial	Assistente nas minas/Vivia dos seus negócios	27 anos
João da Silva	Vila de Aveiro	Bispado de Coimbra e assistente nas minas de Cuiabá	35 anos
Gaspar dos Reis Silva	Freguesia de São Vicente da Clam	Assistente nas minas e tesoureiro dos defuntos e ausentes	63 anos
Manoel Barbosa Ferreira	Vila de Viana	Assistente nas minas/Vivia dos seus negócios	50 anos
Sargento mor Francisco Xavier de Matos	Lisboa	Assistente nas minas/Vivia dos seus negócios	53 anos

Conforme a tabela é possível perceber que as testemunhas que sobreviveram eram naturais do reino e possuíam entre 20 e 63 anos, sendo o de maior idade Gaspar dos Reis Silva, tesoureiro dos Defuntos e Ausentes nas minas. Com base nos depoimentos das nove testemunhas, não há relatos que traziam suas mulheres. A única informação que se tem sobre a companhia dos filhos, é da segunda testemunha, Teodósio Xavier de Matos, que era assistente nas minas na companhia de seu pai Francisco Xavier de Matos.

A partir dessas informações, podemos entender que o interesse maior dessa monção era o comercial. A viagem foi realizada entre os meses de novembro de 1735 e abril de 1736, era constituída por doze canoas, sendo dez com cargas de negócio e duas de montaria. Nas embarcações, traziam o sal, fumo, roupas, armas e escravos,<sup>118</sup> utensílios que seriam essenciais para a sobrevivência durante o percurso da viagem. Eles chegaram ao Arraial Velho aos dezenove de março, por volta das oito para as nove horas da manhã onde foram surpreendidos pelos Paiaguá.

<sup>118</sup> Auto (treslado) sumário que mandou fazer o ouvidor João Gonçalves para averiguar as mortes e roubos que o gentio Paiaguá fez na última tropa que chegou ao povoado. Vila do Cuiabá, 12/04/1736. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 84. Fotos 403 – 422.

No confronto, morreu o Frei Antônio de Jesus Maria Nascentes, religioso de Santo Antônio da Província do Brasil. Tal fato evidencia a participação dos religiosos no universo dos negócios, bem como na evangelização dos indígenas, que implicava no sucesso dos lucros por meio da exploração do ouro e do trabalho indígena.

Assim, para dar continuidade à exploração das riquezas minerais nas minas cuiabanas com segurança, os homens que vinham na monção de 1736 e sobreviveram ao ataque Paiaguá, ao testemunharem sobre o confronto, afirmaram a importância da abertura do caminho terrestre por Goiás, para garantir o sucesso das viagens monçoeiras fugindo dos ataques indígenas. Conforme a testemunha primeira, Lourenço Soares de Brito, “será muito útil abrir-se caminho destas minas para as dos Goiás para por ele se conduzir sem risco o ouro de Sua Majestade”.<sup>119</sup> Do mesmo modo discorreram as demais testemunhas. A nova rota por caminhos terrestres desviava as embarcações dos caminhos fluviais que os Paiaguá senhoreavam, mas, os monçoeiros encontrariam outras etnias, como os Caiapó, porém, menos temidos pelos colonizadores.

Logo, para fugirem dos assaltos dos Paiaguá e da ameaça dos castelhanos, após a década de trinta dos setecentos, buscou-se a abertura do novo caminho que ligaria as Minas cuiabanas às Minas de Goiás. A nova rota terrestre, “agilizaria o abastecimento, a vinda de reforços militares, o socorro da população e a remessa segura do ouro quintado”.<sup>120</sup> Com esses argumentos, a junta da câmara decidiu então abrir o novo caminho.<sup>121</sup>

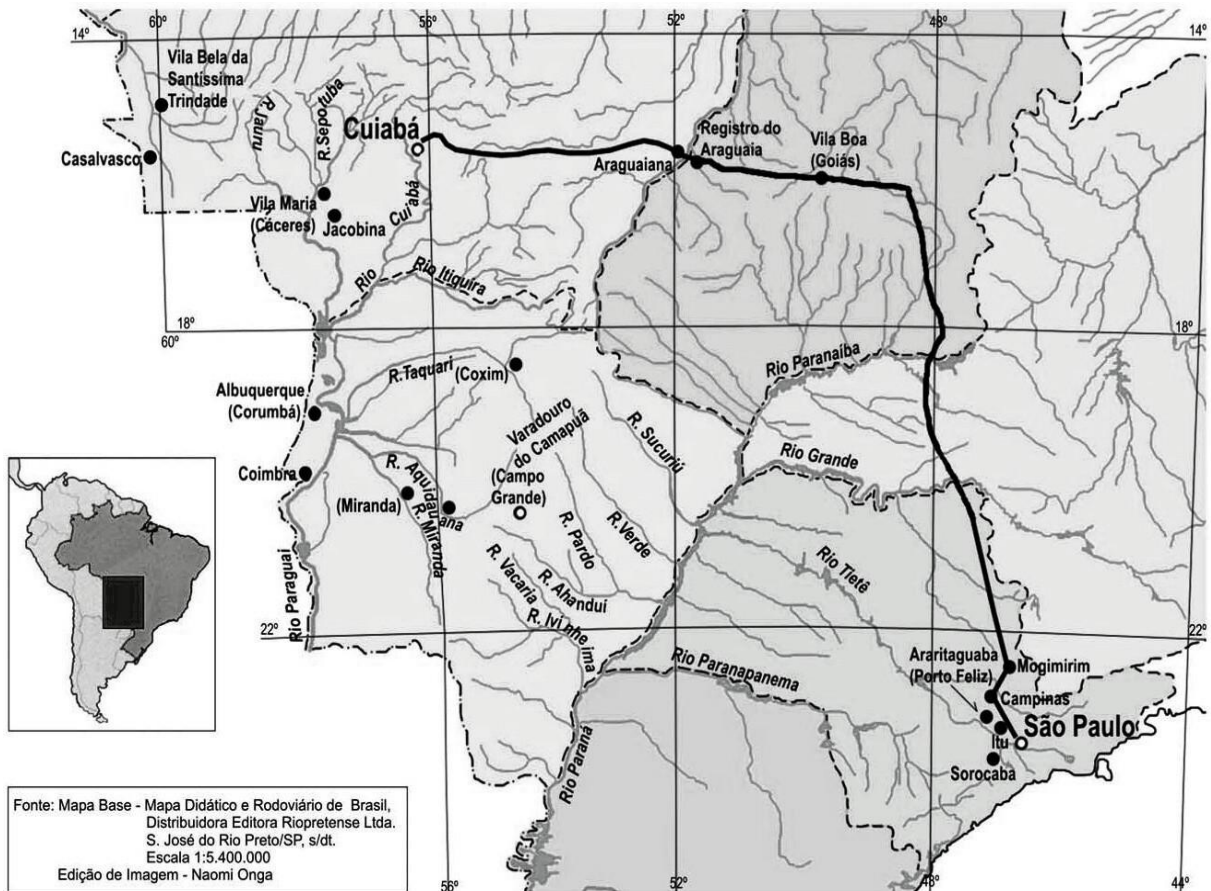
---

<sup>119</sup> *Ibidem*, 1736.

<sup>120</sup> JESUS, Nauk Maria de., Op. cit., 2011, p. 123.

<sup>121</sup> Idem. Op. cit., 2011.

Mapa 4 – Caminho terrestre Cuiabá/Goiás



**Fonte:** JESUS, Nauk Maria de. *Na Trama dos Conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. 2006. 439 f. Tese (Doutorado em História). ICHF/UFF, Niterói, p. 169.

Mesmo com a abertura do novo caminho que ligava Cuiabá/Goiás e São Paulo, os monçoeiros tiveram mesmo foi que conviver com a organização dos índios Paiaguá nas águas do rio Paraguai e cercanias. Espaços que navegam com muita destreza e velocidade, em busca de alimentos para a sobrevivência do grupo e defesa das investidas dos colonizadores.

Desse modo, o espaço da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá atraiu os colonizadores que se dirigiram para a região em busca de populações indígenas e do ouro. Por meio das expedições, os colonos conquistaram e colonizaram a região, explorando as riquezas minerais e fazendo dos indígenas mão de obra escrava.

Portanto, os contatos que ocorreram em área indígena e foram se espacializando de acordo com os interesses políticos, econômicos e territoriais dos colonos, ocasionaram intensos conflitos que fizeram com que os Paiaguá se organizassem diante dos avanços dos colonizadores. Essas diferentes formas de organização serão analisadas a seguir.

## Capítulo II – O Guerrear dos Paiaguá: Emboscadas nas Águas dos Rios

O capítulo aborda como os Paiaguá se organizaram em seus ataques de defesa e/ou assalto às monções na primeira metade dos setecentos. Suas estratégias para não perecerem fisicamente e culturalmente diante das investidas dos colonizadores. Que instigados pela descoberta do ouro nas minas da vila do Cuiabá e pela procura de indígenas para mão de obra escrava, percorreram pelas águas do rio Paraguai e cercanias, espaços que os Paiaguá senhoreavam.

### 2.1 Paiaguá: os canoieiros do rio Paraguai

Nas primeiras descrições, os Paiaguá foram caracterizados como índios que viviam de curso. Não possuíam moradia fixa e seguiam o curso das águas do rio Paraguai. “Até 1725, ninguém sabia ao certo que índios seriam estes, tão destros na arte de navegar, nem onde habitavam, nem que nome tinham”.<sup>122</sup> Com o avanço das expedições de conquista, suas características foram sendo apresentadas pelos sertanistas, cronistas e viajantes que adentraram as áreas povoadas por esses indígenas.

Detentores de um *ethos* guerreiro e excelentes canoieiros, de acordo com “a moderna linguística os Payaguá inserem-se na família linguística Gwaikuru [...]. A área de abrangência do tronco linguístico estender-se-ia do rio Paraguai ao rio Paraná, espaço de muitos dialetos de tênues diferenças”.<sup>123</sup> Os Paiaguá “se autodenominavam Euvevi (gente do rio, gente da água) e se subdividiam em dois grupos, os Siacuá ou Sigaeco, que habitavam a parte sul e os Serigué que povoavam as terras do Alto Paraguai”.<sup>124</sup> Assim, buscamos apresentar os Paiaguá a partir das relações comerciais com os castelhanos e das guerras ocorridas com os monçoeiros.

De acordo com os relatos de Antonio Pires de Campos que correspondem à primeira metade do século XVIII, os Paiaguá se organizavam em grandes lotes, suas moradas era

---

<sup>122</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., Op. cit., 2014, p. 129.

<sup>123</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., p. 33.

<sup>124</sup> COSTA, Maria de Fátima., Op. cit., p. 82.

sempre andarem embarcados, não possuíam domicílio certo e viviam de *montarias*<sup>125</sup> do rio Paraguai. Os homens andavam nus, e as mulheres embuçadas com panos que faziam de algodão no formato de mantas. Suas armas eram flechas e lanças, as quais utilizavam com muita destreza, fazendo vários tiros.<sup>126</sup> Sobre a fabricação das flechas, é possível que anterior aos contatos com os colonizadores fossem confeccionadas com a matéria prima que possuíam, como a “madeira, taquara, ossos ou espinhos de peixes, e, posteriormente, tenha sido adotada a ponta de metal, frente ao contato com o colonizador”,<sup>127</sup> produto obtido por meio do escambo realizado com os castelhanos. Tal relação comercial que atendeu aos objetivos dos espanhóis, por intermédio da aproximação com os canoieiros, conseguiam o ouro e escravos, e não corriam o risco de serem atacados por esses indígenas.

A área de ocupação Paiaguá que se estendeu da parte meridional (rio Bermejo), a setentrional no Alto Paraguai, lhes garantiu a sobrevivência por meio da pesca, caça e coleta, já que o cultivo agrícola não pertencia à cultura da etnia. O que não produziam, conseguiam por meio dos saques e escambo com os castelhanos e certamente com outros povos indígenas. Na pesca, costumavam se alimentar de algumas espécies, como o barbado, cascudo, curimatá e traíra; a anta, capivara, o jacaré e algumas aves, eram os mais procurados nos momentos da caça; já na coleta, se alimentavam do mel, ovos de répteis e aves, do fruto da algarroba e do arroz nativo,<sup>128</sup> espécies encontradas entre as cheias e secas das águas do Pantanal.

---

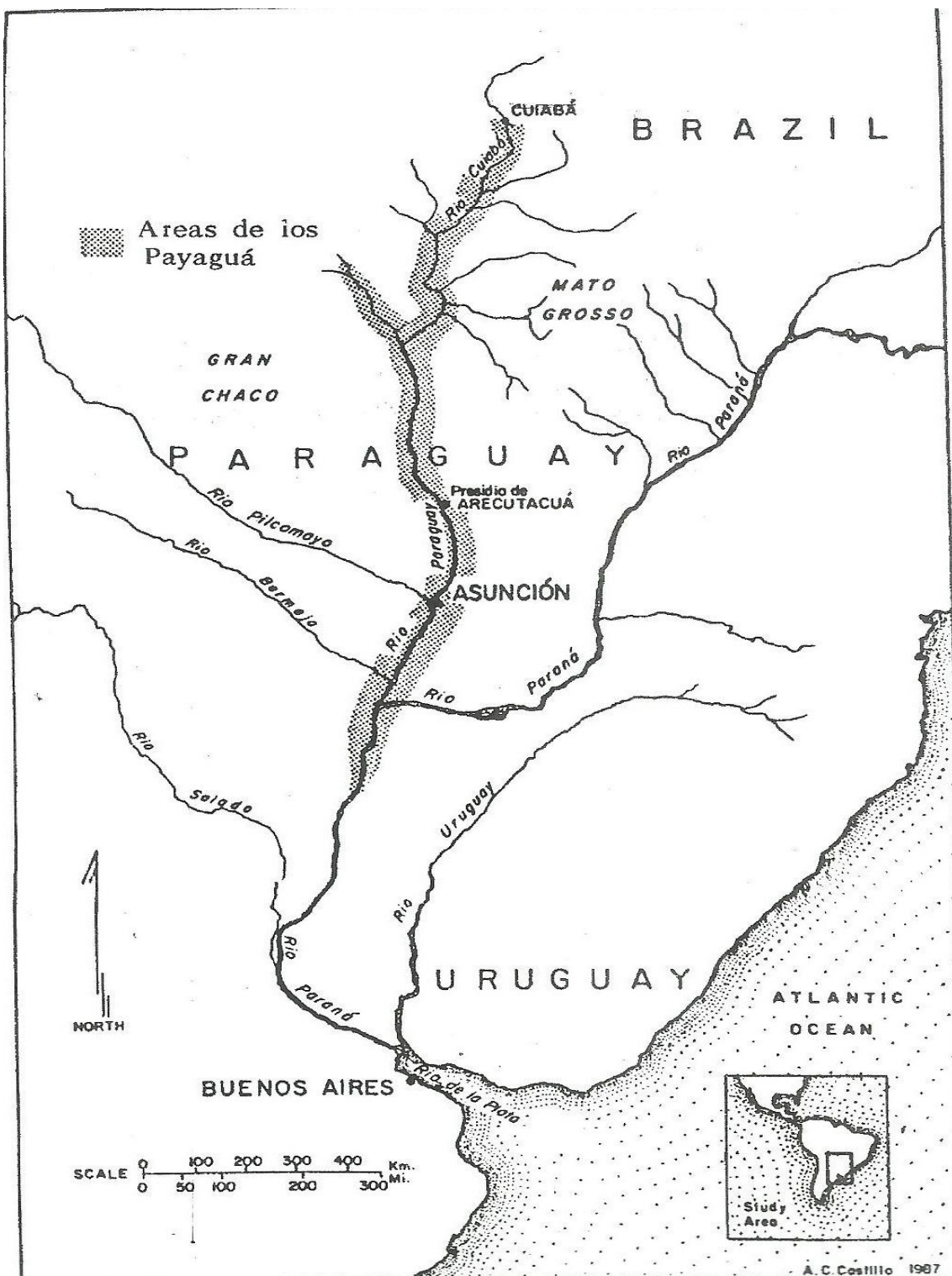
<sup>125</sup> As montarias consistiam na caça dos animais que percorriam os rios e os campos. BLUTEAU, Raphael., *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico*, p. 565.

<sup>126</sup> CAMPOS, Antonio Pires de., Op. cit., p. 184.

<sup>127</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., p. 136.

<sup>128</sup> Idem. Op. cit., p. 102 – 105 - 111.

Mapa 5 - Área de circulação dos Paiaguá durante a época colonial



Fonte: GANSON, Bárbara, 1989. apud. MAGALHÃES, Magna Lima. *Payaguá: os senhores do Rio Paraguai*. São Leopoldo, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, p. 31.



Por habitarem uma área fluvial que oferecia uma grande diversidade de pescado e serem exímios canoieiros, a pesca foi muito importante na alimentação dos Paiaguá. Como afirma Martin Dobrizhoffer, “[...] viven principalmente de la pesca en la cual son muy hábiles porque tienen sus paraderos a orillas de los lagos e rios e nadan tan bien como los mismos peces”.<sup>129</sup> Os homens eram os responsáveis pela atividade da caça, pesca e seu preparo, desde que fossem casados, pois enquanto solteiros, não podiam pescar, nem trabalhar. Já as mulheres se dedicavam ao cozimento dos legumes, entre outras atividades, como a fabricação de cerâmica, teciam as esteiras, além da feitura das casas.<sup>130</sup>

A divisão das atividades não se restringia somente a sua realização, mas também ao consumo dos alimentos. Os homens podiam se alimentar de todos os mantimentos que conseguissem por meio da caça e pesca, como peixes e jacarés, já as mulheres se alimentavam apenas de vegetais.<sup>131</sup>

Como a grande parte das atividades realizadas pelos Paiaguá acontecia nas águas do rio Paraguai, as canoas foram fundamentais para a sobrevivência desses indígenas, “das quais eram hábeis construtores”.<sup>132</sup> Com o uso das canoas entre os séculos XVI e XVII, os canoieiros se opuseram aos domínios dos colonizadores e na primeira metade do século XVIII, assaltavam as canoas das monções cuiabanas, destacando-se o uso de emboscadas, modo de pelejar<sup>133</sup> desses indígenas.

A mobilidade dos Paiaguá esteve também relacionada à busca por alimentos e estratégias de defesa, que implicava na escolha do local para se fixarem o tempo que fosse necessário, assim, observavam a “sazonalidade (período de cheias e vazantes), identificada como “um dos principais fatores responsáveis pela biodiversidade”<sup>134</sup> e a mobilidade fluvial”. Os abrigos provisórios deveriam ser levantados com materiais leves e práticos, favorecendo a montagem e desmontagem.<sup>135</sup>

As atividades desenvolvidas pelos Paiaguá em suas canoas muito contribuíram para o alcance de um porte físico forte, colaborando com a agilidade e vigor nas guerras, assaltos, e demais atividades realizadas por esses indígenas. Tidos como velozes, “navegavam em uma

---

<sup>129</sup> DOBRIZHOFFER, Martin S. J., 1967, V. I, p. 445. apud. MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., p. 102.

<sup>130</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., 1999.

<sup>131</sup> COSTA, Maria de Fátima., Op. cit., p. 85.

<sup>132</sup> VANGELISTA, Chiara., Op. cit., p. 138.

<sup>133</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., *O Extremo Oeste*, 1986, p.74.

<sup>134</sup> OLIVEIRA, Jorge Eremites de.; VIANA. Sibebe Aparecida., *O Centro-Oeste antes de Cabral*, p. 169.

<sup>135</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., p. 89.

hora o que os brancos faziam num dia, pelo fato de terem melhores canoas e remeiros”,<sup>136</sup> características que se destacavam nos conflitos com os colonizadores. “A destreza, a agilidade que sabia demonstrar nas águas com as suas leves canoas [...], até bem perto da vila de Cuiabá”,<sup>137</sup> impressionava os colonizadores.

Segundo Antonio Pires de Campos, os canoeiros se apresentaram muito resistentes nas guerras que participavam, “no mesmo instante viram as suas canoas, e desaparecem por baixo d’água, e antes de passar muito tempo as tornam a desalagar e fogem navegando com tal velocidade que parece levam asas”.<sup>138</sup> Enquanto lutavam para manter a cultura da etnia, os Paiaguá se opuseram desde os primeiros contatos com os colonizadores a “não resignação frente ao crescente domínio colonizador, conservando de todas as formas possíveis a autonomia cultural”.<sup>139</sup> Sua organização de defesa e ataque pela vida e identidade do grupo os tornou temíveis e bárbaros para o colonizador. Com a vinda das monções para as minas cuiabanas, os Paiaguá tiveram a oportunidade de realizar os saques, o escambo e o comércio com os espanhóis.

Assim, diante das relações que mantiveram com os espanhóis desde o século XVI, se opuseram a conversão religiosa, “não aceitaram nem a conversão nem o trabalho nas haciendas (em 1611, dos 6.000 indígenas desta etnia conhecidos, só 500 eram batizados ou encomendados) [...]”.<sup>140</sup> Os Paiaguá por se mostrarem guerreiros, “rejeitavam o trabalho sedentário e a conseqüente perda da liberdade de deslocamento”,<sup>141</sup> formas de resistências utilizadas para permanecerem fisicamente e culturalmente. A mobilidade desse grupo étnico permitiu conhecer os melhores lugares para se esconderem e atacarem as monções, já que suas investidas consistiam em saírem aos urros dos sangradouros dos rios.

Essa estratégia pode ter sido utilizada pelos Paiaguá para atemorizar os colonos que navegavam pelos rios que esses indígenas senhoreavam. Já os colonizadores, aos descreverem os canoeiros, enfatizavam que esses indígenas saíam aos urros dos sangradouros com o objetivo de os caracterizarem enquanto índios ferozes, justificando assim, a necessidade de armarem guerra contra os Paiaguá.

---

<sup>136</sup> CAMELO, João Antonio Cabral. Depoimento inédito sobre o destroço da monção do ouvidor Lanhas Peixoto pelos Paiaguás. In: TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeiros.*, p. 32.

<sup>137</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., Op. cit., 2014, p. 140.

<sup>138</sup> CAMPOS, Antonio Pires de., Op. cit., p. 185.

<sup>139</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., p. 37.

<sup>140</sup> ZAVALA, G. 1977. apud. VANGELISTA, Chiara., Op. cit., p. 138.

<sup>141</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., p. 120.

Nesse sentido, o convívio entre indígenas e colonizadores a todo o momento suscitou intercâmbios que modificaram e ressignificaram traços culturais do colonizador e dos povos indígenas. Desta forma, as relações norteadas pela busca do ouro e o domínio sobre as diversas etnias que objetivava desinfestar o sertão das minas, não podem ser entendidas com perdas e ganhos em sua totalidade, mas, com mudanças necessárias no modo de vida, fossem pelo ataque, defesa, alianças ou fuga.

Os Paiaguá, para dificultar a fuga dos assaltados nas frotas das monções, recorreram ao caminho por terra e firmaram, então, alianças com os Mbaya-Guaikurú, índios cavaleiros que conheciam a região. Assim, cercavam os monçoeiros por caminhos fluviais e terrestres, intensificando a belicosidade dos Euvevi.<sup>142</sup> Durante o período de aproximação entre as duas etnias, os Guaicuru também buscaram benefícios para seu grupo, observando os canoeiros, passaram a utilizar canoas em sua movimentação. A aproximação entre as etnias se manteve até “fins do século XVIII, quando deixaram os Paiaguá de contar com o apoio dos Guaicurus”.<sup>143</sup> A partir desse momento tiveram que enfrentar os portugueses e seus antigos aliados, os Guaicuru, situação que provocou o enfraquecimento da belicosidade do grupo.

A confederação interétnica evidencia a organização dos grupos indígenas no universo colonial, articulando estratégias que modificaram o espaço que ocupavam em defesa da sobrevivência. As alianças formadas preocupavam os colonizadores, pois, de acordo com autoridades coloniais, a união entre os cavaleiros e os canoeiros deixava-os “com muito poder”.<sup>144</sup> As alianças entre as diferentes etnias e também com os colonos demonstram a formação do Brasil em meio aos limites fronteiriços, que se constituiu enquanto uma “fronteira cultural onde tradições, instituições e valores lusitanos iriam se fundir com tradições nativas e africanas”,<sup>145</sup> que culminaram em formas variadas de sobrevivência e táticas de guerrear diversas, que nortearam as relações mantidas entre os indígenas e colonos no período colonial.

Os assaltos às monções ocorriam nas águas do Alto Paraguai, região povoada pelos Serigué, que mantiveram o conflito com os portugueses e a tradicional mobilidade territorial

---

<sup>142</sup> VANGELISTA, Chiara., Op. cit., p. 139.

<sup>143</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., Op. cit., 2014, p. 140.

<sup>144</sup> Carta do Juiz mais velho do Senado da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei (D. João) sobre o quinto do ouro das minas da Vila de Cuiabá, Paranapanema, e Goiás, a urgência de se fazer guerra ao gentio e a necessidade de se definir as competências dos provedores dos Defuntos e Ausentes. Vila de Cuiabá, 25/3/1728. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 23. Fotos 86-89.

<sup>145</sup> VAINFAS, Ronaldo., Fronteira. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 255.

ao longo dos rios, e evitando uma aliança formal com os espanhóis, com os quais conservaram, porém, relações comerciais.<sup>146</sup> Desenvolveram “unida aos Guaicuru, uma campanha de morte contra as canoas de comércio”.<sup>147</sup> Esses indígenas passaram a ser temidos pelos monçoeiros e suas ações foram justificadas pelos colonizadores com a necessidade de exterminá-los.

Os Sigaecos, que habitaram a parte sul, conservaram “a aliança com os espanhóis nos limites dos escambos comerciais, controlando o governo do aldeamento e a gestão autônoma de uma parte das relações com as outras tribos”,<sup>148</sup> do mesmo modo que ocorreu na década de 1740, quando os Sigaecos-Paiaguá assinaram tratados de paz com os castelhanos e instalaram um acampamento fixo no porto geral de Assunção, enquanto os Serigué permaneceram assenhorando as terras molhadas do Alto Paraguai.<sup>149</sup>

Nas guerras ocorridas entre os colonizadores e os Paiaguá no Alto Paraguai, os canoeiros, quando conseguiam, saqueavam dos monçoeiros os alimentos e demais objetos que eram utilizados no escambo com os castelhanos. Com os confrontos, colocavam em prática o *ethos* guerreiro, e conseguiam o ferro utilizado na fabricação das armas.<sup>150</sup> Deste modo, as relações interétnicas mantidas entre os canoeiros, demais tribos indígenas, espanhóis e portugueses, foram sustentadas mediante o acontecimento das guerras.

Espaços que representavam para os indígenas uma relação de pertencimento, manifestada desde a defesa do território aos rituais funerários. Como pode ser observado no sepultamento dos Paiaguá, que era realizado em lugares “não inundáveis e com vegetação bastante densa”, de forma que indicasse o espaço de ocupação e/ou dominação do grupo.<sup>151</sup>

Nesse sentido, a relação homem-natureza para os povos indígenas, não se resumia à ocupação e obtenção dos recursos naturais, mas associava-se também ao mundo da simbologia, no qual cada etnia possui suas crenças, mitos, e cerimônias que se manifestam em seus comportamentos cotidianos. Entre os Paiaguá, as águas “vertiam suas crenças e sonhos”,<sup>152</sup> e, para os colonizadores, os recursos naturais encontrados no sertão não significavam apenas fontes de sobrevivência, mas de riquezas a serem exploradas. Logo, a relação do

---

<sup>146</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., Op. cit., 1986.

<sup>147</sup> Idem. Op. cit., p. 79.

<sup>148</sup> VANGELISTA, Chiara., Op. cit., p. 142 - 143.

<sup>149</sup> COSTA, Maria de Fátima., Op. cit., p. 88.

<sup>150</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., p. 36 - 37.

<sup>151</sup> Idem. Op. cit., p. 94.

<sup>152</sup> COSTA, Maria de Fátima., Op. cit., p. 82.

colonizador com a terra era de posse, já dos povos indígenas, de pertencimento e sobrevivência.

A ocupação dos Paiaguá e suas organizações de defesa e/ou ataque às investidas dos colonos no rio Paraguai, se estendeu até a década de sessenta do século XVIII, sendo interrompida por dois acontecimentos. No ano de 1768 com a batalha contra os Mbaya-Guaikurú e em 1790 o aldeamento dos Serigué na cidade de Assunção. A partir da década de noventa passaram, então, a conviver com os Siacuás em Assunção.<sup>153</sup> De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, os últimos Serigué foram para as cercanias de Assunção, local onde encontraram passividade com os castelhanos e os Siacuás.<sup>154</sup>

Após os deslocamentos para a região de Assunção, juntos, alcançavam “um total de mil almas”<sup>155</sup> na década de noventa do século XVIII. As guerras ocorridas entre os Paiaguá e os colonos, dizimou em grande maioria sua população, onde “se acrescentam as doenças e as epidemias que atingiram as populações indígenas”<sup>156</sup> frente aos contatos estabelecidos entre os indígenas e não índios.

Portanto, as ações dos colonizadores visando a exploração de riquezas e obtenção de mão de obra indígena, sistematizadas no ideal de desinfestar o sertão povoado pelas diversas etnias, defrontaram-se com as organizações de resistência indígena para se manterem vivos, libertos e com sua identidade, fosse por caminhos terrestres ou fluviais.

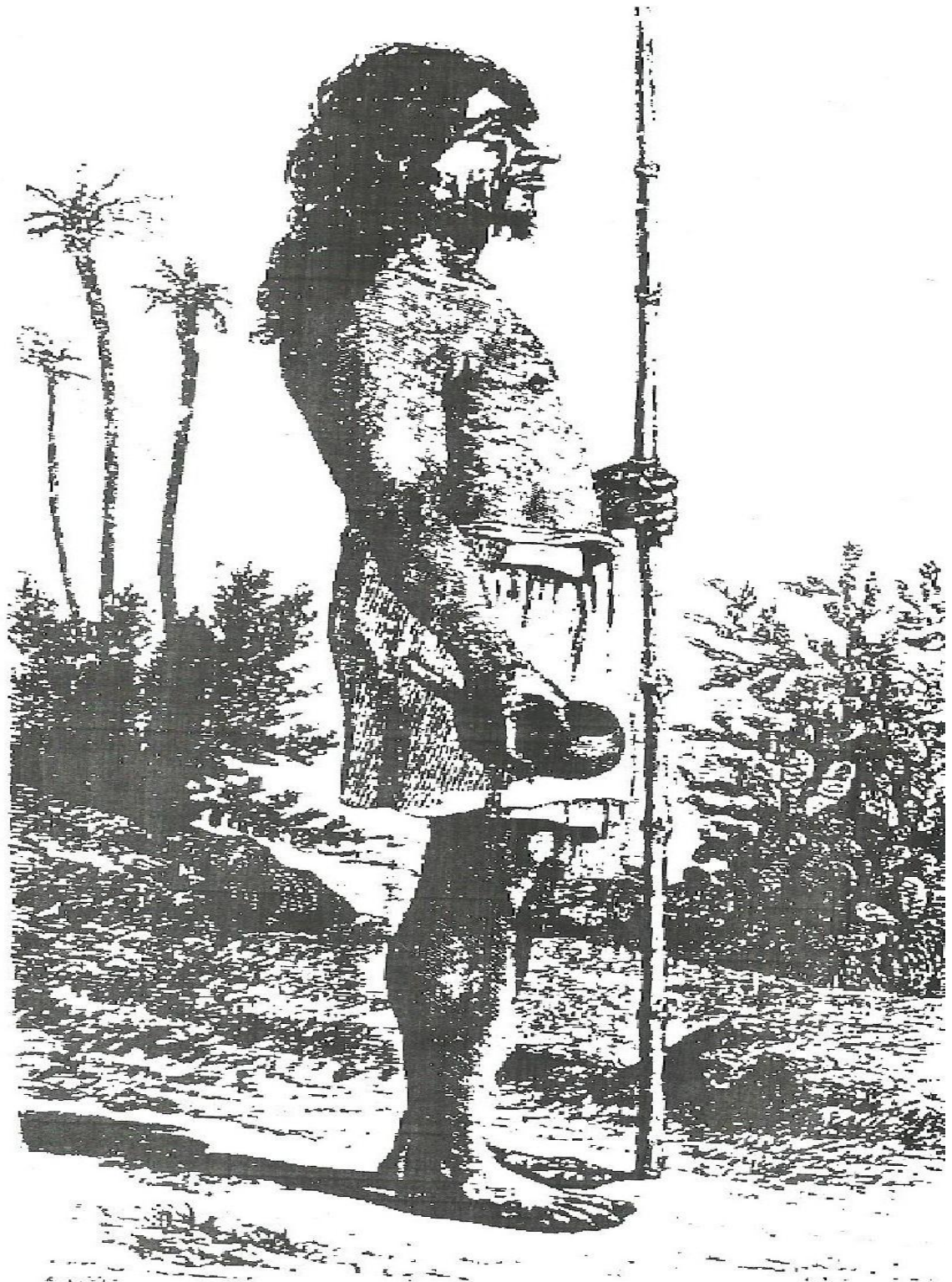
---

<sup>153</sup> VANGELISTA, Chiara., Op. cit., p. 143 - 144.

<sup>154</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., Op. cit., 1986, p. 86.

<sup>155</sup> AZARA, Félix de. 1943, p. 143. apud. VANGELISTA, Chiara., Op. cit., p. 144.

<sup>156</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., p. 45.



**Fig. 1. Fonte: Índio Paiaguá.** MOURA, Carlos Francisco, 1984 apud. MAGALHÃES, Magna Lima.. *Payaguá: os senhores do Rio Paraguai*. São Leopoldo, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, p. 48.

## 2.2 Ataques e Assaltos nas Águas do Rio Paraguai

Movidos por seu *ethos* guerreiro, os Paiaguá comprovavam suas habilidades de canoeiros e excelência nas táticas de guerrear nas águas do rio Paraguai. Destrezas que deixaram os colonizadores muito preocupados quando precisavam navegar por essas águas para chegar a Vila Real do Cuiabá.

Suas investidas aconteciam por meio de emboscadas, “armados de arco e flecha, e pequenas lanças de choupas férreas muito agudas”<sup>157</sup> e ao som dos urros atemorizavam os colonizadores. Os ataques por meio de emboscadas eram possíveis pelo fato de o rio Paraguai ser cercado de “matos, muitas ilhas, sangradouros e baias dilatadas”,<sup>158</sup> facilitando assim a organização dos indígenas em suas armadilhadas.

Entre as estratégias de defesa e de ataque dos Paiaguá, que sempre se mostraram ágeis e destemidos nos ataques contra os colonizadores, estava o uso das canoas. Lançavam-se à água levando uma borda da canoa por baixo que com seu o fundo se defendiam das balas.

A organização dos Paiaguá, por meio de ação independente ou de união “com outro gentio de cavalo por terra, chamados Guaicurus”,<sup>160</sup> em determinados momentos, fazia com que os colonizadores realizassem guerras punitivas, justificadas pelos prejuízos e violência, que, segundo os europeus, os índios causavam aos moradores das minas do Cuiabá. Como não possuíam aldeias e sobreviviam das montarias praticadas em volta dos rios, estavam em constantes conflitos com os colonizadores, e, por serem exímios guerreiros, se defendiam e atacavam quando se sentiam ameaçados, ou para obter objetos e cativos que seriam trocados com os castelhanos. Levavam para Assunção o ouro e escravos, que eram trocados entre outros produtos pelo ferro, material utilizado na fabricação das armas como os machados e ponta das flechas.

---

<sup>157</sup> ANÔNIMO. Os índios ribeirinhos do percurso monçoero. Paiaguás, Guaicurus, Caiapós, Bororós. Perigos da sua presença. Ameaças e precauções. In: TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeros*, p. 81.

<sup>158</sup> NOTÍCIAS PRÁTICAS. Das minas do Cuiabá e Goiasés, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Ver. Padre Diogo Juarez, o capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727. In: TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeros*, p. 125.

<sup>159</sup> CAMPOS, Antonio Pires de., *Op. cit.*, p. 185.

<sup>160</sup> Carta do Juiz mais velho do Senado da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei (D. João) sobre o quinto do ouro das minas da Vila de Cuiabá, Paranapanema, e Goiás, a urgência de se fazer guerra ao gentio e a necessidade de se definir as competências dos provedores dos Defuntos e Ausentes. Vila de Cuiabá, 25/3/1728. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 23. Fotos 86-89.

Deste modo, atuando como corsários e fazendo emboscadas no curso do rio Paraguai, os Paiaguá realizaram um total de 20 <sup>161</sup> ataques contra os colonizadores, que tiveram início na primeira metade do século XVIII e se prolongaram até a segunda metade do mesmo século. Os ataques organizados contra as monções cuiabanas ocorreram nos anos de 1725, 1726, 1727, 1728, 1730, 1733, 1736, 1740, 1752, 1770. Já os ataques às canoas que percorriam seus espaços sem monção e pessoas que encontravam nos rios que senhoreavam, foram realizados em 1731, 1743, 1744, 1753, 1771, 1786.

O quadro abaixo apresenta os anos dos confrontos, os locais em que ocorreram e a quantidade. Como já dissemos, tivemos como base para levantar esses dados os relatos de viajantes e, sobretudo, os *Anais do Senado da Câmara do Cuiabá*. Portanto, as descrições dos confrontos partem do olhar do colonizador. Neste sentido, os Paiaguá surgem nas narrativas como ferozes e perigosos, enquanto que os não índios são representados como vítimas e, aqueles que sobreviveram às investidas, foram elevados a condição de herói e valentes.

**Tabela 4 – Os confrontos: ano, local e quantitativo**

Ano	Local	Quantitativo
1725	Barra do rio Xanés	01
1726	Madre do rio Paraguai	01
1727	Rio Paraguai	01
1728	Rio Paraguai	01
1730	Rio Paraguai	01
1731	Arraial Velho	02
1733	Águas do Pantanal	01
1736	Rio Cuiabá	01
1740	Rio Paraguai	01
1743	Reduto do Saipé	01
1744	Madre do Rio Paraguai	02
1752	Passagem do rio Paraguai	01
1753	Região da Figueira/acima do Cruará	02
1770	Águas do Pantanal	01
1771	Rio Cuiabá/Paragem do Cruará; Distrito do Cuiabá	02
1786	Passagem do rio Paraguai	01

No ano de 1725, os Paiaguá atacaram na barra dos Xanés vinte canoas que eram capitaneadas pelo senhor Diogo de Sousa de Araujo, “natural de Ponte Lima”. <sup>162</sup> As canoas

<sup>161</sup> Quantitativo levantado até o momento neste estudo.

<sup>162</sup> REBELLO, Gervásio Leite., Notícia 6ª Prática. E relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. sr. Rodrigo César de Menezes governador e capitão general da capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas. In: TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeiros*, p. 114.



traziam “muita fazenda <sup>163</sup> e escravatura”. <sup>164</sup> No confronto, dos não índios que vinham nas canoas, morreram seiscentas pessoas, somente duas sobreviveram, um branco e um negro. <sup>165</sup> Nas viagens para a fronteira oeste, os colonizadores defrontaram-se com organizações indígenas que causaram muitas guerras, mortes, fugas, e cativos, entre indígenas e não índios.

A aproximação entre os canoeiros e os castelhanos ocorreu também pelo comércio mantido a partir do século XVIII em razão da conjuntura colonial que envolveu portugueses e espanhóis na disputa pela região das minas do Cuiabá. <sup>166</sup> Deslocamento que aproximava os não índios dos diversos povos indígenas, por penetrarem em seus espaços, explorarem seus conhecimentos e mão de obra.

O escambo realizado em Assunção, pelos Paiaguá, tornou a região do Cuiabá importante e atrativa, pois, por meio dos ataques às monções, conseguiam os produtos para serem trocados com os castelhanos, como o ouro, tecido, escravos negros e outros, <sup>167</sup> movimentando, assim, suas organizações de ataques.

Nos confrontos entre os colonizadores e os Paiaguá, a valentia, ousadia, o corpo que tinham esses indígenas, e por percorrerem o rio Paraguai em suas canoas monóxila, <sup>168</sup> deixavam os colonizadores amedrontados e mesmo sem serem atacados pelos Paiaguá, na maior parte das vezes, o desejo dos moradores era o de aniquilá-los, pois eles poderiam atravancar o ouro às minas. Nesse sentido, “a maior motivação de abertura do caminho era a riqueza e o domínio dos gentios para que não causassem danos aos desbravadores e aos reais quintos”, <sup>169</sup> o que resultou em uma grande matança de povos indígenas, entre eles, os Paiaguá, tidos como inimigos, portanto, grande empecilho ao acúmulo de riquezas pelos colonizadores. Contudo, os colonizadores também representavam grandes ameaças ao modo de vida dos Paiaguá, logo, foram alvos de ataques que objetivavam os saques e o extermínio dos colonos que percorriam os espaços ocupados pelos canoeiros.

Nesse sentido, diante da mobilidade que os canoeiros apresentavam, no ano de 1726, acometeram na madre do rio Paraguai a monção capitaneada pelo regente João Antunes Maciel, que teve suas canoas cercadas pelos indígenas em um conflito que perdurou por seis

---

<sup>163</sup> Riquezas, dinheiro, cabedais. BLUTEAU, Raphael., *Vocabulário portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico, p. 48.

<sup>164</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830, p. 52.

<sup>165</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., Op. cit., 2014.

<sup>166</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., p. 101.

<sup>167</sup> Idem. Op. cit., p. 38.

<sup>168</sup> CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez., *Naufrações y Comentários*, 2007.

<sup>169</sup> RIBEIRO, Núbia Braga., *Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do ouro no Século XVIII*, p. 74 - 75.

horas. No combate, restaram vivos apenas dois soldados, Miguel Antunes Maciel e Antonio Antunes Lobo. Mesmo sozinhos, eles continuaram o enfrentamento com os canoeiros, fazendo o uso de armas de fogo e espadas. Mataram muitos dos Paiaguá, e feriram outros que tiveram suas lanças arrancadas de suas mãos, deixando-os sem defesa.<sup>170</sup>

É possível perceber por meio desse ataque, que os Paiaguá ao atacarem as embarcações das monções, se mostravam muito organizados e resistentes. Nos confrontos, as canoas eram indispensáveis, pois possibilitavam grande agilidade e defesa dos tiros do inimigo, como também, nos saques que faziam as monções.

Segundo Luiza Volpato, nos confrontos ocorridos entre os colonizadores e os diversos povos indígenas, “ora os índios conseguiam várias vitórias sucessivas e expulsavam os brancos de suas terras, ora os colonos conseguiam impor sua superioridade bélica e empurravam os indígenas para o interior”.<sup>171</sup> Ganhos e perdas que resultavam da organização tanto dos indígenas quanto dos não índios, desde o número de componentes a qualidade e quantidade das armas. Os Paiaguá possuíam algumas vantagens nos ataques, tinham excelentes remeiros e suas canoas eram as melhores, e como não carregavam cargas nas canoas no momento das investidas, a agilidade era ainda maior nos momentos de fugas ou ataques.

Sobre as notícias que correspondem ao ano de 1727, embarcados em trinta canoas, os Paiaguá acometeram no rio Paraguai o total de sessenta canoas que se dirigiam para Cuiabá, mataram doze pessoas e levaram três canoas carregadas de fazenda. Levaram um menino branco de oito anos como cativo, filho de um dos cabos que perdeu a vida no ataque.<sup>172</sup> Sobre o menino, há registro no ataque a monção de 1730, que, de acordo com João Antonio Cabral Camelo, após a vitória dos Paiaguá, os índios ao saírem do rio parraram a vista dos monçoeiros que haviam sobrevivido. Nesse momento, ouviu-se palavras de insultos em português, que Camelo achava ser de um rapaz, filho de Manuel Lobo, que no ano de 1727 tinha sido aprisionado pelos canoeiros.<sup>173</sup>

---

<sup>170</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830, p. 53.

<sup>171</sup> VOLPATO, Luiza Rios Ricci., *Entradas e bandeiras*, p. 48.

<sup>172</sup> NOTÍCIA 8ª PRÁTICA. Exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá. In: TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeiros*, p. 190.

<sup>173</sup> CAMELLO, João Antonio Cabral. “NOTÍCIA PRÁTICA”. Depoimento inédito sobre o destroço da monção do ouvidor Lanhas Peixoto pelos Paiaguás. . In: TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeiros*, p. 32.

Os prisioneiros levados pelos Paiaguá após os conflitos “eram negociados com as autoridades castelhanas, sendo que em troca os índios exigiam, em geral, a prata”.<sup>174</sup> As negociações sustentadas entre os canoeiros e castelhanos foram também mantidas por interesses indígenas. O ouro e escravos que eram levados para Castela pelos canoeiros, eram trocados pela prata, produto de menor valor no mercado comparado com os que ficavam com os castelhanos. No entanto, a prata era de muito valor para as necessidades dos Paiaguá.

Na guerra armada no ano de 1734 contra os Paiaguá, segundo o assistente das minas do Cuiabá, João Rodrigues da Silva, natural da Ilha Faial, no caminho ao encontro dos canoeiros, a tropa deparou-se com quatro ou cinco canoas dos Paiaguá com fazendas e escravos que pertenciam à tropa do defunto José Cardoso, que se destinavam as aldeias de Castela para estabelecer comércio com os castelhanos. O que tornava mais difícil fazer guerra aos canoeiros, já que recebiam ajuda de Castela, e eram estimulados a realizarem assaltos às monções, para que pudessem obter escravos e ouro, mantendo assim o comércio.<sup>175</sup> As informações de João Rodrigues da Silva fazem parte de um testemunho presente no auto sumário que mandou fazer o doutor João Gonçalves Pereira, ouvidor geral, para averiguar as mortes e roubos que o gentio Paiaguá havia feito as tropas que chegou a Cuiabá no ano de 1736.

No ano de 1728, vindo pelo rio Paraguai canoas com bastante gente, entre eles, muito gentio que havia se deslocado do sertão dos Parecis, fora atacado pelos Paiaguá. O ataque resultou na morte de grande parte dos ocupantes das canoas, e os sobreviventes foram levados como cativos. Entre os brancos que perderam a vida estavam o alferes Antonio da Costa, seu filho Bernardo Moreira Botelho, seu sobrinho Antonio Moreira e dois irmãos João Coelho de Castro e Antonio Moreira. A notícia foi dada por um dos cativos que conseguiu fugir após dois anos.<sup>176</sup>

À medida que os canoeiros percorriam as águas do rio Paraguai e mantinham contato com outras canoas, ocorriam os conflitos por meio de ataques, assaltos e emboscadas. O que tornava os Paiaguá temidos por todos que precisavam navegar pelos rios que esses indígenas senhoreavam, já que, segundo autoridades coloniais, acabavam impedindo a passagem e o desenvolvimento da região das minas, como relatado no ano de 1728. Que “continuando o

---

<sup>174</sup> JESUS, Nauk Maria de., Op. cit., 2007, p. 10.

<sup>175</sup> Auto (treslado) sumário que mandou fazer o ouvidor João Gonçalves para averiguar as mortes e roubos que o gentio Paiaguá fez na última tropa que chegou ao povoado. Vila do Cuiabá, 12/04/1736. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 84. Fotos 0403 – 0422.

<sup>176</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830, p. 60 - 61.

gentio Paiaguá a infestar a navegação dos rios Tacuru, Paiaguá Grande e Piquiri e ainda acurando mais adiante, impedindo aos mineiros e mais pessoas que passam para estas com roubos e mortes [...]”.<sup>177</sup> Os avanços desses indígenas pela região dos rios ocasionavam os conflitos com os colonos a partir da sua belicosidade e interesses comerciais com os objetos que conseguiam nos assaltos.

Dando continuidade aos ataques, as canoas que saíram da vila do Cuiabá com destino a São Paulo no ano de 1730, e foram acometidas pelos Paiaguá, totalizavam 19 canoas de carga e quatro de pescaria, entre elas estava algumas bem armadas que seguiam na retaguarda com o Dr. Ouvidor Antônio Alvares Lanhas Peixoto. No dia 6 de junho, do referido ano, os Paiaguá saíram aos urros de um sangradouro em que estavam escondidos com ramos, organizados em um total de quinhentos homens bem armados com flechas, distribuídos em cinquenta canoas, “que levavam geralmente como tripulantes cinco remadores e outros tantos combatentes”.<sup>178</sup> Apresentaram-se todos pintados e emplumados, e, após cinco horas de conflito, os Paiaguá obtiveram sucesso.<sup>179</sup>

Entre os tiros e flechas morreram 108 pessoas, 28 brancos e os demais eram negros que remavam as canoas. Entre os brancos que perderam a vida, estavam o Dr. Lanhas Peixoto, o capitão Manoel Gomes do Amaral, e Sebastião Pereira. Os outros que vieram a óbito eram forasteiros e paulistas.<sup>180</sup> Neste ataque, apenas oito pessoas dos não índios conseguiram escapar fugindo por caminhos terrestres. O número de indígenas que perderam a vida chegou ao saldo de cinquenta.<sup>181</sup> E os que sobreviveram, se apossaram do ouro que era entre 10 ou 11 arrobas, das armas, das dezesseis canoas da monção e de toda a roupa.<sup>182</sup> Dos negros, renderam os mais valentes e tiraram a vida dos tidos como mais fracos.<sup>183</sup> A valentia e/ou fraqueza, foram associadas aos negros e indígenas para justificarem a escravização e

---

<sup>177</sup> Carta do governador e capitão general da capitania de São Paulo Rodrigo Cesar de Menezes ao rei D. João V sobre a devassa feita ao comportamento dos índios para apuradas as culpas, se poder fazer guerras. Vila do Cuiabá, 28/03/1728. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. N° 010, caixa n° 1, doc. 24. Fotos 90-92.

<sup>178</sup> ANÔNIMO. Os índios ribeirinhos do percurso monçoeiro. Paiaguás, Guaicurus, Caiapós, Bororós. Perigos da sua presença. Ameaças e precauções. In: TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeiros*, p. 82.

<sup>179</sup> CAMELLO, João Antonio Cabral. Notícia 2ª Prática. Do que lhe sucedeu na volta, que fez das mesmas minas para São Paulo. In: TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeiros*, p. 133 - 134.

<sup>180</sup> ARAÚJO, Domingos Lourenço de. Notícia 3ª Prática. Dada pelo capitão Domingos Lourenço de Araujo ao R. P. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso, que tiveram no rio Paraguai as tropas, que vinham para São Paulo no ano de 1730. In: TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeiros*, p. 141.

<sup>181</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830, p. 63.

<sup>182</sup> CAMELLO, João Antonio Cabral. Notícia 2ª Prática. Do que lhe sucedeu na volta, que fez das mesmas minas para São Paulo. In: TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeiros*, p. 133, 135.

<sup>183</sup> ARAÚJO, Domingos Lourenço de. Notícia 3ª Prática. Dada pelo capitão Domingos Lourenço de Araujo ao R. P. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso, que tiveram no rio Paraguai as tropas, que vinham para São Paulo no ano de 1730. In: TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeiros*, p. 142.

extermínio, deste modo, manter vivos ou exterminá-los, fazia parte dos objetivos dos colonizadores.

No ano de 1731, o ataque organizado pelos Paiaguá no Arraial Velho, resultou na morte de muitas pessoas, e outras foram levadas como cativas, entre os prisioneiros estavam, João Martins Claro Paulista e Antonio Furtado do Rio de Janeiro, muitos índios e negros. No mesmo ano, no caminho para o Povoado, os canoieiros atacaram duas canoas ocupadas por negros e mulatos que estavam à procura de escravos que haviam fugido dos domínios de Miguel Antonio de Soaveral e João Lopes Zedas. No ataque morreram quinze escravos, dez pertencia a Miguel Antonio e cinco a Lopes Zedas.<sup>184</sup>

Devido a grande movimentação dos Paiaguá pelo rio Paraguai e cercanias, as autoridades coloniais suspendiam quando necessário o descobrimento das minas de ouro. Como ocorreu no ano de 1731, em que os canoieiros continuavam alcançando a passagem dos rios, e neste ano, chegaram ao Arraial Velho, lugar onde em nenhum tempo haviam alcançado.<sup>185</sup>

O fato de terem navegado por esse rio e imediações praticando suas habilidades com o remo e com as armas, os canoieiros ficaram conhecidos pelos colonizadores como “carniceiros e bárbaros, que todos os dias nos estão brindando e ameaçando com a morte, mostrando sua frieza em nossos patrícios e amigos”.<sup>186</sup> A barbárie associada aos Paiaguá pode ser entendida pelo objetivo colonial de extinguir e expulsá-los do caminho percorrido pelos colonizadores, assim, os tornavam sanguinários, facilitando a política indigenista de aniquilamento dos índios hostis. De acordo com Loiva Canova, “até meados do século XVIII, os colonos justificavam a preação de índios jogando com a imagem dualista da barbárie e mansidão”,<sup>187</sup> nesse sentido, os Paiaguá tidos como inimigos deveriam ser exterminados dos caminhos das minas cuiabanas.

A subida dos Paiaguá no mês de fevereiro de 1731 até o Arraial Velho,<sup>188</sup> apresenta a movimentação que faziam nos rios e ao seu redor. O ataque ocorrido no referido ano simboliza a reação que tinham os índios quando encontravam outras pessoas em seu caminho.

---

<sup>184</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830, p. 65.

<sup>185</sup> Carta do ouvidor da Vila do Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] sobre a suspensão dos descobrimentos de ouro durante a guerra com o gentio Paiaguá. Vila de Cuiabá, 30/03/1731. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 50. Fotos 202-211.

<sup>186</sup> *Ibidem*, 1731.

<sup>187</sup> CANOVA, Loiva., Op. cit., p. 37.

<sup>188</sup> Carta do ouvidor da Vila do Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] sobre a guerra contra o gentio Paiaguá e as despesas que fez a câmara com pólvora e o conserto das carretas de duas peças de artilharia. Vila do Cuiabá, 07/04/1731. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 53. Fotos 218-222.

Neste caso, as canoas de Miguel Antonio e Lopes Zedas. Os ataques poderiam ocorrer pela defesa de seu povo, pela sua belicosidade, ou para conseguir alimentos e objetos de troca.

A monção capitaneada por Jozé Cardoso Pimentel que saiu de Povoados no ano de 1733 com um total de cinquenta canoas, foi acometida pelos Paiaguá quando navegavam pelas águas do Pantanal, o confronto perdurou por quatro horas. Diante da resistência que fizeram os colonos, quatro dos componentes da monção sobreviveram, os demais, entre eles o Pimentel, não resistiram. Os sobreviventes conseguiram fugir por terra e levaram a notícia sobre o ataque para o Povoados.<sup>189</sup>

Mesmo quando os índios Paiaguá se organizavam defensivamente às guerras armadas pelos colonizadores, suas organizações contra os ataques eram vistas como atos bárbaros que deviam ser interrompidos por meio do extermínio dos canoeiros que encontrassem pela frente. Como ocorreu no ano de 1734, já sabendo os Paiaguá da guerra que iriam enfrentar, por revelação dos seus feiticeiros, segundo os colonos, deixaram suas canoas embicadas e ficaram em vigia com seus fogos acesos.<sup>190</sup> Em consequência do acirramento das práticas coloniais e ações de defesa dos canoeiros, perdas humanas foram constantes diante dos confrontos, que até a primeira metade do século XVIII, foram inevitáveis, já que as expedições monçoeriras eram o único meio para os colonos realizarem a comunicação entre São Paulo e as novas minas auríferas.<sup>191</sup>

Diante dos contatos estabelecidos entre os Paiaguá e os colonizadores, Magna Lima Magalhães evidencia que:

[...] o confronto desde os primeiros contatos com o colonizador provocou o decréscimo populacional da etnia, acentuando-se a partir do século XVIII. O decrescente número desses indígenas (Payaguá), não difere de outras etnias, se deve ao longo processo de extermínio ocasionado pela instalação da colonização nas terras americanas [...].<sup>192</sup>

Deste modo, o decréscimo populacional das diversas etnias, em especial, dos Paiaguá, relaciona-se ao fato de indígenas e colonizadores possuírem objetivos distintos. Assim, agiam movidos pela defesa dos seus interesses, constituindo então um cenário de ataques e defesa diante da legislação colonial.

---

<sup>189</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830, p. 66 - 67.

<sup>190</sup> Idem. p. 68.

<sup>191</sup> COSTA, Maria de Fátima., Op. cit., p. 80.

<sup>192</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., p. 45.

No ataque de 1736, indígenas e não índios também perderam a vida, quando doze canoas, sendo dez de carga de negócios e duas de montaria, já passado do Arraial Velho e entrado no rio Cuiabá, foram acometidas pelos Paiaguá. Duas das canoas que eram capitaneadas por Pedro de Moraes de Siqueira, natural da vila de Itú, e pelo Padre Frei Antônio de Jesus Maria Nascentes, religioso de São Francisco da província do Brasil, por estarem a frente das demais canoas, foram atacadas primeiro. No confronto, Pedro de Moraes, o religioso Frei Antônio, um mulato, e um carijó, foram mortos. Os demais ocupantes das duas canoas, que somavam sete, um branco e os demais negros e carijós, pelo fato de terem sumido, foram também tidos como mortos, com exceção de um mulatinho que foi levado vivo.<sup>193</sup>

Neste ataque, os Paiaguá estavam organizados entre dez a doze canoas, armados com lanças, arcos, flechas e porretes com bicos de bronze. Levaram as duas canoas com algumas cargas de sal, fumo, armas de fogo, vestimentas de Pedro de Moraes e do Frei Antônio, e papéis da carga de negócios. Na investida que fizeram às canoas que estavam distantes das de Pedro de Moraes, capitaneadas por “Lourenço de Brito, Francisco Xavier de Matos e seu filho Theodozio de Matos”,<sup>194</sup> os indígenas tiveram que retroceder diante da resistência que os ocupantes das canoas fizeram com tiros de armas de fogo. Muitos canoeiros ficaram feridos e outros foram mortos. Ao fugirem dos tiros, deixaram pelo caminho algumas lanças, flechas, remos e penachos que pertenciam a seus adornos.<sup>195</sup> Frente às situações de conflito, o uso dos adornos evidencia a permanência da cultura mediante os contatos entre índios e não índios. Podia também ser utilizados para impressionar os colonizadores.

Com os contatos mantidos com os colonos, os Paiaguá tiveram que buscar formas de sobreviver às adversidades naturais e humanas. Por meio de seus conhecimentos em obter seu próprio sustento, técnicas de guerrear e explorar os recursos disponíveis, e nas alianças que firmavam com os castelhanos mediante o comércio sustentado com os assaltos as monções. Assim, a cada contato entre índio e não índio, novas perdas ocorriam, e a intensidade dos conflitos muito dependia de como os Paiaguá se organizavam.

---

<sup>193</sup> Auto (treslado) sumário que mandou fazer o ouvidor João Gonçalves para averiguar as mortes e roubos que o gentio Paiaguá fez na última tropa que chegou ao povoado. Vila do Cuiabá, 12/04/1736. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 84. Fotos 403 – 422.

<sup>194</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830, p. 69.

<sup>195</sup> Auto (treslado) sumário que mandou fazer o ouvidor João Gonçalves para averiguar as mortes e roubos que o gentio Paiaguá fez na última tropa que chegou ao povoado. Vila do Cuiabá, 12/04/1736. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 84. Fotos 403 – 422.

As relações estabelecidas no universo colonial eram mantidas pelo jogo do interesse, aliados e opositores se uniam ou guerreavam de acordo com as disputas travadas pelo contexto. A sociedade colonial vivia então em constantes disputas e defesa pelo território e sobrevivência. Nesse sentido, conhecer as características dos Paiaguá era de extrema importância para o alcance dos objetivos dos colonizadores.

No mês de janeiro do ano de 1740, os índios Paiaguá atacaram quatro canoas que estavam carregadas de fazenda e escravos. Entre seus ocupantes estavam o soldado Jeronimo Gonçalves Meira e Valerozo Ituano, que reagiram ao ataque matando muitos dos indígenas. Levaram para a Vila do Cuiabá, lanças, arcos e flechas, objetos que simbolizavam o sucesso sobre os canoeiros.<sup>196</sup> Os colonizadores quando possível também confiscavam as armas dos índios Paiaguá, as mesmas poderiam ser utilizadas em outros conflitos.

Nesse sentido, índios e não índios eram movidos por interesses diversos ocupando o mesmo espaço. Em 1740 movidos por interesses comerciais, os colonizadores tinham como objetivo ocupar as margens do rio Paraguai, enviando pedido ao Rei solicitando licença para que os comerciantes das minas do Cuiabá pudessem estabelecer algumas feitorias sobre as margens do rio Paraguai, transportando sobre as águas desse rio, peças de artilharia e embarcações com artilharia montada, para assim poderem estabelecer comércio com os castelhanos do reino do Peru, província do Paraguai e com as diversas nações indígenas, que habitavam os Pampas.<sup>197</sup>

Quando os colonos adentravam a área de ocupação dos Paiaguá, suas ações vinham acompanhadas de muita violência, sua intensidade nem sempre era medida pela recepção daqueles que sofriam os ataques. A redução às práticas violentas não se dava apenas no ato da investida, pois, mesmo depois de dominados, os indígenas eram submetidos pelos colonizadores, a atos de dominação e tortura.

Novos contatos ocorreram no mês de fevereiro de 1743 no reduto do Saipé, quando os Paiaguá atacaram muitas pessoas que estavam pescando, levaram cativos vinte e mataram outras.<sup>198</sup> O ataque evidencia como agiam os canoeiros quando ao percorrerem as águas do rio Paraguai e adjacências, encontravam os não índios nesses espaços. A investida pode ter ocorrido em situação de defesa antes mesmo de serem atacados, por terem um “intensivo

---

<sup>196</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830, p. 71.

<sup>197</sup> Carta do Ouvidor geral, intendente da Capitulação, e Provedor da Fazenda da Comarca do Cuyabá, João Pereyra. Vila do Cuiabá, 20/09/1740. MF. 34, Doc. 276, AHU. In: MORGADO, Eliane Maria Oliveira (et al.), *Coletânea de documentos raros do período colonial (1727-1746)*: volume III, p. 127.

<sup>198</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830, p. 73.



aprovechamiento de la pesca”,<sup>199</sup> tornando-se um elemento cultural e de sobrevivência, como também por serem exímios guerreiros.

A abertura de novos caminhos pelos colonizadores também gerou aproximações entre índios e não índios. No ano de 1743, a carta do ouvidor João Gonçalves Pereira enviada ao rei D. João V em que tratava da bandeira sertaneja que tinha como objetivo averiguar a distância entre as aldeias de Castela das minas da Vila do Cuiabá demonstra esses contatos e as mudanças que os não índios necessitavam realizar quando encontravam os Paiaguá pelo caminho. Já neste ano não se podia abrir novos caminhos nas mediações do rio Jaurú já que os Paiaguá se encontravam nesses espaços.<sup>200</sup> Criavam, assim, justificativas para a organização de guerras de extermínio contra os canoeiros.

Deste modo, como no “Paraguay colonial ellos fueron los verdaderos dominadores del curso del R. Paraguay”,<sup>201</sup> as ações dos colonizadores em muitos momentos foram redirecionadas pela presença dos canoeiros, pois temiam seus ataques e assaltos.

No ano seguinte, em 1744, retornando de Povoador em duas canoas, Antonio Alves Siqueira, Monoel Lobo e Antonio Guedes Mancebos Ituanoz, chegando à madre do Paraguai, foram surpreendidos pelos Paiaguá, que os cercaram por todos os lados. Ao notarem a presença dos indígenas, realizaram sem cessar diversos disparos com armas de fogo, impedindo assim a aproximação dos canoeiros. No confronto, foram mortos trinta índios canoeiros e um negro pego por uma flecha pertencente às duas canoas de Povoador.<sup>202</sup>

Ainda no mesmo ano, as pessoas que se encontravam no sítio de João de Oliveira localizado na passagem do rio Paraguai foram acometidas pelos Paiaguá. Muitas foram mortas, outras fugiram e o arraial foi incendiado, reduzindo a cinzas.<sup>203</sup> O sucesso que os indígenas tiveram nessa investida, associa-se ao fato de como já era noite e as pessoas do arraial não estavam preparadas para enfrentar uma situação de ataque, não tiveram tempo de reagir. O ataque pode ter ocorrido pela defesa do espaço percorrido pelos indígenas, já que não se apropriaram dos pertences das pessoas do arraial, pelo contrário, puseram fogo, simbolizando muito mais uma desocupação.

---

<sup>199</sup> SUSNIK, Branislava., *Los Aborígenes del Paraguay*. T. II. Etnología del Chaco Boreal y su periferia (Siglos XVI y XVIII), p. 94.

<sup>200</sup> Carta (cópia) do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre dois índios Pareci das aldeias de Castela. Informa que mandou uma bandeira sertaneja para averiguar a distância a que ficam estas aldeias das minas da Vila de Cuiabá e de Mato Grosso. Vila do Cuiabá, 30/03/1743. AHU – Projeto Resgate MT. Cd 001, pasta 003, subpasta 002. Fotos 267-275.

<sup>201</sup> SUSNIK, Branislava., *Op. cit.*, p. 93.

<sup>202</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830, p. 73.

<sup>203</sup> *Idem.* p. 74.

Passados alguns anos, já em 1752, os Paiaguá levaram uma canoa com escravos que se encontrava com o padre Vito Antonio de Madureira, na monção que vinha de Povoadó. O padre foi deixado ainda vivo em uma canoinha.<sup>204</sup> As canoas levadas pelos canoeiros eram também utilizadas como canoas de carga e/ou canoas de guerra. Os escravos poderiam ser comercializados com os castelhanos ou permaneciam com os indígenas na mesma condição de escravos. Desse modo, as organizações de defesa e ataque se relacionavam ao local que habitavam, as armas que possuíam, o quantitativo de pessoas e os objetivos que os moviam.

No ano de 1753, na região da Figueira acima do Cruará, os Paiaguá atacaram os pescadores que lá se encontravam a salgar peixes, levando muitos cativos. Ainda no mesmo ano, acometeram a Serafim Correya Leme, Antonio da Cunha de Abreu, seu irmão João da Cunha e Francisco Leme e alguns escravos, que navegavam a procura dos escravos que haviam fugido do capitão mor Francisco Lopes de Araujo. Nesse assalto, muitos dos não índios foram mortos e outros levados como cativos, os sobreviventes foram dois, responsáveis pelo informe da notícia.<sup>205</sup> Pelo fato de os sobreviventes terem fugido por terra, é possível que as canoas também tenham sido levadas pelos indígenas.

Em 1770, saiu das minas do Cuiabá para São Paulo uma monção com oito canoas, e saindo da madre do rio Paraguai uma canoa que havia ficado atrás das demais, foi acometida pelos Paiaguá. Estavam na canoa dezesseis pessoas, entre elas, Vicente de Oliveira Leme, natural da vila de Sorocaba. Dos indígenas, o total era de vinte e cinco homens e duas canoas. No entanto, não estavam embarcados. E mesmo desembarcados deram contra a canoa da monção, suas flechas acertaram Vicente de Oliveira e dois homens que conduziam a canoa, ficando feridos. Os não índios, com suas armas de fogo, conseguiram matar vinte dos vinte e cinco Paiaguá e levaram suas canoas que fizeram em pedaços.<sup>206</sup>

Posteriormente, no dia 19 de março de 1771 no rio Cuiabá abaixo na paragem do Cruará, os Paiaguá assaltaram os habitantes dessa região, levaram alguns escravos e índios que encontraram.<sup>207</sup> Os escravos somavam três, dois pertenciam ao soldado dragão João Alonso e um a Manoel Arruda. Dos índios, seis pertenciam a Pedro Alves, e um a Antônio Pereira Sardinha. Levaram também bastante armas de fogo, ferramentas, mais trastes e canoas. Não há registros de mortes. Os vereadores da câmara da vila do Cuiabá e o juiz de

---

<sup>204</sup> Idem. p. 76.

<sup>205</sup> Idem. p. 77.

<sup>206</sup> Idem. p. 96.

<sup>207</sup> Idem. p. 97.

fora, João Batista Duarte, Francisco de Serra de Azevedo, Miguel José Roiz e Manoel Leite, suspeitavam que todos os prisioneiros seriam levados para as povoações de Castela, com quem os Paiaguá mantinham comércio.<sup>208</sup>

A investida teve como finalidade obter objetos e escravos que seriam comercializados posteriormente com os castelhanos, às canoas poderia ter valor comercial ou seriam utilizadas pelos Paiaguá ao senhorearem os rios. O fato de não ter havido mortes no ataque pode estar associado pela surpresa com a qual os habitantes da paragem do Cruará foram acometidos, estando assim despreparados e desarmados. Mesmo os canoeiros confiscando armas dos colonizadores, não encontramos registros que demonstram o seu uso nos ataques armados. O não uso das armas de fogo pelos indígenas poderia estar relacionado à sua tradição cultural, pois usavam arcos, flechas e lanças, como também, nas trocas que realizavam com os castelhanos.

Ainda no mesmo ano, os Paiaguá surpreenderam e atacaram em um dos arraiais da vila do Cuiabá, alguns mineiros que trabalhavam com mais de quatrocentos escravos. Morreram nesse conflito perto de setenta pessoas dos que lá estavam. Os índios estavam armados com suas armas tradicionais e somavam-se aproximadamente duzentas pessoas.<sup>209</sup> Como os não índios foram pegos de surpresa e não esperavam por um ataque naquele momento e local, estavam desarmados, logo, não obtiveram sucesso, mesmo estando em um número muito maior do que os indígenas. O ataque pode ter ocorrido com os objetivos de assaltar os trabalhadores das minas, e obter cativos, já que no local havia um grande número de escravos.

O último ataque Paiaguá que identificamos, ocorreu no ano de 1786, a uma canoa que vinha da povoação de Albuquerque para a vila do Cuiabá, no conflito morreram duas pessoas, Jozé Paes de Barros e um escravo do Sargento de Pedestres Alexandre Ferreira Netto.<sup>210</sup>

A aproximação entre índios e não índios acelerada pela descoberta do ouro na região do Cuiabá causou ações de ataque e defesa organizadas pelos canoeiros. Contatos que ao

---

<sup>208</sup> Carta dos vereadores da câmara da Vila do Cuiabá ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Luis Pinto de Sousa Coutinho, propondo providências para conter as hostilidades dos índios Caiapó, que haviam feito um ataque nas Lavras do Médico, e Paiaguá, que chegaram no Piraim, rio Cuiabá abaixo. Vila do Cuiabá, 30/03/1771. BR APMT. CVC. CA 0037, Cx nº 001.

<sup>209</sup> Ofício do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis Pinto de Souza Coutinho [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro acerca da notícia pelo juiz de fora da Vila de Cuiabá João Baptista Duarte da invasão daquele distrito por índios Paiaguá e Caiapó. Vila Bela, 26/05/1771. AHU- Projeto Resgate MT. Cd. 4. Pasta 014. Subpasta 002. Fotos 362-367.

<sup>210</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830, p. 132.

mesmo tempo em que evidenciavam suas características de “canoeros-pescadores-corsarios”,<sup>211</sup> provocava a morte de muitos Paiaguá, o que resultou na desestrutura do grupo, facilitando novas investidas dos colonizadores na busca de mão de obra indígena, assim como seu extermínio.

Os Paiaguá mantiveram em seus ataques excelentes organizações que demonstram suas estratégias de resistências mediante os avanços dos colonizadores para a região das minas cuiabanas. Esses indígenas guerrearam, se aliaram e fugiram para permanecerem vivos e preservarem sua cultura frente à política indigenista de extermínio e catequização.

Dessa forma, com o avanço dos colonizadores, os canoeiros buscaram com os meios naturais que obtinham, com os objetos que assaltavam das monções cuiabanas ou com os produtos que conseguiam com a realização do escambo com os castelhanos, confeccionar suas próprias armas. O que explica não terem dado tanta atenção para o ouro, preferiam o metal, material que era utilizado na fabricação de suas armas, que eram leves e de fácil manuseio, características que proporcionava grande agilidade na hora dos combates.

Logo, quando os Paiaguá eram acometidos de surpresa ou estavam sem suas armas e canoas, não obtinham sucesso nos conflitos. Já quando se apresentavam com suas canoas bem equipadas, mesmo estando em números menores que os colonizadores, conseguiam dominá-los, o que afirma sua excelência no remo e nas armas, habilidades que possibilitou resistirem a escravização e extermínio nas águas dos rios.

Afirmar que os espaços territoriais e fluviais dos sertões da fronteira oeste pertenciam a uma diversidade de povos indígenas não é exagero. Os diversos povos ocupavam e povoavam esses espaços que foram sendo invadidos pelos não índios cobiçosos pela busca de indígenas e riquezas. Com os avanços da colonização, os colonos encontravam os indígenas organizados para se defenderem ou atacarem, cada povo a seu modo cultural.

As monções cuiabanas encontravam pelos caminhos fluviais os guerreiros Paiaguá, que, ao som dos urros saindo das emboscadas com suas flechas e lanças, defendiam seus espaços embarcados em canoas que os encorajavam e possibilitava a fuga quando necessário.

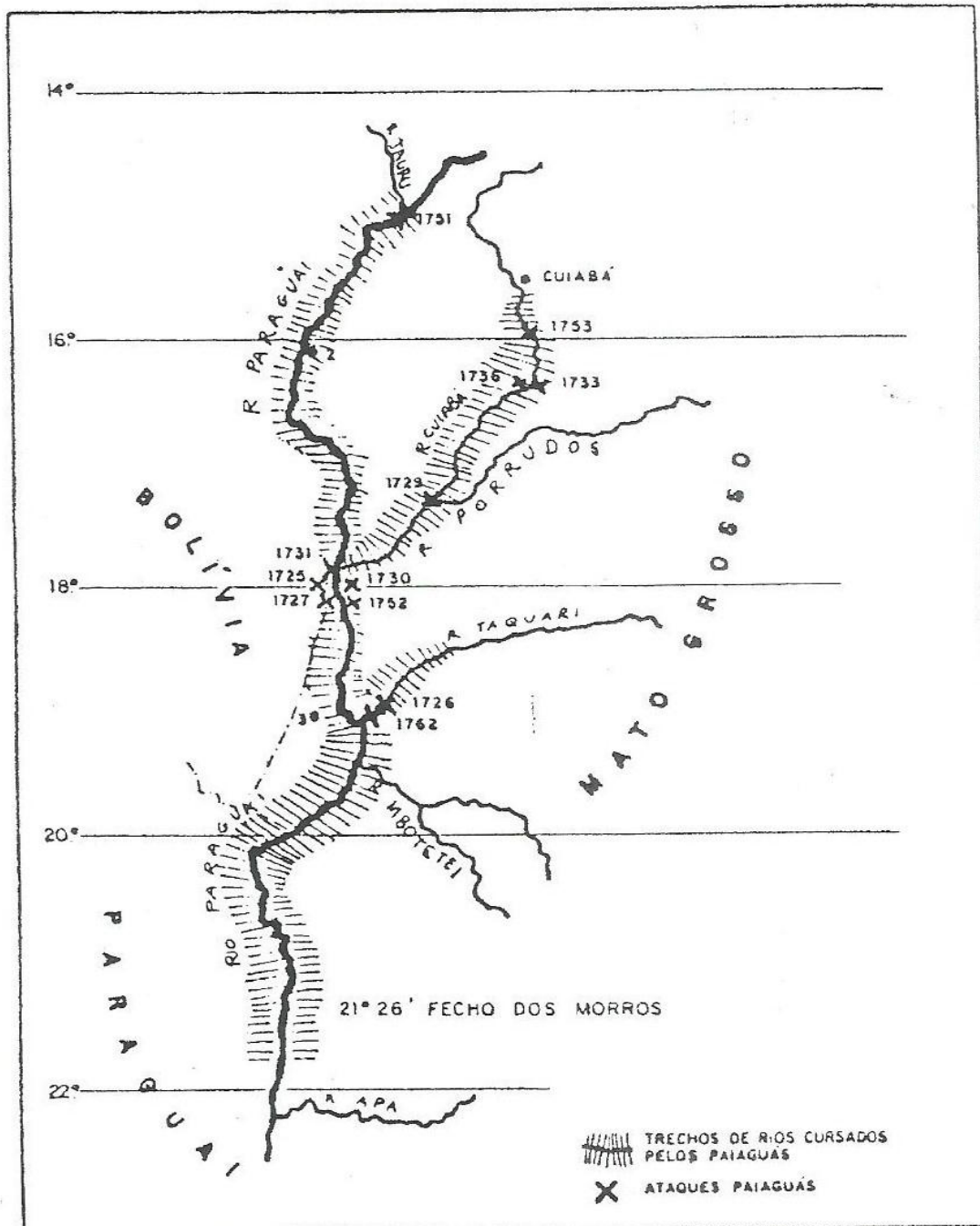
Assim, com a realização dos ataques, assaltos e alianças, os índios Paiaguá por meio da guerra lutaram pela permanência do seu povo e da sua cultura. Sua belicosidade deixou os colonizadores temerosos, levando-os a organizarem ações de extermínio contra esses indígenas. Desse modo, a conquista, a dominação, a exploração e a sobrevivência, dependiam

---

<sup>211</sup> SUSNIK, Branislava., Op. cit., p. 93.

das guerras coloniais, pelas quais os canoieiros guerrearam pela defesa dos seus costumes, espaço e identidade.

**Mapa 6 - Área de circulação e locais de ataque dos Paiaguá no século XVIII**



**Fonte:** MOURA, Carlos Francisco, 1984. apud. MAGALHÃES, Magna Lima., *Payaguá: os senhores do Rio Paraguai*. São Leopoldo, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, p. 126.

## Capítulo III – Guerras Punitivas Contra os Índios Paiaguá nos Setecentos

O objetivo do capítulo é analisar como agiam os colonizadores por meio das guerras punitivas contra os Paiaguá, na primeira metade do século XVIII. Buscamos, aqui, compreender quais eram as justificativas utilizadas para deferir as guerras e o que assegurava a legislação indigenista colonial frente aos contatos estabelecidos entre índios e não índios.

### 3.1 Legislação e Política Indigenista no Século XVIII

No período colonial, com o objetivo de estabelecer e manter os contatos entre indígenas e colonizadores, diversas leis foram criadas e tratavam dos descimentos, aldeamentos, liberdades e escravidão indígena.<sup>212</sup> Entre elas, podemos citar a Lei de 24/2/1587, que obrigava a presença de missionários juntamente às tropas de descimentos; o Alvará de 21/8/1582 e Provisão Régia de 1/4/1680 que tratava dos aldeamentos; a Lei de 1611 que se referia à legalidade da escravidão indígena; o Diretório de 1757, responsável pela aplicação das leis que garantiam a liberdade dos povos indígenas assegurada pela Lei de 1755.

<sup>213</sup>

De acordo com Beatriz Perrone-Moisés que discute a escravidão dos índios, a Lei de 20/3/1570 e a de 11/11/1595 tornavam lícito o cativo para aqueles que fossem capturados em guerra. No século seguinte, a Lei de 30/6/1609, na tentativa de reprimir as escravizações ilícitas, tornou livre todos os índios do Brasil, sem exceções. Porém, dois anos depois, a Lei de 10/9/1611, retomou a legalidade da escravidão dos índios aprisionados em guerra justa, sendo justificada pela agressividade por parte dos índios.<sup>214</sup> Assim, os contatos entre indígenas e colonizadores nem sempre ocorreram conforme o que assegurava à legislação indigenista. Em muitos momentos, contudo, os colonizadores violavam as leis.

---

<sup>212</sup> O histórico da legislação indigenista do século XVIII apresentado nesse estudo, foi abordado por Beatriz Perrone-Moisés.

<sup>213</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz., Op. cit., p. 119.

<sup>214</sup> Idem. Op. cit., p. 126.

As guerras justas eram organizadas contra os povos indígenas que não possuíam conhecimentos sobre a religião cristã e eram hostis aos colonos e seus índios aliados. Assim, suas hostilidades e ofensas aos cristãos eram legalmente “corrigidas” por meio das guerras consideradas justas.<sup>215</sup> Em muitos momentos, grupos indígenas foram considerados como hostis e infiéis pelos colonos para justificarem a necessidade legal das guerras armadas, objetivando a escravização e extermínio dos índios caracterizados como inimigos.

Além da escravidão dos indígenas permitida por meio da guerra justa, ocorreu também no período colonial a escravidão por intermédio do resgate, que consistia em comprar ou resgatar índios feitos prisioneiros após conflitos entre diferentes etnias.<sup>216</sup> Ele foi legitimado pela Lei de 1587, e seu princípio como justificativa de escravização foi retomado posteriormente em Regimento de 21/2/1603 na Lei de 1611, pela Provisão Régia de 17/10/1653, pelo Alvará de 28/4/1688.<sup>217</sup>

Nesse contexto, “*as justas razões de direito* para a escravização dos indígenas, de que fala, por exemplo, a Lei de 1680, foram basicamente duas: a guerra justa e o resgate”.<sup>218</sup> Conforme o Alvará de 28/4/1688, na organização de guerra justa, os índios infiéis só poderiam ser cativos durante o tempo que durasse a guerra, terminada, ficava proibido realizar novas armadas e cativar outros índios.<sup>219</sup> Dessa forma, objetivando evitar as guerras ilegítimas e a escravidão dos prisioneiros, os reis passaram a limitar a possibilidade da declaração de guerras, chegando a estabelecer que seriam justas apenas as guerras que o rei declarasse (Lei de 11/11/1597; Lei de 9/4/1655).<sup>220</sup>

A título de justificação por parte dos colonizadores para deferir guerra contra os índios, era preciso comprovar a inimizade das nações indígenas. Sendo assim, “nos documentos relativos às guerras, trata-se sempre de provar a presença de um inimigo real. Tudo leva a crer que muitos desses inimigos foram construídos pelos colonizadores cobiçosos de obter braços escravos para suas fazendas e indústrias”.<sup>221</sup> Quando os moradores das minas cuiabanas e autoridades coloniais caracterizavam os indígenas enquanto bárbaros e hostis, passavam então a organizar guerras objetivando o extermínio desses grupos ou capturá-los

---

<sup>215</sup> MELLO, M. E. A. S. E., A paz e a guerra: as Juntas das Missões e a ocupação do território da Amazônia colonial do século XVIII. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOLEYRON, Rafael. (Org.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVI a XXI)*, p. 85.

<sup>216</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz., Op. cit., p. 127 - 128.

<sup>217</sup> Idem. Op. cit., p. 128.

<sup>218</sup> Idem Op. cit., p. 123.

<sup>219</sup> Idem. Op. cit., p. 127.

<sup>220</sup> Idem. Op. cit., p. 124.

<sup>221</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz., Op. cit., p. 125.

para os tornarem escravos. Os ataques eram então justificados pela defesa dos moradores diante das hostilidades causadas pelos grupos indígenas.

A imagem atribuída aos indígenas caracterizando-os como *hostis* é presente em muitos dos estudos já realizados, assim como nos documentos, passando uma imagem de defesa para contrapor a de ataque, o que demonstra a negação cultural dos grupos indígenas, já que em muitos momentos, suas ações poderiam não retratar atos de violência, mas de manifestações da sua cultura.

A Lei de 9/4/1655 que tratava sobre os cativeiros dos índios a respeito da ‘guerra ofensiva’ determinava que somente o rei poderia declarar, e a ‘guerra defensiva’ cabia ao governador autorizar.<sup>222</sup> Os índios que fossem aprisionados em guerra ofensiva se tornariam escravos de forma definitiva, já os capturados em guerra defensiva, seriam escravos provisoriamente, até que o rei emitisse sua decisão quanto à justiça da guerra em questão.<sup>223</sup>

Diante das suspeitas levantadas sobre irregularidades na legislação, a Coroa portuguesa passou então a proibir as guerras e a escravização dos indígenas, por intermédio da Lei de 1/4/1680, que declarava a liberdade de todos os indígenas do Brasil. Mas essa liberdade não permaneceu por muito tempo. Seis anos depois, a Carta Régia de 2/3/1686 apresentava os índios enquanto desleais e violentos nas relações com os moradores. Já “a Carta Régia de 25/10/1707 mencionava documentos recebidos da colônia que comprovavam ‘os grandes e atroz delitos e horríveis extorsões’ dos gentios, declarando-lhes guerra”.<sup>224</sup> Em outra data, cartas do vice-rei do Brasil de 1723 e 1726 pediam índios das aldeias para fazer uma campanha ao gentio bárbaro que hostilizava os vassallos de sua majestade, e os exemplos podiam ser multiplicados.<sup>225</sup>

Dessa forma, quando os colonizadores passavam a caracterizar os índios enquanto inimigos e era declarada guerra justa, os grupos indígenas, no primeiro momento no Maranhão, e posteriormente nas demais regiões do Brasil, sofriam com as mortes e dispersão dos seus membros. Os indígenas eram alvos de ataques, apresamentos, destruição de suas aldeias, matanças e escravidão. Essas organizações foram intensificadas durante o século XVII e início do século XVIII, objetivando a colonização do território ocupado pelos indígenas e a exploração da sua mão de obra.

---

<sup>222</sup> MELLO, M. E. A. S. E., Op. cit., p. 85.

<sup>223</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz., Op. cit., 1992.

<sup>224</sup> Idem. Op. cit., p. 126.

<sup>225</sup> Idem. Op. cit., p. 125.



Sendo assim, quando os inimigos eram autores comprovados de violências e atrocidades, a guerra era julgada justa. Mesmo que se rendessem, o máximo que podiam esperar era que lhes poupassem as vidas em cativeiro “não só se hão de matar todos os índios que na dita guerra resistirem, mas cativar aos que se renderem e que estes cativos se hão de vender em praça pública”, ficando estabelecido por meio da Carta Régia de 25/10/1707.<sup>226</sup>

Os indígenas cativos tornavam-se escravos sob a autorização do Estado e da Igreja, já a declaração de guerra por particulares era extremamente proibida. “A partir desse momento, a ‘guerra justa’ poderia ser declarada por uma junta composta pelo: governador-geral, o bispo, os membros da Relação da Bahia, representantes dos missionários, e ao rei cabia o direito de avaliar as decisões”.<sup>227</sup> Assim, as manifestações de defesa dos indígenas mediante as expedições punitivas coloniais e as ações de catequização, na tentativa de permanecerem fisicamente e culturalmente, eram caracterizadas pelos colonizadores como atos hostis tornando justa a organização das guerras contra as diversas etnias.

Segundo Patrícia Maria Melo Sampaio, “até a segunda metade do século XVIII, as modalidades empregadas para a incorporação de mão de obra indígena eram os descimentos, guerras justas e resgates”.<sup>228</sup> Nesse sentido, essas formas de apropriação da mão de obra indígena desencadearam constantes ataques entre índios e colonizadores, que norteiam o foco deste trabalho.

Os projetos coloniais visavam o domínio das terras e povos indígenas por meio das ações colonizadoras e civilizadoras. Desse modo, a política da secularização rompeu com o poder supremo da Igreja no processo civilizatório e passou a priorizar o poderio Estatal. De acordo com a política secular, “uma colonização só seria possível com um Estado forte, em que à Igreja caberia uma posição subalterna, a de lhe prestar serviços”.<sup>229</sup> Os missionários regulares passaram a ser substituídos pelo tutor, nos contatos estabelecidos com os diversos povos indígenas.

Com base na política da secularização, os homens passariam a ter liberdade para se colocarem diante de Deus e poderiam assim, decidir qual religião iriam seguir, porém, deveriam respeitar os acordos coloniais firmados entre os homens, de início aplicado ao Grão-

---

<sup>226</sup> Idem. Op. cit., p. 127.

<sup>227</sup> PUNTONI, Pedro., Op. cit., p. 53.

<sup>228</sup> SAMPAIO, Patricia Maria Melo., *Espelhos Partidos: Etnia, Legislação e Desigualdades na Colônia. Sertões do Grão-Pará, c.1755- c.1823*, p. 60.

<sup>229</sup> ALMEIDA, Rita Heloísa de., Op. cit., p. 115.

Pará e Maranhão.<sup>230</sup> O que evidencia o poder do Estado na política aplicada pelo *Diretório* quanto à civilização dos indígenas. Uma liberdade condicionada às ações colonizadoras.

Nesse sentido, a política indigenista se articulava muito mais pela continuidade do que estava sendo aplicado ao processo de civilização, ao invés de romper definitivamente com as ações já praticadas. O processo civilizador era adequado aos novos objetivos, mantendo o que estava de acordo com a política vigente e excluindo as práticas que não mais caberia ao novo modelo político de colonização. Como ocorreu com a expulsão da Companhia de Jesus no ano de 1759, “estariam os padres jesuítas expulsos de Portugal e de seus domínios coloniais, bem como destituídos de seus bens e poderes de administração sobre os índios”,<sup>231</sup> já que a política de civilização adotada pelos jesuítas por meio da cristianização dos indígenas não era mais adequada à política colonial da segunda metade do século XVIII.

Desse modo,

A secularização das aldeias missionadas e a implementação do *Diretório* quebram essa concepção de transformação do índio pelo cristianismo, tornando o processo religioso uma parte inclusa, um refinamento de um processo maior – o da civilização.<sup>232</sup>

Ante a ruptura da civilização fundamentada no cristianismo, é perceptível que a política do *Diretório* manteve algumas das instruções gerais das legislações anteriores. Como “a divisão dos índios nas categorias de mansos e selvagens, a obrigação do trabalho compulsório para os aldeados, a condição de tutela a eles imposta, e a garantia das terras das aldeias para os índios”.<sup>233</sup> Com base nas leis anteriores, a grande mudança foi a política da miscigenação, incentivada por meio dos casamentos entre os colonos e mulheres nativas, regulamentado pela Lei de 4 de abril de 1755.<sup>234</sup>

Portanto, na segunda metade do século XVIII, a política adotada para dar continuidade ao projeto colonizador foi o *Diretório*. Organizado em 95 parágrafos, foi elaborado pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado na data de 03 de maio de 1757, sua política se concentrava no convívio dos índios do Grão-Pará e Maranhão com os não índios, caracterizados como sujeitos civilizados. A homologação do *Diretório* ocorreu no

---

<sup>230</sup> Idem. Op. cit., 1997.

<sup>231</sup> Idem. Op. cit., p. 121.

<sup>232</sup> Idem. Op. cit., p. 135.

<sup>233</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de., Op. cit. 2010, p. 109.

<sup>234</sup> ALMEIDA, Rita Heloísa de., Op. cit., p. 161.

ano seguinte, pelo monarca D. José I, em 17 de agosto de 1758, sendo aplicado por meio de continuidades e rupturas quando comparado à política indigenista até então praticada na América portuguesa.<sup>235</sup> Adotou “a incorporação dos índios, a sua conversão aos valores e modo de vida da civilização ocidental”.<sup>236</sup> Sendo assim, civilizar os índios e torná-los vassallos fazia parte da política indigenista de Marques de Pombal, que vigorou entre os anos de 1757 a 1798.

A incorporação dos indígenas à sociedade ‘civilizada’, a princípio no Grão-Pará e Maranhão no século XVIII, não significou a liberdade desses povos, que já era garantida na Lei de 6 de junho de 1755. Pois de acordo com o parágrafo primeiro do *Diretório*, os indígenas não possuíam aptidão para se governarem, já que não haviam sido educados a partir dos princípios da ‘civildade’ e ‘convivência’, assim, precisavam de outras pessoas para governá-los. De acordo com o parágrafo segundo do *Diretório*, os indígenas seriam, então, governados pelos juízes ordinários, vereadores e oficiais da justiça.<sup>237</sup>

Para que a civilização fosse alcançada, efetivando a assimilação entre índios e não índios, a imposição da língua portuguesa entre os indígenas foi uma medida marcante na política do *Diretório*, que objetivava “transformar os índios em vassallos iguais aos demais colonos”.<sup>238</sup>

No entanto,

[...] o exercício de igualar (civilizar) o *outro* não subentende o reconhecimento da sua igualdade. Ressaltar as diferenças constituiu, ao longo do processo de expansão e conquista, que se estende até a contemporaneidade, um poderoso artifício que, tanto denega a dignidade do índio como legitima os projetos colonialistas do branco-civilizador.<sup>239</sup>

Deste modo, diante da legalidade no cumprimento da legislação indigenista do período colonial, as violações fizeram com que os direitos indígenas não fossem assegurados, mesmo quando garantidos pela Lei. Como por exemplo, a atuação do *Diretório*, que “dava ao

---

<sup>235</sup> Idem. Op. cit., 1997.

<sup>236</sup> Idem. Op. cit., p. 28.

<sup>237</sup> FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça., *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*, 1758.

<sup>238</sup> GARCIA, E. F., *O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional*, p. 26.

<sup>239</sup> LANGER, Protasio Paulo., Op. cit., p. 131.

índio um tratamento específico, visando preparar trabalhadores e povoadores que estivessem a serviço da Coroa, povoando e protegendo as terras da fronteira”.<sup>240</sup>

O trecho da carta escrita pelo juiz de fora da vila do Cuiabá, João Batista Duarte, endereçada ao Governador e capitão general da Capitania do Mato Grosso Luis de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, apresenta o descumprimento na legislação do *Diretório* quando se refere ao tratamento que deveria ser direcionado aos índios. “Não se deve atender para a sua vontade nem para as queixas, e só assim para sua utilidade”.<sup>241</sup> Isto posto, cabe contextualizar que a política indigenista sempre buscou pela imposição de novas culturas, afastar cada vez mais os índios da sua própria identidade, porém, cada povo, a sua maneira, soube mudar e permanecer quando necessário.

Nesse contexto, a política indigenista, respeitando ou não a legislação colonial, buscou colonizar e civilizar os povos indígenas objetivando a dominação do território ocupado pelas diversas etnias e a exploração da sua mão de obra. Tal política priorizava o enriquecimento da Coroa portuguesa, por meio de guerras, exploração, alianças, mortes, imposição cultural e religiosa.

### **3.2 Guerras: suas justificativas**

Como afirmou Marcia Eliane de Mello, ao analisar a situação do Maranhão e Pará, a guerra surgia aos colonos como possibilidade de escravização legal, mesmo com os trâmites criados pela Coroa portuguesa para limitar a sua realização.<sup>242</sup> Ainda que distantes no tempo e no espaço das guerras empreendidas contra os indígenas no Norte e no Nordeste, encontramos nas minas cuiabanas, na primeira metade do século XVIII, práticas adotadas também na realização da guerra contra os índios Paiaguá.

Na organização das guerras, o cativo era legal para os indígenas aprisionados em guerra justa. Era o direito da Igreja ou do Estado de declarar guerra contra os infiéis, onde a escravização e destruição dos inimigos se faziam segundo a Lei de 20 de março de 1570,<sup>243</sup>

---

<sup>240</sup> BLAU, Alessandra Resende Dias., Op. cit., p. 16.

<sup>241</sup> Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, João Batista Duarte, ao Governador e capitão general da Capitania do Mato Grosso Luis de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, versando sobre o tratamento que devem dar aos índios de acordo com o *Diretório dos Índios*. Vila do Cuiabá, 10/11/1775. BR APMT CVC JF CA Nº 0400 Caixa 008.

<sup>242</sup> MELLO, M. E. A. S. E. ., Op. cit., 2010.

<sup>243</sup> PUNTONI, Pedro., Op. cit., 2002.

logo, os contatos firmados com as guerras, provocaram conflitos sangrentos que ocasionaram a redução da nação Paiaguá.

Os moradores das minas cuiabanas e autoridades coloniais ao caracterizarem os indígenas como bárbaros e hostis, passavam então a organizar guerras objetivando o extermínio ou a captura para a escravização. A defesa dos moradores e das minas contra os ataques indígenas era a justificativa apresentada para a realização das guerras.

Na segunda metade do século XVIII, em carta escrita pelos vereadores da Câmara da vila do Cuiabá ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso, Luis Pinto de Sousa Coutinho, notamos as referências às hostilidades dos Paiaguá e a guerra realizada pelos moradores contra eles anos antes, assim como a continuidade dos chamados “insultos” ainda naquele momento:

Enquanto o gentio Paiaguá é constante que desde o estabelecimento destas minas sempre cometeram hostilidades, assim nós moradores, como nós comerciantes e viajantes que navegam e navegam por aqueles rios, tirando a vida a muitas mil pessoas, acabando e destruindo monções inteiras, roubando-lhes as fazendas e escravos para ir vender a Castela; e além disso muitas arrobas de ouro de partes, e algumas de quintos de Sua Majestade, que Deus guarde. Por repetidas vezes lhes fizeram guerras às suas custas os habitantes deste país, e Sua Majestade lhes mandou fazer de uma vez em que acabaram muitos, mas não extinguiram por repetir os insultos.<sup>244</sup>

A imagem caracterizando os indígenas como hostis está presente em muitos documentos, cujas justificativas apresentadas passavam uma ideia da necessidade de defesa das minas e da vida dos colonos frente aos ataques indígenas. Segundo Nauk Maria de Jesus:

Deste modo, as autoridades se referiam aos indígenas, contribuindo para a propagação de uma imagem que associava os índios a bárbaros, selvagens e carniceiros, recorrente na própria concepção de sertão. Na visão do conquistador utilizar-se de meios violentos como cortar as mãos e as orelhas dos índios era uma forma de impor respeito e demonstrar força perante as sociedades indígenas. No entanto, quando as ações desse porte eram oriundas dos grupos indígenas, eram caracterizadas como bárbaras e sanguinárias. Havia, portanto, uma inversão na concepção do que era justo e injusto definido a partir da origem da ação.<sup>245</sup>

---

<sup>244</sup> Carta dos Vereadores da Câmara da Vila do Cuiabá ao Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso, Luis Pinto de Sousa Coutinho, propondo providencias para conter as hostilidades dos índios Caiapó, que haviam feito um ataque nas lavras do Médico, e Paiaguá, que chegaram no Piraim, rio Cuiabá abaixo. Vila do Cuiabá, 30/3/1771. BR APMT. CVC. CA N° 0037 Caixa 001.

<sup>245</sup> JESUS, Nauk Maria de., Op. cit., 2007, p. 11.

Diante dessas imagens, as guerras punitivas contra os índios Paiaguá foram organizadas e justificadas pelos moradores da região das minas do Cuiabá e autoridades coloniais pelas ameaças que causavam esses indígenas aos colonizadores e aos monçoeiros que navegavam pelas águas do rio Paraguai e adjacências. Nesse cenário, “as guerras pela sua possibilidade de escravização legal dos índios, despertavam grande interesse por parte dos moradores”,<sup>246</sup> que, movidos por interesses em acumular riquezas e obter privilégios da Coroa portuguesa, passaram também a financiar as expedições de guerra contra os índios caracterizados como inimigos, por meio da participação direta nas guerras, e financiamento dos materiais necessários nas investidas.

Os confrontos com os povos indígenas caracterizados como hostis, sempre foram um problema enfrentado pelas autoridades portuguesas, visto que esses povos eram tidos como entrave para o desenvolvimento do processo de colonização. Logo, as relações estabelecidas no universo colonial eram mantidas pelo jogo do interesse, aliados e opositores se uniam ou guerreavam de acordo com as disputas travadas naquele contexto. Em consequência dos avanços da colonização, a sociedade colonial vivia em constantes disputas e defesa pelo território e sobrevivência. Portanto, a necessidade e os interesses moviam os colonizadores e indígenas.

Deste modo, os contatos firmados entre índios e colonizadores por intermédio das expedições de colonização variavam de acordo com a etnia, o local, e o quantitativo populacional. Aos indígenas que eram considerados inimigos, como os Paiaguá, era aplicado o ‘castigo’, pois impediam os avanços da colonização e se mostravam hostis nos contatos com os não índios. As guerras punitivas eram organizadas contra os grupos indígenas que não se aliavam aos colonizadores. Dessa forma, era preciso desinfestar o sertão colonial povoado por índios bravios, que recusavam o trabalho forçado e a aproximação por meio de alianças. Os índios aliados foram de extrema importância nas ações bélicas dirigidas aos grupos inimigos, fortaleciam assim, as ações colonizadoras. Foram também muito utilizados como guias e guerreiros.

Os índios que não se mostravam hostis deveriam ser incorporados ao projeto colonizador quando possível sem violência diante dos contatos estabelecidos, e “permaneciam em suas aldeias colaborando com os portugueses”.<sup>247</sup> Esses indígenas deveriam compor as

---

<sup>246</sup> MELLO, M. E. A. S. E. ., Op. cit., p. 87.

<sup>247</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de., *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, p. 46.

tropas militares, ocupar os espaços conquistados, além de contribuir com a mão de obra.<sup>248</sup> Já aqueles que eram tidos como inimigos deveriam ser capturados por meio da guerra para se tornarem cativos. Assim, para sustentar o enriquecimento do reino, a Coroa portuguesa impulsionou a exploração da mão de obra indígena.

Nesse sentido, mediante as ações indígenas no século XVIII, muitos foram os pedidos de providências enviados por autoridades coloniais e moradores ao rei, para conter os avanços das diversas nações. “A guerra contra os ‘índios bárbaros’ pode ter sido, portanto, artificialmente sustentada por setores que possuíam interesses em sua manutenção, incluídos aí os próprios governadores”.<sup>249</sup> Os cobiçosos interesses dos colonizadores em enriquecer forçaram as guerras em muitos momentos por meio de construções de identidades que não representavam os diversos grupos indígenas, tornando-os bárbaros, hostis, violentos e selvagens para justificar a necessidade das guerras em defesa dos moradores das minas do Cuiabá.

Os Paiaguá, por serem exímios guerreiros, passaram então a sofrer inúmeros ataques por serem culturalmente detentores de habilidades que, ante os olhares dos colonizadores, os tornavam perigosos. Assim, era preciso a organização de guerras para conter seus avanços e expulsá-los do caminho das monções cuiabanas. Essa questão será abordada a seguir.

### **3.3 Participantes e Financiadores das Guerras**

Os investimentos destinados às expedições de guerras iam desde o armamento necessário à alimentação dos integrantes. A falta de mantimentos era um fator preocupante, pois além da indisposição e vulnerabilidade para doenças, ocasionava fugas dos componentes, enfraquecendo a tropa armada que atacariam os indígenas.

Para que não ocorresse a dispersão da tropa, as câmaras municipais estiveram muito presentes nas organizações das investidas, representando os interesses das elites locais diante do projeto colonizador.

Quanto à atuação da câmara municipal da Vila Real, Nauk Maria de Jesus aborda que:

---

<sup>248</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de., Op. cit., 2010, p. 71.

<sup>249</sup> CARVALHO, Francismar Alex Lopes de., Op. cit., p. 144.

A câmara municipal de Vila Real obteve poder de atuação, mediação e representação no interior da localidade e diretamente com o rei. Tanto que, na primeira metade dos setecentos, ela foi uma das responsáveis pela defesa do território conquistado e pelo combate aos índios e espanhóis, já que o socorro à localidade não seria imediato e as rendas da Coroa seriam insuficientes.<sup>250</sup>

A participação da câmara nas guerras armadas contra os Paiaguá somava forças e financiamentos com os moradores das minas. No ano de 1734, a expedição organizada pelos moradores das minas do Cuiabá aos canoeiros, a câmara assistiu com novecentas e tantas oitavas de ouro. Porém, pela falta de união entre os homens e obediência ao cabo Antonio de Almeida Lara, a investida não obteve sucesso.<sup>251</sup> Em alguns casos, justificando a câmara não dispor de condições para iniciar uma expedição, era solicitado aos moradores que ajudassem a custear a investida. O investimento retornaria aos moradores por meio da segurança e tranquilidade, caso os gentios fossem contidos.

Diversas eram as formas de participação e custeio das guerras. No ano de 1731, os organizadores do ataque, entre eles, o brigadeiro regente Antônio de Almeida Lara e o capitão mor Antonio Pires de Campos, tiveram que levantar as canoas e armá-las. Esses gastos seriam de responsabilidade dos donos das canoas e das autoridades coloniais, representantes da câmara.<sup>252</sup> Mesmo financiando as investidas, os pedidos enviados ao rei para socorrer no que fosse preciso na organização das guerras, eram constantes por parte das autoridades coloniais. Solicitavam ajudas financeiras e utensílios necessários para o combate, como, também, requeriam privilégios pelos gastos e serviços prestados a proteção dos moradores das minas.

No ano de 1732, na armada contra os canoeiros, os mineiros participaram à custa de suas fazendas, gastos caracterizados por eles como excessivos. Assim, enviaram ao rei pedido para que fosse atenuado o direito dos quintos do ouro que destas minas se extraísse.<sup>253</sup> Os

---

<sup>250</sup> JESUS, Nauk Maria de., Op. cit., 2007, p. 3.

<sup>251</sup> Carta do governador da capitania de São Paulo (1734). São Paulo, 06/02/1734. M.F. 23 doc. 974 AHU. – 4ª fila – 2º doc. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 1956, v. I. IN: MORGADO, E. M. O... [et al]. *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

<sup>252</sup> Carta do ouvidor da Vila do Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] sobre a suspensão dos descobrimentos de ouro durante a guerra com o gentio Paiaguá. Vila de Cuiabá, 30/3/1731. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 50. Fotos 202-211.

<sup>253</sup> Carta do juiz ordinário da Vila do Cuiabá Domingos Gomes Beliaga ao rei [D. João V] sobre a atuação do ouvidor José de Burgos Vila Lobos em relação à arrecadação das fazendas dos defuntos, a perseguição aos índios Pareci e a reforma do regimento dos oficiais da Câmara. Pede também a diminuição dos direitos dos quintos do ouro. Vila do Cuiabá, junho de 1732. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 63. Fotos 298-301.



financiamentos nas guerras implicavam em pedidos de ressarcimento dos valores investidos, por meio de privilégios, ou diminuição dos impostos cobrados pelo ouro retirado das minas.

A guerra armada contra os canoieiros, no ano de 1731, que tinha como objetivo queimar e destruir todas as aldeias possíveis, para que servisse de exemplo para as demais nações, na tentativa de intimidar as movimentações indígenas. A câmara esteve presente atendendo com pólvora, no conserto das carretas de duas peças de artilharias, bala, munições, armas e demais apetrechos necessários para a guerra.<sup>254</sup> Mesmo quando a câmara financiava as investidas, havia a participação dos moradores das minas, com armas, munições, canoas e homens que somavam no número de participantes, agindo em defesa da paz coletiva dos não índios.

A câmara também ficava responsável em reparar e conservar as armas que seriam utilizadas nos ataques,<sup>255</sup> visto que, durante os combates, muitas armas se perdiam, eram levadas pelas águas ou pelos Paiaguá quando conseguiam dominar os não índios. Dessa forma, era preciso repor as armas que extraviavam nos confrontos, fosse por meio de novas compras ou solicitando a participação dos moradores com as munições necessárias nas próximas guerras. As orientações eram para que ficassem na vila do Cuiabá as armas que já possuíam, e as que conseguissem por meio das guerras que organizavam contra os canoieiros,<sup>256</sup> já que seriam utilizadas em novos ataques organizados em defesa dos avanços indígenas.

Justificando ser necessário organizar guerra contra os Paiaguá diante das hostilidades demonstrada aos que viajavam para as minas do Cuiabá, o mestre de campo general Manoel Rodrigues de Carvalho foi nomeado capitão da expedição que seria assistida pela fazenda real durante todo o tempo que perdurasse o conflito, com pólvora, bala, munições, e armas.<sup>257</sup> Os homens nomeados capitão das expedições possuíam como responsabilidade sua organização,

---

<sup>254</sup> Carta do ouvidor da Vila do Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] sobre a guerra contra o gentio Paiaguá e as despesas que fez a câmara com pólvora e o conserto das carretas de duas peças de artilharia. Vila do Cuiabá, 07/04/1731. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 53. Fotos 218-222.

<sup>255</sup> Carta dos oficiais da câmara da Vila de Cuiabá ao rei [D. João V] sobre a chegada da tropa comandada pelo mestre de campo Manoel Rodrigues de Carvalho, o ataque que sofreu do gentio Paiaguá e Guaicuru e as perdas que tiveram. Vila de Cuiabá, 11/04/1734. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 69. Fotos 318-323.

<sup>256</sup> Carta do [governador de capitão general da capitania de São Paulo] Gomes Freire de Andrade ao rei [D. João V] em que informa que deu ordem para que as armas e munições de guerra que serviram no assalto aos Paiaguá fiquem em Vila de Cuiabá. Vila Rica, 20/02/1738. AHU – Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 103. Fotos 18-20.

<sup>257</sup> Requerimento do tenente de mestre de campo general da capitania de São Paulo Manoel Rodrigues de Carvalho ao rei [D. João V] em que pede ajuda de custo por ter ido com o governador Rodrigo Cesar de Meneses e ter combatido o gentio Paiaguá. 26 de janeiro, ant. a 1736. AHU – Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 82. Fotos 387-398.

realização e sucesso. Os objetos e indígenas capturados em guerra também ficavam no controle dos capitães.

Nessas investidas, a vitória do conquistador era utilizada como inspiração para novas guerras e exemplo para as demais nações. Assim, “serviam para caracterizar a superioridade bélica dos brancos e com isso aquietar outros grupos ansiosos por se livrarem dos intrusos”.<sup>258</sup> Essa estratégia utilizada pelos colonizadores para facilitar a colonização dos povos indígenas e dos espaços por eles habitados não obteve grandes sucessos. As diversas nações possuíam formas específicas de recuarem ou atacarem quando achavam necessário, defendendo seus espaços, sua cultura, e seu grupo.

A fronteira oeste foi palco de muitas guerras movidas por interesses diversos e financiadas por homens de diferentes culturas, mas que possuíam os mesmos objetivos. Abrir caminhos para o escoamento das riquezas exploradas, obter mão de obra escrava indígena e exterminar as nações indígenas que impediam o sucesso desses objetivos.

Em 1728 quando justificando não poder mais alargar as minas da vila do Cuiabá por se verem oprimidos pelos índios Paiaguá que estavam destruindo e matando as pessoas que rumavam para estas minas, e que se uniam com os Guaicuru e Caiapó, que todos juntos provocavam grandes prejuízos, Rodrigo César de Menezes, governador e capitão general destas minas, mandou tirar devassa dos absurdos que haviam feito.<sup>259</sup> A exploração do ouro, de acordo com o documento, ficava prejudicada com as ações dos Paiaguá, assim como a vinda dos monçoeiros para a região das minas cuiabanas. Era preciso, então, conter os indígenas para desinfestar os caminhos terrestres e fluviais, dando continuidade a exploração das minas.

Na organização das guerras, se sobressaía o discurso da defesa, ou seja, os colonizadores não estavam atacando os grupos indígenas, suas investidas eram pela segurança dos moradores das minas. A imagem que os colonos queriam sustentar era a de que os invasores eram os indígenas e não os colonizadores.

Assim, para impedir as mortes e roubos causados pelos canoeiros, segundo os colonizadores, o “remédio mais eficaz seria lhe mandar dar guerra em observância da Lei de

---

<sup>258</sup> VOLPATO, Luisa Rios Ricci., *Op. cit.*, p. 35.

<sup>259</sup> Carta do Juiz mais velho do Senado da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei (D. João) sobre o quinto do ouro das minas da Vila de Cuiabá, Paranapanema, e Goiás, a urgência de se fazer guerra ao gentio e a necessidade de se definir as competências dos provedores dos Defuntos e Ausentes. Vila de Cuiabá, 25/3/1728. AHU, Projeto Resgate – MT., CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 23. Fotos 86-89.

Vossa Majestade em que dispensa se lhe faça cativando-os e vendendo em praça pública”.<sup>260</sup> Neste caso, a guerra objetivava o extermínio desses indígenas e não os tornarem cativos, abrindo assim os caminhos para as monções, permitindo a entrada de novos colonizadores e produtos, como remédios, roupas e alimentos, que davam suporte para a permanência dos colonos nas minas, que retornariam com as riquezas minerais.

Posteriormente, no ano de 1731, justificada pelos estragos que os Paiaguá vinham fazendo aos moradores do Arraial Velho, foi organizada uma armada pelo Brigadeiro Regente Antonio de Almeida Lara.

Pretenderam neste ano os paisanos fazer guerra contra os Paiaguás a sua custa, e a seu modo, para o que elegeram cabo ao Brigadeiro Regente Antonio de Almeida Lara mandou este publicar um bando, para que não saísse pessoa alguma para Povoado sem que primeiro saísse armado contra o .Gentio. [...] Desceu esta armada até as campanhas, onde habita o gentio Aicurú abaixo da Bocaina do Paraguai [...] Com acenos, algazarras, dispararam as duas pessoas de artilharia ambas a um tempo com bala miúda sobre o trosso dos Paiaguás que matou muita maquina deles.<sup>261</sup>

De acordo com os organizadores da guerra, como o Dr. desembargador José Burgos Vila Lobos, ouvidor geral da câmara, os juízes ordinários Antônio de Almeida Falcão e Manoel Vicente Neves, os vereadores Antonio de Pinho, Domingos Gomes Beliago e Manoel Dias Penteado, e o procurador do povo Bento Rodrigues de Andrade, era preciso reprimir as hostilidades dos índios por meio da guerra, devia assim “extinguir e expulsar o gentio”, evitando os prejuízos que esses indígenas estavam causando às minas cuiabanas. Os índios que fossem feitos cativos deveriam ser subtraídos o quinto, e o ouro, prata e ferro com eles encontrados, ser saqueados.<sup>262</sup> Tornar os Paiaguá culpados pelos estragos e impedimentos ao desenvolvimento das minas gerava justificativas que tornavam as guerras necessárias para a segurança dos moradores.

No ataque de 1732, tudo que estivesse com os Paiaguá que pudesse ser comercializado e utilizado em outras guerras deveria ser confiscado e apresentado para

---

<sup>260</sup> Carta do governador e capitão general da capitania de São Paulo Rodrigo Cesar de Menezes ao rei D. João V sobre a devassa feita ao comportamento dos índios para apuradas as culpas, se poder fazer guerras. Vila do Cuiabá, 28/03/1728. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. N° 010, caixa n° 1, doc. 24. Fotos 90-92.

<sup>261</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830, p. 65.

<sup>262</sup> Carta do ouvidor da Vila do Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] sobre a suspensão dos descobrimentos de ouro durante a guerra com o gentio Paiaguá. Vila de Cuiabá, 30/3/1731. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. N° 010, caixa n° 1, doc. 50. Fotos 202-211.

realizar a partilha no juízo da Procuradoria da Fazenda Real.<sup>263</sup> A fiscalização mediante os saques aos pertences indígenas buscava manter um controle evitando assim os descaminhos, como também, contribuir com o enriquecimento da Coroa.

Na guerra armada contra os Paiaguá no ano de 1731, os indígenas que se tornassem cativos deveriam ser repartidos entre os participantes da armada, para que fossem utilizados nas investidas posteriores contra outras nações indígenas.<sup>264</sup> Havia, também, ocasiões em que grupos indígenas se aliavam aos colonizadores para guerrearem contra etnias inimigas, já em outras situações, essas participações ocorriam por estarem na condição de cativos e serem obrigados a participarem. As ações indígenas, como é o caso dos Paiaguá e Guaicuru, acabavam por motivar outras etnias circunvizinhas a se unirem contra os colonizadores.<sup>265</sup> As etnias se movimentavam de acordo com as necessidades impostas a partir dos contatos com os colonizadores. Dessa forma, passaram a encontrar estratégias para sobreviver ante os ataques que buscavam mão de obra indígena escrava e o extermínio das diversas nações.

À medida que avançava o interesse por cativos, a violência era intensificada, sendo a guerra um instrumento indispensável na busca por índios escravos. E, “apesar de gerar escravos indígenas, aos colonos, gerava mais guerra com a reação dos índios e muitos dispêndios”.<sup>266</sup> Na tentativa de os colonos conterem os Paiaguá por meio das guerras, a defesa e ataque desses indígenas provocaram um grande horror nas águas do rio Paraguai e cercanias, e a consequência foi um grande saldo de mortes entre indígenas e não índios.

Os registros dos resultados dos ataques organizados pelos moradores e autoridades coloniais não trazem o saldo de mortes e prisioneiros. Como já apresentado no capítulo II, às descrições das ações indígenas e seus resultados são detalhadas quanto ao número de mortes, de prisioneiros, de feridos, do quantitativo de armas e de homens. Demonstram a necessidade por parte dos não índios de construir uma imagem dos Paiaguá extremamente violenta e

---

<sup>263</sup> Certidão do escrivão da câmara e almotaçaria da Vila de Cuiabá Caetano dos Santos, declarando que é verdadeiro o traslado da carta que o governador Antônio da Silva Caldeira Pimentel escreveu aos oficiais da câmara sobre o ataque dos Paiaguá a tropa de Antônio Alves Lanhas Peixoto. Vila do Cuiabá, 07/05/1732. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. N° 010, caixa n° 1, doc. 59. Fotos 280-285.

<sup>264</sup> Carta do ouvidor da Vila do Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] sobre a guerra contra o gentio Paiaguá e as despesas que fez a câmara com pólvora e o conserto das carretas de duas peças de artilharia. Vila do Cuiabá, 07/04/1731. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. N° 010, caixa n° 1, doc. 53. Fotos 218-222.

<sup>265</sup> Carta dos oficiais da câmara ao rei D. João V sobre as despesas que fez para a guerra com o gentio Paiaguá e a perseguição que fazem os sertanistas aos Parecis, a quem escravizam e matam. Vila de Cuiabá, 10/04/1731. AHU – Projeto Resgate – MT. CU. N° 010, caixa n° 1. doc. 54. Fotos 223-232.

<sup>266</sup> RIBEIRO, Núbia Braga., *A guerra sanguinolenta aos índios no sertão colonial*, p. 2.

sanguinária. Nesse sentido, diante dos ataques indígenas, era preciso defender os moradores e organizar guerras para conter os avanços.

Entre os poucos registros sobre as consequências das expedições organizadas pelos não índios, há o resultado de um ataque organizado anterior ao ano de 1736, em que “toda a armada Paiaguá foi extinta, passando-se a espada todos os homens, e fazendo prisioneiros todas as mulheres e crianças”.<sup>267</sup> Nota-se que, neste combate, os colonizadores obtiveram sucesso, esses registros simbolizam a insistente necessidade dos colonos se colocarem como superiores aos indígenas, demonstrando um domínio bélico sobre às diversas nações, em especial aos indígenas considerados como inimigos, como eram os Paiaguá.

Quanto aos avisos sobre as ações dos Paiaguá que eram enviados ao rei, versavam sobre os ataques ocorridos naquele ano e nos anteriores, intensificando a necessidade da punição pelos danos já causados e as medidas que deveriam ser tomadas, evitando novos ataques, mesmo se os indígenas não atacassem. No ano de 1736, foi enviada ao rei uma representação em que tratava dos ataques causados pelos Paiaguá no ano presente e dos últimos três anos, em que apresentava os objetivos que levavam os canoeiros a realizarem os ataques. De acordo com os representantes da câmara de São Paulo, Francisco Xavier Garcia, Bento Siqueira Pedroso, Francisco Aurelio de Siqueira, entre outros, os Paiaguá realizavam os assaltos interessados em obter o ouro e escravos para realizarem o escambo com os espanhóis em Assunção.<sup>268</sup>

Os espanhóis obtiveram vantagens no comércio mantido com os canoeiros. “O pagamento pelo escravo contrabandeado era insignificante em relação ao real valor do artigo no mercado”.<sup>269</sup> As relações comerciais foram mantidas por interesses diversos entre índios e não índios. O ouro que muito significava para os espanhóis era trocado por facas e alimentos, produtos de interesse para os indígenas, já os prisioneiros, eram negociados com autoridades de Castela, que em troca os canoeiros exigiam a prata.<sup>270</sup> Os produtos comercializados possuíam valores diferentes para os indígenas e espanhóis, os indígenas priorizavam

---

<sup>267</sup> Requerimento do tenente de mestre de campo general da capitania de São Paulo Manoel Rodrigues de Carvalho ao rei [D. João V] em que pede ajuda de custo por ter ido com o governador Rodrigo Cesar de Meneses e ter combatido o gentio Paiaguá. 26 de janeiro, ant. a 1736. AHU – Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 82. Fotos 387-398.

<sup>268</sup> Requerimento, São Paulo, 14/07/1936. M.F. 32 - 01, doc. 1168 AHU. – 2ª fila – 11º doc. Anexo 3. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 1956, v. IV. IN: MORGADO, E. M. O... [et al]. *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

<sup>269</sup> JESUS, Nauk Maria de., Op. cit., 2007, p. 10.

<sup>270</sup> Idem. Op. cit., 2007.

utensílios para o uso e produtos alimentícios, já os castelhanos, priorizavam o enriquecimento.

As trocas entre os canoieiros e espanhóis, além de terem provocado as disputas entre diferentes grupos, intensificaram as guerras entre indígenas e colonos, pois os produtos de troca, escravos e prisioneiros, eram adquiridos nas guerras realizadas com os colonos. Demonstrando assim, a política indígena mantida pelos Paiaguá para atender os seus objetivos comerciais com os espanhóis e estratégias de sobrevivência.

Nesse sentido, as guerras realizadas contra os Paiaguá, foram impulsionadas pelos interesses dos colonizadores em dominar e explorar as riquezas minerais, mão de obra indígena e controle comercial entre a vila do Cuiabá e São Paulo.

Como os Paiaguá eram canoieiros e viviam da montaria, os confrontos com os colonizadores eram constantes, e, por possuírem um *ethos* guerreiro, a captura desses indígenas era realizada por meio das guerras.<sup>271</sup> Como ocorreu em 1732, quando foi enviada uma Provisão ao Conde de Sarzelas governador e capitão general da Capitania de São Paulo para que fosse ao Cuiabá “para disporde o que fosse necessário para que a dita guerra se faça com sucesso ou para prevenir as ideias que talvez os inimigos tenham sobre o mesmo Cuiabá”.<sup>272</sup> O interesse em obter os produtos para a realização do escambo intensificava os ataques dos Paiaguá nas áreas fluviais e terrestres das regiões próximas as minas cuiabanas.

Com os avanços indígenas, os colonos também intensificavam as guerras. Foi, então, preparada no ano de 1734 na vila do Cuiabá, uma armada a custa do povo. Estava à frente da ação Antonio Pinto da Fonseca, o Brigadeiro regente Antonio de Almeida Lara, Balthazar de Sam Payo Couto, Salvador de Espinha Silva, Antonio Pires de Campos, entre outros. No conflito, morreram quarenta indígenas, e escaparam quatro, fugidos pelo mato, tomou-se um vivo nas mãos, que falava mal o castelhano, dizendo que era castelhano católico que o não matasse, não valeu o pretexto, fizeram-lhe em pedaços e as canoas também.<sup>273</sup>

Desse modo, frente aos ataques, o despovoamento das regiões ocupadas pelos indígenas ocorria por diversos modos: fugas, mortes, apresamentos, cativos, descimentos, resgates e vendas, ocasionando, a cada contato entre índio e não índio, novas perdas a modos

---

<sup>271</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., 1999.

<sup>272</sup> Provisão de 8 de maio de 1732 – ao General Conde de Sarzedas, sobre se lhe declarar não ser conveniente que saia da sua Capitania para ir ao Cuiabá ou a Guerra dos Payaguás; e a respeito do Rio Grande, que não deve intentar coisa alguma, digo, ação alguma mais que a defensiva. In: COSTA, Maria de Fátima; LIMA, Luzinete Xavier de. *Documentos Régios: 1702-1748: Códice n. 1 da Superintendência de Arquivo Público de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: Entrelinhas.

<sup>273</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ (1719-1830), 2007.

diferentes. Segundo John Manuel Monteiro, “até 1632, as sucessivas invasões haviam destruído boa parte das aldeias guarani e virtualmente todas as reduções do Guairá”.<sup>274</sup> Como se deu também com os Paiaguá, a redução populacional dos canoeiros foi consequência dos ataques organizados pela etnia e das guerras organizadas pelos colonos, o que demonstra a resistência do grupo fosse pelo ataque ou defesa.

No ano de 1759 com base nos registros dos *Anais de Vila Bela* é possível também perceber a redução ou total aniquilação de algumas etnias, “sabemos que se acabou a nação dos Curicharas, Amios, Mabas e outros”,<sup>275</sup> habitantes das missões de São Simão, São Miguel e Santa Rosa. Resultados obtidos pelo modo dos ataques destinados a captura do gentio, já que:

A autoridade com que os sertanistas faziam essas conquistas era a cobiça. O método ou leis que seguiam era a desumanidade, porque, abeirando as rancharias em que viviam os bárbaros, acabavam nas bocas do fogo todos os que naturalmente pegam em arcos para sua defesa. Metiam-se os rendidos em correntes ou gargalheiras. Depois se repartiam pelos conquistadores, que os remetiam para as novas povoações, em contrato de venda [...]. Os gentios que obedeciam a esses homens viviam na sua natural barbaridade, observavam os costumes nativos, sem conhecimento algum dos mistérios da fé.<sup>276</sup>

A violência mantida no contato com os povos indígenas era intensa, e nem sempre era medida pela ação dos índios que sofriam os ataques. “Para os portugueses, qualquer ato hostil se configurava como pretexto suficiente para condenar todos os índios ao cativeiro ou a extinção”.<sup>277</sup> Como também, as ações que pertenciam a manifestações da cultura de cada grupo indígena e foram construídas ao olhar dos colonizadores enquanto atos de pura barbárie.

Assim, para os colonos, as hostilidades deveriam ser interrompidas pelo extermínio das nações indígenas que se mostrassem hostis, como ocorreu no ano de 1771, quando foi organizada guerra contra os Paiaguá justificada pelas suas hostilidades.<sup>278</sup>

---

<sup>274</sup> MONTEIRO, John Manuel., Op. cit., p. 73.

<sup>275</sup> ANAIS DE VILA BELA: 1734 - 1789, p. 75.

<sup>276</sup> Idem. p. 75.

<sup>277</sup> MONTEIRO, John Manuel., Op. cit., p. 92.

<sup>278</sup> Carta dos Vereadores da Câmara da Vila do Cuiabá ao Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso, Luis Pinto de Sousa Coutinho, propondo providencias para conter as hostilidades dos índios Caiapó, que haviam feito um ataque nas lavras do Médico, e Paiaguá, que chegaram no Piraim, rio Cuiabá abaixo. Vila do Cuiabá, 30/3/1771. BR APMT. CVC. CA Nº 0037 Caixa 001.

Nas representações mantidas pelos colonizadores em seus discursos elaborados acerca dos Paiaguá, as imagens construídas sempre estiveram relacionadas à ideia de povos selvagens que deveriam ser controlados, dominados ou extintos para um bem coletivo dos moradores das minas do Cuiabá e para os viajantes que navegavam pelos rios que esses indígenas senhoreavam, contrapondo-se as ações que os representavam culturalmente, como povos guerreiros, exímios navegadores, pescadores, e ilustres articuladores nas trocas comerciais.

Assim, as diversas formas de conquista, o devassamento, a exploração da natureza e dos habitantes locais foi marcante nas ações colonizadoras da Coroa portuguesa em busca dos nativos ameríndios.<sup>279</sup> As viagens monçoeiras também provocaram a desorganização do modo de vida dos Paiaguá, obrigando o grupo a se organizar a novos modos nas águas do rio Paraguai e cercanias, para sobreviverem aos avanços dos monçoeiros. No entanto, com as monções, também puderam os Paiaguá, desenvolverem suas características enquanto excelentes guerreiros e canoieiros.

A partir da última década do século XVIII, com as novas relações sociais, econômicas e culturais mantidas entre os Paiaguá e paraguaios, a mestiçagem passou a nortear a vida dos canoieiros. A desorganização grupal ocasionou novas organizações que foram responsáveis pela permanência do grupo. Mesmo que após a guerra do Paraguai (1864-1870) “não somavam mais que dezessete indivíduos, os quais foram dispersos por localidades como Limpio, Emboscada e Vila Hayes”.<sup>280</sup>

Ao passo que deixavam suas moradas nas cercanias do rio Paraguai, ‘suas forças se perdiam pelas águas do rio’, sendo forçados a se integrarem as organizações e funcionamento da sociedade paraguaia. Assim, no século XIX,

os homens mantinham a atividade de vigias, paralelamente à responsabilidade de manutenção da subsistência familiar com a caça e pesca, além de continuar exercendo a função de comerciantes junto à população de Assunção e com outros grupos. As mulheres envolveram-se na produção artesanal e na venda dos produtos. Ocasionalmente, os Payaguá serviam de guia para os poucos estrangeiros que visitavam o país.<sup>281</sup>

---

<sup>279</sup> PRESOTTI, Thereza Martha Borges., Op. cit., p. 66.

<sup>280</sup> MAGALHÃES, Magna Lima., Op. cit., p. 47.

<sup>281</sup> Idem. Op. cit., p. 45 - 46.



Já na segunda metade do século XIX com a participação dos Paiaguá na guerra do Paraguai, combatendo os brasileiros, sob o comando de oficiais paraguaios, sucumbiram quase todos.<sup>282</sup> À medida que perdiam sua belicosidade, foram definhando até desaparecer tudo o que ainda restava de um povo temido pelos colonos.<sup>283</sup> Os estudos sobre os canoeiros só se tornam possíveis pelos registros ainda que vagos e arraigados de adulteração da sua real identidade étnica e cultural, deixados pelos sertanistas, cronistas, viajantes e autoridades coloniais.

Portanto, no período colonial, ocorreram muitas guerras e alianças entre indígenas e colonos. Firmadas pelos interesses dos colonizadores em obter riquezas e explorar a mão de obra indígena. As ações colonizadoras tiveram como consequência a desorganização e redução das diversas nações indígenas, como também, as organizações de resistências dos povos indígenas, que serviram como justificativas nas guerras armadas contra os índios que foram caracterizados como inimigos, entre eles, os Paiaguá.

---

<sup>282</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., Op. cit., 1986, p. 87.

<sup>283</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de., Op. cit., 2014, p. 140.

## Considerações Finais

Ao longo da dissertação, buscamos compreender como ocorreram os confrontos, as guerras, as alianças, os contatos e as organizações de defesa e/ou ataque entre os índios Paiaguá e colonizadores a partir dos anos vinte dos setecentos com as viagens monçoeiras. A partir dos assaltos ocorridos na rota das monções, os colonos passaram a organizar guerras contra esses indígenas. Os ataques foram justificados por autoridades coloniais e moradores das minas cuiabanas pela violência que os canoeiros tratavam a todos que adentrassem nos espaços por eles percorridos.

Assim, diante das investidas dos colonizadores, os canoeiros organizaram ataques fosse para se defender ou afastar os colonos. Como, também, para assaltarem as embarcações monçoeiras e realizarem o escambo com os castelhanos.

Nesse sentido, apresentamos as relações mantidas entre índios e não índios e as estratégias que mantiveram para permanecerem vivos mediante os avanços da colonização. Analisamos as ações dos colonizadores a partir do que assegurava a legislação indigenista do século XVIII, lembrando que em alguns momentos, os colonos não respeitaram o que estabeleciam as leis quanto ao trato que deveriam ter com os povos indígenas neste período.

No primeiro capítulo, tratamos sobre a população indígena que povoava os espaços urbanos e rurais na Vila Real do Cuiabá nos setecentos. Assim como, as atividades realizadas pelos povos indígenas em uma região de fronteira mineira, que atraiu colonos em busca dos indígenas e do ouro, que saíram de Porto Feliz com destino a Cuiabá pela rota das monções.

Com o objetivo de conhecer os canoeiros e suas ações de defesa, assaltos ou ataques nos rios, apresentamos no segundo capítulo os índios Paiaguá e suas movimentações pelos caminhos fluviais. Conhecidos como índios guerreiros e canoeiros foram temidos pelos monçoeiros que percorriam os rios que esses indígenas senhoreavam. Os Paiaguá, quando saíam dos sangradouros aos urros e assaltavam as embarcações das monções, causavam grandes temores a todos que se encontravam embarcados. A excelência que possuíam na navegação e no manuseio das suas armas, contribuiu com suas organizações de ataques, fugas e comércio com os castelhanos.

No terceiro capítulo, versamos sobre as justificativas apresentadas pelos colonizadores na organização das guerras punitivas contra os canoeiros. Entre as políticas adotadas no trato com os Paiaguá, esteve a categorização desses indígenas enquanto hostis.

Por se mostrarem inimigos dos colonizadores, deveriam ser exterminados por meio das guerras justas. Assim, os colonos buscaram passar uma imagem de ataques defensivos, em que agiam pela segurança dos moradores das minas do Cuiabá.

As discussões abordadas neste trabalho nos revelam o vasto campo de pesquisa ainda a ser explorado sobre as relações estabelecidas entre os colonizadores e os povos indígenas mantidas pela legislação colonial na fronteira oeste da América portuguesa. Índios e colonos organizaram políticas de resistências, alianças, negociações e fugas para permanecerem fisicamente e culturalmente.

Nesse sentido, os Paiaguá também souberam aproveitar suas habilidades para inibir os colonos e assaltar as embarcações em busca de alimentos para sobrevivência e objetos para serem trocados em Assunção. Tal fato pode explicar em algumas situações terem atacado antes mesmo de serem atacados, para assaltarem as embarcações e evitar possíveis ataques dos não índios.

Portanto, os índios Paiaguá foram sujeitos ativos durante o projeto colonial português, resistindo às diversas ações de extermínio, civilização e catequização que eram garantidas em Lei.

Concluindo, as relações estabelecidas entre os colonos e os povos indígenas, estiveram extremamente ligadas a políticas mantidas por ambos, fossem elas de ataques, defesa, ou de alianças. E neste cenário colonial, os colonizadores buscaram por meio da política indigenista, classificar os índios em aliados e inimigos. Os Paiaguá, caracterizados como hostis, deveriam ser capturados por meio das guerras justas para serem escravizados ou mortos nos confrontos. Com os avanços dos colonizadores, os canoeiros mantiveram políticas indígenas que fosse pelas guerras, comércio, ou assaltos, resistir aos avanços da política indigenista.

## Fontes e Referências

### Fontes Manuscritas

Auto (treslado) sumário que mandou fazer o ouvidor João Gonçalves para averiguar as mortes e roubos que o gentio Paiaguá fez na última tropa que chegou ao povoado. Vila do Cuiabá, 12/04/1736. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. N° 010, caixa n° 1, doc. 84. Fotos 403 – 422.

Carta Régia de Portugal, Dom João ao governador e capitão general de São Paulo Antonio da Silva Caldeira Pimentel. Lisboa, 11/03/1732. BR APMT, SG, CR. N° 0015, caixa n° 001.

Carta do [governador de capitão general da capitania de São Paulo] Gomes Freire de Andrade ao rei [D. João V] em que informa que deu ordem para que as armas e munições de guerra que serviram no assalto aos Paiaguá fiquem em Vila de Cuiabá. Vila Rica, 20/02/1738. AHU – Projeto Resgate – MT. CU. N° 010, caixa n° 1, doc. 103. Fotos 18-20.

Carta do Juiz mais velho do Senado da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei (D. João) sobre o quinto do ouro das minas da Vila de Cuiabá, Paranapanema, e Goiás, a urgência de se fazer guerra ao gentio e a necessidade de se definir as competências dos provedores dos Defuntos e Ausentes. Vila de Cuiabá, 25/3/1728. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. N° 010, caixa n° 1, doc. 23. Fotos 86-89.

Carta dos oficiais da câmara da Vila de Cuiabá ao rei [D. João V] sobre a chegada da tropa comandada pelo mestre de campo Manoel Rodrigues de Carvalho, o ataque que sofreu do gentio Paiaguá e Guaicuru e as perdas que tiveram. Vila de Cuiabá, 11/04/1734. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. N° 010, caixa n° 1, doc. 69. Fotos 318-323.

Carta dos oficiais da câmara ao rei D. João V sobre as despesas que fez para a guerra com o gentio Paiaguá e a perseguição que fazem os sertanistas aos Parecis, a quem escravizam e matam. Vila de Cuiabá, 10/04/1731. AHU – Projeto Resgate – MT. CU. N° 010, caixa n° 1, doc. 54. Fotos 223-232.

Carta do governador da capitania de São Paulo (1734). São Paulo, 06/02/1734. M.F. 23 doc. 974 AHU. – 4ª fila – 2º doc. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 1956, v. I. IN: MORGADO, E. M. O... [et al]. *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

Carta do juiz ordinário da Vila do Cuiabá Domingos Gomes Beliaga ao rei [D. João V] sobre a atuação do ouvidor José de Burgos Vila Lobos em relação à arrecadação das fazendas dos defuntos, a perseguição aos índios Pareci e a reforma do regimento dos oficiais da Câmara. Pede também a diminuição dos direitos dos quintos do ouro. Vila do Cuiabá, junho de 1732. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 63. Fotos 298-301.

Certidão do escrivão da câmara e almotaçaria da Vila de Cuiabá Caetano dos Santos, declarando que é verdadeiro o traslado da carta que o governador Antônio da Silva Caldeira Pimentel escreveu aos oficiais da câmara sobre o ataque dos Paiaguá a tropa de Antônio Alves Lanhas Peixoto. Vila do Cuiabá, 07/05/1732. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 59. Fotos 280-285.

Ofício do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis Pinto de Souza Coutinho [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro acerca da notícia pelo juiz de fora da Vila de Cuiabá João Baptista Duarte da invasão daquele distrito por índios Paiaguá e Caiapó. Vila Bela, 26/05/1771. AHU- Projeto Resgate MT. Cd. 4. Pasta 014. Subpasta 002. Fotos 362-367.

Requerimento do tenente de mestre de campo general da capitania de São Paulo Manoel Rodrigues de Carvalho ao rei [D. João V] em que pede ajuda de custo por ter ido com o governador Rodrigo Cesar de Meneses e ter combatido o gentio Paiaguá. 26 de janeiro, ant. a 1736. AHU – Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 82. Fotos 387-398.

Requerimento, São Paulo, 14/07/1936. M.F. 32 - 01, doc. 1168 AHU. – 2ª fila – 11º doc. Anexo 3. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 1956, v. IV. IN:

MORGADO, E. M. O... [et al]. *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

Requerimento do procurador da câmara da Vila do Cuiabá, solicitando à câmara de Vila Boa de Goiás o teor do bando ou ordem régia em que sua majestade dá por cativo o gentio caiapó e demais nações. Vila do Cuiabá, 13/8/aprox. 1772. BR APMT, CVC, RQ. N° 0048, caixa n° 001.

Carta dos vereadores da câmara da Vila do Cuiabá ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Luis Pinto de Sousa Coutinho, propondo providências para conter as hostilidades dos índios Caiapó, que haviam feito um ataque nas Lavras do Médico, e Paiaguá, que chegaram no Piraim, rio Cuiabá abaixo. Vila do Cuiabá, 30/03/1771. BR APMT. CVC. CA 0037, Cx n° 001.

Carta do governador e capitão general da capitania de São Paulo Rodrigo Cesar de Menezes ao rei D. João V sobre a devassa feita ao comportamento dos índios para apuradas as culpas, se poder fazer guerras. Vila do Cuiabá, 28/03/1728. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. N° 010, caixa n° 1, doc. 24. Fotos 90-92.

Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, João Batista Duarte, ao Governador e capitão general da Capitania do Mato Grosso Luis de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, versando sobre o tratamento que devem dar aos índios de acordo com o Diretório dos Índios. Vila do Cuiabá, 10/11/1775. BR APMT CVC JF CA N° 0400 Caixa 008.

Carta (cópia) do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre dois índios Pareci das aldeias de Castela. Informa que mandou uma bandeira sertaneja para averiguar a distância a que ficam estas aldeias das minas da Vila de Cuiabá e de Mato Grosso. Vila do Cuiabá, 30/03/1743. AHU – Projeto Resgate MT. Cd 001, pasta 003, subpasta 002. Fotos 267-275.

Carta do Ouvidor geral, intendente da Capitação, e Provedor da Fazenda da Comarca do Cuyabá, João Pereyra. Vila do Cuiabá, 20/09/1740. MF. 34, Doc. 276, AHU. In:

MORGADO, Eliane Maria Oliveira (et al.). *Coletânea de documentos raros do período colonial (1727-1746)*: volume III. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

Carta do ouvidor da Vila do Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] sobre a suspensão dos descobrimentos de ouro durante a guerra com o gentio Paiaguá. Vila de Cuiabá, 30/3/1731. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 50. Fotos 202-211.

Carta do ouvidor da Vila do Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] sobre a guerra contra o gentio Paiaguá e as despesas que fez a câmara com pólvora e o conserto das carretas de duas peças de artilharia. Vila do Cuiabá, 07/04/1731. AHU, Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 53. Fotos 218-222.

Provisão de 17 de janeiro de 1735 – sobre mandar arbitrar o viático para a sustentação dos Missionários que se mandam expedir para a redução do gentio [Parecis]. In: COSTA, Maria de Fátima; LIMA, Luzinete Xavier de. *Documentos Régios: 1702-1748: Códice n. 1 da Superintendência de Arquivo Público de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2013.

Provisão de 8 de maio de 1732 – ao General Conde de Sarzedas, sobre se lhe declarar não ser conveniente que saia da sua Capitania para ir ao Cuiabá ou a Guerra dos Payaguás; e a respeito do Rio Grande, que não deve intentar coisa alguma, digo, ação alguma mais que a defensiva. In: COSTA, Maria de Fátima; LIMA, Luzinete Xavier de. *Documentos Régios: 1702-1748: Códice n. 1 da Superintendência de Arquivo Público de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: Entrelinhas.

## Fontes Impressas

ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830. Transcrição e sua organização - Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá, MT: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

ANAIS DE VILA BELA 1734-1789. Organização e Revisão – Janaína Amado, Leny Caselli Anzai. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato: Ed. UFMT, 2006.

ARAÚJO, Domingos Lourenço de. Notícia 3ª Prática. Dada pelo capitão Domingos Lourenço de Araujo ao R. P. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso, que tiveram no rio Paraguai as tropas, que vinham para São Paulo no ano de 1730. In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1981.

ANÔNIMO. Os índios ribeirinhos do percurso monçoeiro. Paiaguás, Guaicurus, Caiapós, Bororós. Perigos da sua presença. Ameaças e precauções. In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1981.

CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo [...] In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

CAMELLO, João Antonio Cabral. “NOTÍCIA PRÁTICA”. Depoimento inédito sobre o destroço da monção do ouvidor Lanhas Peixoto pelos Paiaguás. . In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1981.

CAMELLO, João Antonio Cabral. Notícia 2ª Prática. Do que lhe sucedeu na volta, que fez das mesmas minas para São Paulo. In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1981.



FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.

NOTÍCIA 3ª PRÁTICA. Dada pelo CAPP.m Domingos Lourenço de Araujo ao R. P. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso, que tiveram no rio Paraguai as tropas, que vinham para S. Paulo no ano de 1730. In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1981.

NOTÍCIA 8ª PRÁTICA. Exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá. In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1981.

NOTÍCIAS PRÁTICAS. Das minas do Cuiabá e Goiasés, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Ver. Padre Diogo Juarez, o capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727. In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1981.

REBELLO, Gervásio Leite. Notícia 6ª Prática. E relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. sr. Rodrigo César de Menezes governador e capitão general da capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas. In: TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeiros*. São Paulo/Belo Horizonte; Edusp/Itatiaia, 1981.

## Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BLAU, Alessandra Resende Dias. *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá – MT, 2007.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufraágios y Comentários*. Trad. do texto: Jurandir Soares dos Santos. Trad. da Introdução: Bettina Gertum Becker. Apresentação: Henry Miller. 2. ed. Porto Alegre: L & PM, 2007.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa*. História, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun. 2011.

CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CANOVA, Loiva. *Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de

Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá – MT, 2003.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Lealdades Negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo, USP, 2012.

CASTILHO, Maria Augusta de; LIMA, Vanuza Ribeiro de. História, territorialidade e desenvolvimento local no contexto das monções em Camapuã. IN: *XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Leopoldo, 2007.

COSTA, Maria de Fátima. Entre Xarai, Guaikurú e Payaguá: Ritos de Vida no Pantanal. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e Histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In. Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, p. 9-24.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; VIANA. Sibebe Aparecida. *O Centro-Oeste antes de Cabral*. Revista USP, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 142-189, 2000.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *A História Indígena em Mato Grosso do Sul: dilemas e perspectivas*. Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 2, n. 2, p.115-124, 2001.

GARCIA, Elisa Frühauf., Troca, guerras e alianças na formação da sociedade colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial 1443-1580: volume I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GARCIA, Elisa. Frühauf. *O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 33- 48, 2007.

GODOY, Silvana. *Itu e Ararituaba na rota das monções (1718-1838)*. Dissertação de mestrado em História Econômica. UNICAMP, Campinas, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957.

HOLANDA, Sérgio Buarque de., Monções. IN: SOUZA, Laura de Mello e; CERQUEIRA, André Sekkel (org.) *Capítulos de expansão paulista*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JESUS, Nauk Maria de. *Na Trama dos Conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. 2006. 439 f. Tese (Doutorado em História). ICHF/UFF, Niterói.

JESUS, Nauk Maria de. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados: UFGD, 2011.

JESUS, Nauk Maria de. *A guerra justa contra os payaguá (1ª metade do século XVIII)*. Revista Eletrônica História em Reflexão – UFGD, Dourados, v. 1, nº 2, p. 2, jul./dez. 2007.

JESUS, Nauk Maria de (org.). *Dicionário de História de Mato Grosso: Período Colonial*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2011.

KOK, Glória. *O Sertão Itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

LANGER, Protasio Paulo. *Os Guarani-Missioneiros e o Colonialismo Luso no Brasil Meridional/ Projetos Civilizatórios e Faces da Identidade Étnica (1750 – 1798)*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2005.

MAGALHÃES, Magna Lima. *Payaguá: os senhores do Rio Paraguai*. São Leopoldo, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. A paz e a guerra: as Juntas das Missões e a ocupação do território da Amazônia colonial do século XVIII. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOLEYRON, Rafael. (Org.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVI a XXI)*. Belém: Açáí, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, p. 115-132.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2002.

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. *Na Trilha das Águas: Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)*. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília/DF.

RIBEIRO, Núbia Braga. *Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII*. São Paulo, 2008, p. 151. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Núbia Braga. *A Guerra Sanguinolenta aos Índios no Sertão Colonial*. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais. São Paulo, v. 6, ano VI, n. 4, p. 1-17, out./nov./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br>>. Acesso em: 22/10/2014.

ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Orgs). *A Terra da Conquista: história de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.

SAMPAIO, Patricia Maria Melo. *Espelhos Partidos: Etnia, Legislação e Desigualdades na Colônia. Sertões do Grão-Pará, c 1755- c.1823*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2001.

SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII)*. Cuiabá: UFMT, 1995.

SUSNIK, Branislava. *Los Aborígenes del Paraguay*. T. II. Etnología del Chaco Boreal y su periferia (Siglos XVI y XVIII). Asunción: Museo Etnográfico “Andres Barbero”, 1978.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1981.

VANGELISTA, Chiara. *Os Payaguá e o Rio Paraguai: uma fronteira étnica aos limites dos impérios ibéricos*. Revista Eletrônica: Documento Monumento – NDHIR. Universidade Federal de Mato Grosso, v. 3, n. 1, p. 136-149, dez. 2010. Disponível em: <[www.ufmt.br/ndihr/revista](http://www.ufmt.br/ndihr/revista)>. Acesso em: 05/10/2014.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VOLPATO, Luisa Rios Ricci. *Entradas e bandeiras*. São Paulo: Global, 1985.

### Apêndice A - Quadro geral -Breve Notícia do Capitão-Mor Antonio Pires de Campos

Etnia	Localização	Características	População	Atividades desenvolvidas
Caiapó	Rio Parnaíba Rio Verde Guacuruí Rio Pardo; Camapuã; Guichum	São de aldeias, não costumam fazer guerra, são traidores e se apropriam do que precisam por meio das rapinas.	Numerosos	Vivem de suas lavouras, batatas, milho e outros legumes.
Gualaxo	Rio Nhanduí	Não são de aldeias, possuem algumas guerras com os Caiapós		Vivem de corso e montaria.
Achilanes; Escolhexez; Cazoyas	A beira do Rio Tacoarí	Não possuem aldeias, por desconfianças entre eles, tinham algumas guerras, suas armas são arco, flecha e lanças.	Numerosos	Vivem de montarias e lavouras como a de mandioca e batatas.
Chicaocas; Hahunos; Juniacas; Tiquinitoz	As vargens do Rio Tacoarí	Não possuem aldeias, por desconfianças entre eles, tinham algumas guerras, suas armas são arco, flecha e lanças.	Numerosos	Vivem de montarias, e lavouras como a de mandioca e batatas.
Abathihe; Chiquiaez; Humegay	Rio Claro	Vivem embarcados, suas armas são arcos, flechas e lanças, mantém algumas guerras com os Paiaguá, e alguns encontros com os cavaleiros Guaicurus.	Numerosos	Vivem de seus mantimentos, como a mandioca, batatas, milho, cana de açúcar, e bananas.
Avahuahy; Ahins	Rio Araquazue	Tidos como embarcados, são de uma mesma nação e língua, nas armas e nos trajes não possuem diferenças dos demais, guerreiam com os Paiaguá e Cavaleiros.	Numerosos	
Paiaguá	Abaixo da barra do Rio Paraguai	Não possuem aldeias, suas armas são flechas e lanças.		Vivem de montarias do rio.
Aycurús	Rios: Araquáí; Botetehuço;Rio Claro e todas as vargens do Tacoarí	Andam sempre a cavalo, costumam andar nus, suas armas são lanças, garrotes e laçadas, com que fazem grandes tiros não só a seus contrários, mas a caças e feras.		Vivem de montarias.
Guatos; Caracará; Guacharapos; Surucuha; Guacamão; Cuvaqua; Tuque	Rio Paraguai	Vivem todos embarcados, gentios de corso e sem aldeias.	Numerosos	Seu maior sustento é do arroz que colhem, peixes, capivaras, jacarés e jucurís.

Ahiguas e Crucurus	Rio Paraguai	São diferentes na língua e nos trajes, inimigos um do outro, vivem em guerra, comendo-se uns aos outros. Suas armas são as mesmas: arco, flecha e lança.		Vivem de suas montarias.
Hayucares	Rio Paraguai	Vivem do corso andam embarcados	Dois lotes	Plantam o milho, em pouca quantidade, se sustentam muito mais de montaria
Guarecis		Andam embarcados	Andam em dois lotes	Plantam algum milho, muito pouco, e o mais do tempo se sustentam de montaria.
Sarayes	Vizinhos do Rio Paraguai	Organizados em muitas aldeias, em uma delas contaram novecentas e tantas choças, gente muito limpa e asseada. Gêntio pacífico vivia sempre em paz, que nunca se soube pusesse guerra a ninguém, viviam em aldeias.	Numerosos	Grandes lavradores possuem muitos mantimentos.
Caravere e Yupará	Rio Yahuri	Vivem em aldeias, e falam a língua geral. Os homens usam marlotas e as mulheres tipoiás, viviam em constantes guerras com a nação Tembez.		Fabricam seus mantimentos.
Tembez	Jahuru	Sustentam-se de carne humana, moram em aldeias. Pessoas guerreiras costumam fazer entradas ao gentio dos Parecis, com o objetivo de aprisioná-los para comer estas nações.		Cultivam seus mantimentos.
Aravira Guahonez; Caypanes; Araparis; Itaporis	Rio Paraguai; Rio Hycipotiba	Sem aldeias, não possuem mantimentos e se alimentam também de carne humana.		Vivem de corso.
Yorauvahiba	Rio Hycipotiba	Possuem boa língua, fazem suas entradas ao gentio do reino dos Parecis e aqueles que apanham são comidos.	Numerosos	
Parecis	Chapadas e todas as águas que correm para Norte	Não se apresentam enquanto guerreiros, e só se defendem quando os procuram, fazem uso dos arcos, flechas, lanças pequenas, e espadas feitas de uma madeira muito rija.	Numerosos	Vivem de suas lavouras, onde plantam mandioca, milho, feijão, batatas e ananases.
Mahibarez	Região das Chapadas	Sendo vizinhos dos Parecis usam de suas traições e rapinas para roubar seus bens e plantas, matando também aos que podem. Fazem uso dos arcos, flechas, lanças pequenas.	Numerosos	Vivem de suas lavouras.
Tacohaca; Guellechez; Arioconez	Rio do Porrudos até a barra do Cuiabá	Andam embarcados, os homens andam nus e as mulheres com seus reparos de fio.		Vivem de corso e montarias.



Cavihis	Grão-Pará	Vivem de andar a corso matando gente para seu sustento e com a mesma carne criam seus filhos. Valentes, agigantados e atrevidos.	Numerosos	Vivem de corso.
Elives; Cuchianes	Rio Cuiabá/Arraial Velho	Sãoda mesma linguagem, utilizam das mesmas armas e vivem em pura guerra comendo-se uns aos outros.	Numerosos	
Guachevanez	Rio Cuiabá	Organizados em muitos lotes que recebiam os seguintes nomes: Curianez, Guahonez, Candaguaris, Pavonez, Gualez, Cathaxos, Bobiarez, mantinham algumas guerras entre si, fazem uso da mesma língua e do mesmo modo de vida. São de terra firme, fazem uso de canoas nas montarias.	Numerosos	Vivem de montaria.
Cuiabás	Rio Cuiabá-Mirim	Usam canoas, mantém paz com os demais gentios por serem mansos e pacíficos.	Numerosos	Vivem de montaria.
Chacrurez	Rio Cuiabá	Valentes e guerreiros. Os homens andam nus e as mulheres com seus reparos de enviães, as armas que utilizam são as costumeiras.	Poucos	Vivem de montaria.
Tuetez; Japez; Cruanez; Gregonez; Curianez	Rio Cuiabá	Não são guerreiros, os homens andam nus e as mulheres com seus reparos de enviães, as armas que utilizam são as costumeiras.		Vivem de montaria.
Tammoringue	Rio Cuiabá	São divididos em dois lotes, do mesmo costume e da mesma linguagem.	Dois lotes	
Arica ; Poçonez	Rio Cuiabá	Por onde passam fazem uso de suas tranqueiras por viverem receosos de outros gentios, nos costumes e trajés eram como os outros.	Dois lotes	
Copemerins	Rio Cuiabá	Muito valentes, vistosos, mantém o corso e são guerreiros.		Vivem de corso.
Cuchipone	Rio Cuiabá/distrito do Cochipó	Mantém nas armas e nos trajés os mesmos costumes que os demais.		Vivem de corso e de montarias.
Puponez	Rio Cuiabá/ distrito Cochipoassú	Mantém nas armas e nos trajés os mesmos costumes que os demais.		Vivem de corso e de montarias.
Popuz	Rio Manso	Muito valentes e guerreiros, senhores de suas armas e temidos por muitos.	Numerosos	
Araripoçonez	Rio Manso	Muito valentes e guerreiros, senhores de suas armas e temidos por muitos.	Numerosos	
Acopocones	Rio Manso	Organizados em dois lotes grandes são guerreiros e	Numerosos	

		muito vistosos.		
Tambeguiz	Rio Manso			Vivem de corso.
Itapores	Rio Manso	Boa gente.	Numerosos	Vivem de corso.
Itapore-mirim	Cabeceira do Rio Manso/Chapada	Andam por 600 fogos.		Vivem de corso.
Taraquí	Rio dos Porrudos	Apresentam um lote pequeno, mas são muito valentes. Usam canoas, são gentios de mantimentos (mandioca, batatas, abóboras e tabaco) e aldeias.	Lote pequeno	Vivem de suas lavouras
Araripoçonez	Rio dos Porrudos	Distribuídos em dois lotes muito valentes devido as suas armas, usam de arcos, flechas e garrotes de duas mãos	Numerosos	Vivem de corso e de montarias.
Cruaraz	Rio dos Porrudos	Organizados em três lotes extensos, declaram guerra aos vizinhos Araripoçonez, fazendo grandes estragos uns aos outros, para mostrarem tamanha era à valentia.	Numerosos	Vivem de montarias.
Porrudos	Rio dos Porrudos	Falam a língua geral, são aldeados e possuem muitos mantimentos, usavam canoas de cascas e remavam sentados.		Vivem de suas lavouras.
Vanhereis	Rio Piquiri	Distribuídos em três lotes aldeados, possuem muito mantimentos, valentes pelas suas armas, resistem aos temidos Caiapós.	Numerosos	Vivem de suas lavouras.
Araés	Rio Araés		Numerosos	